

Centro de Educação e  
Assessoramento Popular (CEAP)

*Estudo sobre  
impacto  
da **COVID-19**  
na ação dos  
movimentos  
sociais  
populares  
brasileiros*



Centro de Educação e  
Assessoramento Popular



Centro de Educação e Assessoramento Popular (CEAP)

**Estudo sobre impacto da COVID-19  
na ação político-organizativa e  
político-educativa dos movimentos  
sociais populares brasileiros:  
identificação de posições e  
perspectivas de análise**

Passo Fundo  
EAB Editora  
2020

© 2020 Centro de Educação e Assessoramento Popular (CEAP)

Equipe do Estudo

Redação do texto: Paulo César Carbonari, associado do CEAP

Entrevistas: Elenice Pastore e Jorge Alfredo Gimenez Peralta, pesquisadores e educadores populares do CEAP

Pesquisador participante: Valdevir Both, pesquisador e educador popular do CEAP

Auxiliar de pesquisa: Ana Paula A. Carbonari

Transcrição das entrevistas: Deomar Luis Bordignon, Ana Carolina Cerbaro, Flaviana Baratieri, Lucas Pastore Polese

Capa: Diego Ecker

Identidade visual do projeto: Luciano do Monte Ribas

Projeto gráfico: Diego Ecker

Diagramação: Diego Ecker e Rodrigo Oscar Roman

Revisão: Araceli Pimentel Godinho

### **Centro de Educação e Assessoramento Popular (CEAP)**

Rua Anibal Bilhar, 865, Vila Lucas Araújo

CEP: 99074-470 – Passo Fundo – RS

E-mail: [ceap@ceap-rs.org.br](mailto:ceap@ceap-rs.org.br)

Site: [www.ceap-rs.org.br](http://www.ceap-rs.org.br)

Hotsite do projeto: <https://estudocovid.blogs.rs>

#### Dados Internacionais de Catalogação na Fonte

---

C397i Centro de Educação e Assessoramento Popular (CEAP)  
Estudo sobre impacto da COVID-19 na ação político-organizativa e político-educativa dos movimentos sociais populares brasileiros: identificação de posições e perspectivas de análise. – Passo Fundo: Saluz, 2020.  
158 p. ; 17 x 24 cm.

ISBN: 978-65-88324-04-2

1. Educação Popular. 2. Saúde pública. 3. COVID-19. 4. Movimentos Populares. 5. Organização Social. I. Título.

CDD: 614.07  
CDU: 614:37(81)

---

2020

Todos os direitos reservados. É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte e que não seja para venda ou qualquer fim comercial.

Realização:



Apoio:



# Sumário

Apresentação .....	5
Introdução .....	7
1. Contextualização da problemática e metodologia .....	10
1.1. Contextualização .....	10
1.2. Metodologia .....	16
2. Autorreconhecimento: sujeitos/as do estudo.....	18
3. Leituras do acontecimento .....	53
3.1. Situação geral .....	53
3.2. Cenários para os movimentos sociais populares .....	65
3.3. Usos eletrônicos .....	74
4. Indicativos de impacto.....	77
4.1. Impactos político-organizativos.....	77
4.2. Impactos político-educativos .....	99
5. Análises iniciais .....	122
5.1. Aspectos do acontecimento .....	122
5.2. Aspectos político-organizativos .....	133
5.3. Aspectos político-educativos .....	142

6. Considerações gerais .....	149
Referências.....	151
Anexos .....	155
Anexo A – Roteiro da entrevista estruturada .....	155
Anexo B – Organizações entrevistadas .....	158

# Apresentação

O Centro de Educação e Assessoramento Popular (CEAP) é uma organização da sociedade civil, não governamental, sem fins lucrativos, autônoma, comprometida com a construção de um projeto de sociedade democrático e popular para o Brasil, tendo a Educação Popular na centralidade da sua atuação. Fundado em 1987 e sediado em Passo Fundo (RS), tem como missão a “defesa e promoção da democracia e dos direitos humanos, fortalecendo os sujeitos sociais populares e seus processos a partir da Educação Popular.”

Buscando responder à sua missão fundacional, desafiou-se a fazer um estudo sobre o impacto da Covid-19 na ação dos movimentos sociais populares, visto que todos readequaram suas ações em março de 2020, cumprindo o isolamento social orientado pelas autoridades sanitárias.

Após quase quatro meses do início da pandemia no Brasil, o CEAP entrevistou, por meio eletrônico, participantes de 23 movimentos sociais populares brasileiros e, posteriormente, sistematizou e produziu uma análise dessas experiências. A problemática central do estudo busca identificar as mudanças ocorridas na ação político-organizativa e político-educativa dos movimentos sociais nesse período, em que o presencial e a “rua”, espaços de atuação dos movimentos, estão limitados.

Este estudo não pretende dar respostas, mas provocar e participar do debate sobre o tema num tempo de incertezas. Tempos difíceis, que remetem à reflexão sobre como é possível sermos

melhores na ação transformadora. Tempos de lutar pela vida acima de tudo! Tempo de esperar! Como diz a letra da música do eterno Gonzaguinha, *“Não se desespere e nem pare de sonhar, nunca se entregue, nasça sempre com as manhãs, deixe a luz do sol brilhar no céu do seu olhar. Fé na vida, fé no homem, fé no que virá, nós podemos tudo, nós podemos mais. Vamos lá fazer o que será.”*

Setembro de 2020.

*Centro de Educação e Assessoramento Popular (CEAP)*

# Introdução

*Solto a voz nas estradas, já não quero parar  
Meu caminho é de pedra, como posso sonhar*  
Milton Nascimento, *Travessia*, 1967

O estudo sobre o impacto da Covid-19 na ação político-organizativo e político-educativa dos movimentos sociais populares brasileiros é uma iniciativa do Centro de Educação e Assessoramento Popular (CEAP), apoiada por Misereor e realizada junto às organizações com as quais há parceria de atuação ou das quais entenda-se muito importante recolher subsídios. A proposta é que o estudo indique posições e perspectivas de compreensão sobre aspectos implicados no objeto sobre o qual se debruçam os/as entrevistados/as.

O estudo aqui apresentado objetiva sistematizar elementos para a compreensão do impacto da pandemia de Covid-19 na ação político-organizativa e político-educativa dos movimentos sociais populares brasileiros. Resulta de entrevistas realizadas com dirigentes de organizações nacionais realizadas durante o mês de julho de 2020. Além deste documento escrito, o material colhido nas entrevistas também foi transformado em audiovisuais. Todo o material é publicado para consulta e para debate crítico em <https://estudocovid.blogs.rs>.

O texto escrito tem uma parte inicial com a apresentação das referências que deram motivação ao estudo, com a apresentação da contextualização da problemática e da metodologia do estudo.

Elas trazem as razões do trabalho desenvolvido e situam-no no momento histórico no qual foi realizado.

A segunda parte, intitulada “Autorreconhecimento”, apresenta cada uma das organizações participantes pelo modo como cada um/a dos/as entrevistados/as diz ser a organização da qual faz parte. Por essa razão é que a chamamos de “autorreconhecimento”, visto que resume o olhar dos membros das organizações sobre elas próprias.

A situação da pandemia de Covid-19 é lida pelos/as entrevistados/as, por isso chamamos a terceira parte de “Leituras do acontecimento”. Nela, é apresentada uma leitura sobre a situação geral, sobre o que o/a entrevistado/a entende ser esse acontecimento significativo para a humanidade. O cenário específico para as organizações populares é apresentado num segundo momento; deste constar as percepções do que significa esse acontecimento para as organizações. Esta parte também apresenta o que chamamos de “novos usos eletrônicos” neste contexto.

A quarta parte é a mais central do estudo, visto que apresenta os indicativos do impacto da realidade da pandemia de Covid-19 na atuação dos movimentos sociais populares em geral e na organização específica que é entrevistada. Trata-se, em uma parte, dos impactos político-organizativos e, em outra, dos impactos político-educativos; em ambas são apresentadas a percepção, a profundidade e a intensidade do impacto.

Análises iniciais do acumulado são apresentadas na quinta parte. Nela são esboçados alguns aspectos analíticos com base no que foi colhido pelas entrevistas, tendo em conta as expectativas e as finalidades do estudo realizado. A apresentação é dividida em duas seções: uma dedicada aos aspectos político-organizativos, e outra, aos aspectos político-educativos.

Finalmente, são feitas considerações gerais com comentários sobre aspectos considerados relevantes para abrir perspectivas a partir do estudo realizado.

Ainda que a extensão e as informações a respeito da pandemia de Covid-19 sejam muitas, importante lembrar que a circulação do novo coronavírus no mundo todo coincidiu praticamente com o início de 2020, tendo sido declarada a pandemia da Covid-19 pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em 11 de março de 2020. O início foi localizado na China, tendo em seguida atingido a Ásia, a Europa e, posteriormente, os demais continentes, entre os quais a América. No Brasil, o primeiro caso foi registrado pelo Ministério da Saúde (MS) em 26 de fevereiro de 2020, sendo que em 13 de março foi noticiado o primeiro paciente curado, e em 17 de março, a primeira morte por Covid-19.

Em todo este trabalho, objetiva-se que a voz dos/as entrevistados/as seja apresentada, ainda que guiada por uma perspectiva de organização desde as intencionalidades do estudo. As contribuições são carregadas da espontaneidade própria, fundadas no modo de se colocar de cada entrevistado/a e com base na organização da qual faz parte, ainda que dirigidas pelo que lhes é perguntado e pela possibilidade de compreensão do que dizem.

O desejo é de que o registro documentado das primeiras palavras diante de um acontecimento de profundo significado, como é a pandemia de Covid-19, seja o principal fruto deste exercício que se oferece como documentação em processo e subsídio para a ação transformadora desde e com os sujeitos/as que atuam nas lutas populares, realizando-se como experiência de pesquisa-ação. Como tudo o que se faz “no meio da travessia”, este trabalho tem a potência da genuinidade, mas também seus limites.

# 1. Contextualização da problemática e metodologia

Esta parte recupera os elementos que orientaram a construção do trabalho de pesquisa e de sistematização do ensaio. Apresentará uma breve contextualização da problemática e também a metodologia do estudo.

## 1.1. Contextualização

O Centro de Educação e Assessoramento Popular (CEAP) entende que os movimentos sociais populares são organizações da sociedade civil que constroem processos de engajamento de sujeitos para a atuação conjunta com vistas a uma missão: agir na realidade que identificam como uma ameaça estrutural ou temática à realização da vida das populações historicamente excluídas ou não atendidas pelas dinâmicas sociais vigentes. Desenvolvem sua atuação em oposição ao *status quo* e se organizam para promover processos de mudança que vão desde perspectivas reformistas até as transformadoras. Organizam demandas de segmentos específicos e as sistematizam como exigências a serem reconhecidos por toda a sociedade. A gama de possibilidades de formas de organização de ação e de expressão é ampla e significativa, tendo sido já amplamente documentada.

A ação para os movimentos sociais populares se constitui na centralidade de sua vida como sujeitos coletivos. Um movimento sem ação perde seu sentido ou, dito de outro modo, a atuação está no núcleo do sentido de existir de um movimento. Entende-se por “atuação” a intervenção qualificada, intencional e modificadora nos contextos, mobilizando participantes do movimento como sujeitos-agentes deste processo.

Há uma multidimensionalidade na atuação e, ainda que seja importante considerar as mais diversas dimensões, as que intencionalmente se apresentam como de atenção-chave neste estudo são a político-organizativa e a político-educativa. A dimensão político-organizativa se refere ao processo de criação de condições e capacidades para a organização dos sujeitos de modo a promover o que pretende e objetiva a ação coletiva. A dimensão político-educativa se refere ao desenvolvimento de processos formativos por meio de diversas estratégias de comunicação e Educação Popular para a construção de uma cultura política, um posicionamento ideológico e o engajamento em causas comuns. Uma e outra dimensões se retroalimentam de modo que visam fortalecer as capacidades de atuação transformadora das realidades.

As ações político-organizativas incluem, entre outros aspectos, a mobilização social, a formulação e a proposição, a incidência política, a pressão sobre agentes públicos, a negociação em espaços institucionais, o trabalho com a base, o monitoramento e controle social de políticas públicas, a formação de alianças políticas e de redes de articulação, a realização de atividades de representação, construção e deliberação de posicionamentos internos. Entre as ações político-formativas entendemos que estão a formulação/elaboração e a disputa de posições e de opiniões, a realização de atividades formativas de Educação Popular, as ações de comunicação, produção e disseminação de informações (e contrainformações) e posicionamentos, a sistematização de práticas, a formação de lideranças/sujeitos/as. Este repertório de possibilidades de ação

dos movimentos não necessariamente é implementado por todos eles, nem todas as possibilidades são desenvolvidas por todos eles o tempo todo; mesmo quando desenvolvidas, não o são na mesma intensidade. Elas indicam, sim, um leque de possibilidades.

No contexto da pandemia de Covid-19, os movimentos sociais populares passam por mudanças, assim como o conjunto da sociedade. O isolamento social como medida protetiva reiterada como a mais eficaz (largamente recomendada pelas autoridades de saúde desde a Organização Mundial da Saúde, OMS) para fazer frente à pandemia retira as pessoas de espaços públicos e pede para evitar aglomerações. Essa recomendação limita de forma significativa a atuação dos movimentos sociais populares, pois os retira de um de seus espaços principais de atuação, que é a “rua”, e da atuação próxima e presencial junto às pessoas com quem atua nos diversos espaços sociais. Emergiu com força a mediação eletrônica, que vai do uso mais simples de meios eletrônicos de comunicação à organização de formas de ação eletrônica. No primeiro caso, uma prática intensificada, pois as organizações já vinham fazendo uso dos meios eletrônicos para comunicação há um bom tempo. No segundo caso, poder-se-ia identificar novas formas, modos e estratégias de atuação. Aparentemente, a pandemia atinge em cheio o núcleo da atuação dessas organizações.

Considerando o contexto rapidamente descrito, estaria a pandemia de Covid-19 produzindo impacto na atuação dos movimentos sociais populares? Que entendemos por “impacto”? Quais os aspectos a serem considerados? Seria o caso de considerar as mudanças de posicionamento, de orientação e de efetivação da ação? Em que medida essas mudanças podem ser consideradas com força performativa constitutiva (com força de uma “nova ontologia”), ou seriam ajustes superficiais e não duradouros? Se duradouras, que novas práticas serão assumidas como modo de fazer e como posição pelas organizações? Essas mudanças agregaram potencialidades ou mudaram negativamente, teria havido perdas ou retrocessos?

Estariam sendo inauguradas novas formas, modos, estratégias de ação organizativa e educativa no contexto da pandemia? Estariam comprometidos, substituídos e/ou ressignificados aspectos que tratam de engajamento e pertencimento? Quais expectativas estariam sendo satisfeitas pelas ações neste contexto: mudar a agenda política, dirigir o governo, disputar a opinião pública, manter algum nível de atividade da organização para responder às pessoas com quem atua, a manutenção da presença no cenário das organizações com quem há alianças em redes e processos? A atuação no meio eletrônico desenvolvida inclui possibilidade de uso de algoritmos e de inteligência artificial como aceitável na prática dos movimentos sociais populares, ou isso não tem sido aceito e menos ainda implementado? A nova experiência aponta para uma relação entre redes e ruas de que tipo: dicotômica, complementar ou suplementar (noutros tempos, as redes terminavam nas ruas e as ruas alimentavam as redes)? Teriam sobrado somente as redes sem ruas? No que diz respeito à mobilização, como os elementos quantitativos e qualitativos têm sido trabalhados? Que cultura política é construída a partir e pela ação via meio eletrônico? Subsiste ação organizativa e educativa “fora” do espaço eletrônico ou a única possibilidade é essa, sem alternativas consistentes? Esta imensa vivência será transformada em experiência? Quais os diferenciais pedagógicos implicados na ação por meio eletrônico? O uso de mediações não presenciais de Educação Popular coloca novos desafios pedagógicos? Como entendem-se as aprendizagens neste contexto: provisórias, por não haver alternativas, ou uma retomada das práticas que estão na origem da Educação Popular, como os programas de alfabetização por meio radiofônico? Em termos metodológicos, haveria condições de efetiva horizontalidade e interatividade nos processos eletrônicos ou as ações (*lives*) são por demais diretivas e conteudistas? Como trabalhar os elementos de mobilização ética e estética (afetos e sensibilidades) no meio eletrônico? Como ficam as questões de aprofundamento,

de concentração, de argumentação (enfrentar a “sloganização”, a superficialidade) como parte do processo de Educação Popular? Como lidar com as possibilidades de multilinguagens?

Esse conjunto de questões se traduz sinteticamente numa questão central, orientadora do conjunto da investigação e que se enuncia da seguinte maneira: as mudanças de atuação vividas pelos movimentos sociais populares no contexto da pandemia de Covid-19 impactam no sentido de produzir mudanças com força performativa constitutiva (com força de uma nova ontologia) ou seriam ajustes superficiais e não duradouros? Em termos de intensidade, seria o impacto baixo (com muita superficialidade e pouca durabilidade, bastante pontuais e instrumentais), médio (com certa profundidade e duração mas sem capacidade de gerar inovações significativas) ou alto (com grande profundidade transformadora da atuação, que se manterá por tempo significativo)?

Ante esse conjunto de questionamento, estabeleceram-se as seguintes hipóteses para orientar o estudo: há mudanças na atuação político-organizativa e político-educativa dos movimentos sociais populares no contexto da pandemia de Covid-19; e podem-se evidenciar indicativos de que o impacto produzido pelas mudanças tem força para que a intensidade se mostre nos três níveis problematizados, de modo que será fundamental documentar os fatores (variáveis) que dão sustentação aos diversos impactos identificados, para o que será necessário considerar a abertura à crítica e à refutação/falsificação nos seguintes aspectos: orientação de políticas públicas, novas formas de ação solidária, mobilizações realizadas (redes e ruas), intensidade da pressão realizada, modos de reunião alternativos, dinâmicas de deliberação e de encaminhamento interno, representação e legitimidade das lideranças, participação e controle social realizado, potencialização de afetos políticos, sendo que limites, dificuldades e “ausências” também precisarão ser considerados.

Os objetivos para o estudo foram sistematizados como exposto na sequência. Objetivo geral: sistematizar elementos para a compreensão do impacto da pandemia de Covid-19 na ação político-organizativa e político-educativa dos movimentos sociais populares brasileiros, por meio de estudo qualitativo que resultará na produção de ensaio analítico, audiovisual e de divulgação, a fim de contribuir no debate sobre as perspectivas pós-pandêmicas. Objetivos específicos: 1. reunir contribuições de dirigentes de movimentos sociais populares com atuação nacional e que sejam representativos de diversos temas e sujeitos de atuação por meio de entrevistas estruturadas; 2. elaborar e publicar ensaio analítico tomando por base os elementos acumulados nas contribuições colhidas por meio de entrevistas estruturadas; 3. editar e publicar depoimentos dos/as dirigentes entrevistados/as por meios audiovisuais para subsidiar o debate sobre os temas do estudo; 4. organizar e publicar uma página (“*hotsite*”) na rede mundial de computadores com o material audiovisual produzido e também elementos que possam subsidiar os debates sobre o tema de interesse; 5. abrir possibilidade de realização de debates que possam mobilizar pesquisadores no tema dos movimentos sociais populares em seguimento ao estudo realizado.

A justificativa elaborada para o estudo apresenta as seguintes razões: a) possibilidade de estudar a intensidade e força das mudanças produzidas pela pandemia de Covid-19 no contexto social mais amplo e, particularmente, nos movimentos sociais populares; b) disponibilidade de dirigentes e lideranças de movimentos sociais populares para participar do estudo, considerando as relações acumuladas pela atuação da organização proponente, o Centro de Educação e Assessoramento Popular (CEAP); c) capacidades e legitimidades acumuladas pela organização proponente por sua relação de atuação com diversos movimentos sociais populares de atuação nacional ao longo dos últimos anos; d) importância dada pelos parceiros com os quais a organização proponente tem relação

de cooperação internacional para desenvolver o estudo no decurso da intensidade da vivência, mas já identificando possibilidades decorrentes no pós-pandemia; e) importância do estudo sobre a atuação dos movimentos sociais populares, dado o significado de sua presença na sociedade brasileira, particularmente como agentes de organização da participação e da incidência na luta pela democracia, pela garantia de direitos e por transformações no modo de produção hegemônico.

## 1.2. Metodologia

O estudo é uma pesquisa de campo do tipo qualitativo, com dados coletados por meio de entrevista estruturada – anexada, com abordagem pessoal e presencial (pergunta e resposta) –, que foi gravada em audiovisual, realizada por meio de plataforma eletrônica. A entrevista foi dirigida por um/a educador/a do CEAP. O audiovisual foi degravado/decupado e transformado em texto, com identificação de data, horário, nome do/a entrevistado/a e vínculo organizativo, além do nome do/a entrevistador/a. Os/as entrevistados/as assinaram documento de consentimento e de autorização para uso de dados e imagem.

Os/as entrevistados/as são dirigentes nacionais de organizações de movimentos sociais populares (ONGs, movimentos populares, organizações sindicais de trabalhadores/as, redes/ articulações), escolhidos por serem parte das organizações, de modo a falarem desde sua atuação na organização da qual são parte, ainda que não falem “por” elas. Todas as organizações participantes têm relação com a atuação do CEAP, ou o seu campo de atuação constitui tema de interesse que não está entre as relações diretas. As organizações às quais os/as entrevistados/as são vinculados/as são definidas pelo CEAP entre aquelas que têm atuação nacional, e são

de vários campos temáticos. Infelizmente, algumas organizações de sujeitos e temas fundamentais não puderam ser ouvidas em razão de contratempos circunstanciais.

Os dados coletados, depois de decupados/degravados, são apresentados no *ensaio*, recolhem e apresentam as principais contribuições a cada uma das questões da entrevista. Os aspectos apresentados são submetidos à análise numa primeira e inicial consideração, a fim de construir condições de fornecer os subsídios para discutir a problemática e as hipóteses desenhadas na proposta do estudo. Finalmente, serão apresentadas breves considerações prospectivas. Desse modo, têm-se o processo de construção e as partes estruturais do ensaio. O material, em sua versão de trabalho, foi submetido à validação de todos/as os/as entrevistados/as, que puderam fazer revisões e complementações ao que foi produzido pela equipe de pesquisa do CEAP.

## 2. Autorreconhecimento: sujeitos/as do estudo

Os/as sujeitos/as do estudo são 23 organizações de movimentos sociais populares brasileiros. São organizações de ampla e larga atuação no seu âmbito temático, mas também no conjunto das lutas democráticas e populares do País. Os/as entrevistados/as foram convidados/as a se apresentar qualificando a organização que representam; deram informações sobre a organização da qual fazem parte: natureza, missão, objetivos, causas de luta, principais estratégias de atuação, campo de ação, histórico. As organizações foram apresentadas pelos seus representantes entrevistados/as, como descrito a seguir.

A **CUT** (Entrevistada 01) é uma central sindical, uma das maiores centrais sindicais do mundo e a maior do Brasil. Tem vários trabalhadores filiados, sindicatos; organiza-se de forma horizontal e vertical. Há as CUTs estaduais, a CUT nacional e as Confederações. A CUT é um instrumento de luta da classe trabalhadora criada nos anos 1980, justamente com esse objetivo de fazer a luta, de fazer um enfrentamento, iniciando com os sindicatos cidadãos – sindicato que luta não só pelo salário e condições dignas de trabalho, mas, acima de tudo, luta pela vida digna para a classe trabalhadora. Nas suas pautas há várias temáticas, inclusive a luta pela democracia, a luta por direitos, direitos na sua plenitude: direito à saúde, à educação, à emprego e a empregos dignos. E é isso nossa organização, que está em todo Brasil; e também em

quase todos os Municípios nós temos um sindicato filiado. Tem 7.847.077 de trabalhadores/as associados/as e 23 milhões de trabalhadores/as na base. Tem sindicatos filiados do setor privado, do setor público e agora, inclusive, ampliou nesse último Congresso: para, além dos sindicatos, trazer associações que tenham mais ou menos essa pauta trabalhista.

A **AMDH** (Entrevistado 02) é uma ação política de monitoramento de direitos humanos coordenada por redes e articulações nacionais. As quatro redes nacionais que coordenam a Articulação para o Monitoramento de Direitos Humanos são o Movimento Nacional de Direitos Humanos (MNDH), com atuação na agenda de direitos humanos como um todo; o Processo de Articulação e Diálogo (PAD), com atuação no âmbito das relações de cooperação entre parceiros brasileiros e parceiros internacionais; o Fórum Ecumênico ACT Brasil (FE ACT Brasil), com atuação no campo ecumênico-religioso, sendo integrado por igrejas e organizações ligadas ao campo evangélico e luterano no Brasil; e os Parceiros de Misereor no Brasil, que reúnem organizações com atuação em diversos temas, direitos e sujeitos. A Articulação trabalha efetivamente com a agenda de direitos humanos nacional e internacionalmente; ao longo dos anos, centrou muito a sua atuação na construção de informes e relatórios sobre a situação de direitos humanos no Brasil. A partir desses informes e relatórios, realiza ações de interlocução e incidência em espaços da sociedade civil, instâncias governamentais e também em órgãos internacionais de direitos humanos. A construção de relatórios é uma das agendas centrais da articulação, mas ela também trabalha com processos formativos e organizativos com parceiros locais e nacionais, além de fazer seguimento de situações de violações de casos de direitos humanos nos diferentes temas que abrange a agenda de direitos humanos no Brasil. A articulação não trabalha com temas específicos de direitos humanos, como várias organizações atuam, mas

com agenda de direitos humanos na sua amplitude, envolvendo uma gama diversificada de sujeitos e grupos.

O **MNPR** (Entrevistado 03) é o Movimento Nacional de População em Situação de Rua. Iniciou em São Paulo, não como MNPR mas com o nome de “Rua em movimento”; em 2005, no Festival Lixo e Cidadania, em Belo Horizonte, instituiu-se o nome de Movimento Nacional de População em Situação de Rua. Em 2004, após o massacre na Praça da Sé, algumas pessoas que estavam na praça nesse dia, outras que escaparam e pessoas dos ciclos das populações de rua pensaram “ou nós nos organizamos, ou nós seremos exterminados”. Aí, algumas pessoas começaram a se organizar minimamente, iniciaram essa luta que se tornou conhecida nacionalmente. É um movimento altamente de luta e que, na roupagem da população de rua, é um dos mais atuantes, ou o único a atuar com pessoas que viveram ou estão em situação de rua. Vale lembrar que a defesa da população em situação de rua acontece muito antes, com a Pastoral do Povo de Rua, ainda na década de 1970. Quando começou o êxodo rural, quando os grandes latifundiários expulsaram os camponeses na década de 1960, as pessoas vieram para as cidades e não conseguiram trabalhar; os que conseguiram foram morar em favelas ou em comunidades periféricas. Mesmo assim, as dificuldades eram tantas na questão de conseguir se manter que muitos não tinham como manter nem um aluguel nessas comunidades periféricas e tiveram que descer para as marquises, para as pontes e para os viadutos. Estamos hoje na luta constante em defesa dessa população. As nossas bandeiras de luta são trabalho, renda, saúde e habitação. Gostaria de salientar que essas duas últimas estão dentro do guarda-chuva maior que é a saúde, pois na qual essas outras políticas estão englobadas; porque nós entendemos que não tem como pensar em ter saúde morando nas ruas, como pensar em ter saúde sem ter alimentação adequada ou água potável, como pensar em ter saúde dormindo no papelão. Então, o Movimento nasceu dessa luta e hoje está em 19

Estados. Alguns Estados estão em processo de organização, outros estão totalmente organizados. Já ocupamos, nos Estados, vários conselhos, comitês, fóruns; e assim estamos na luta do Movimento Nacional de População em Situação de Rua (MNPR).

A **ABONG** (Entrevistado 04) nasceu em 1991, e é uma associação de organizações; não é uma associação de indivíduos. Quando nasceu, não era nem o termo “ONG”, porque esse termo começou a ser falado no Brasil a partir da ECO-92; antes a gente não se denominava “ONG” mas “centros de educação”, “centros de pesquisa”. A ABONG nasceu nesse processo de articulação internacional para a participação da sociedade civil na ECO-92 e, a partir daí, portanto, emprestou esse nome “ONG”, por isso se tornou a Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais: ABONG. Como associação de organizações, cumpre um papel basicamente de representação nesse campo político nacional e internacional. A ABONG sempre buscou não competir, não sombrear ou não substituir as organizações que atuam nas temáticas e nos territórios. Hoje a gente se autodenomina como uma representação de organizações em defesa de direitos, porque esse mundo de ONGs é um mundo bem amplo. O que é não “governamental”? Esse termo também não é um termo jurídico. Tudo o que não é governamental que faça algum serviço de interesse público *pode* ser considerado como ONG, ou é considerado como ONG. A gente buscou se diferenciar, e a pesquisa FASFIL, que é coordenada pelo IBGE, para o qual a ABONG contribui historicamente: mapeia 800 mil organizações e fundações do Brasil... e se estima que, dessas 800 mil, mais de 120 mil sejam de defesa de direitos. Porque a gente tem um número muito grande de outras organizações e de institutos, as próprias fundações públicas são consideradas, dependendo do olhar, como ONGs, não como órgão público. Atualmente a ABONG possui três linhas de ação. A primeira é a batalha e defesa de um ambiente favorável para as organizações da sociedade civil, a nossa missão principal, garantir e lutar não só no Brasil, mas na América

Latina, sempre na defesa de um ambiente favorável para a atuação das organizações. A gente sabe que não é fácil, temos muitos territórios; e mesmo agora, no Brasil, estamos sofrendo ameaças a essas liberdades de atuação, essa autonomia de atuação... e nós aqui não temos financiamento para essa situação, diferente de outros países, como Estados Unidos, Canadá, na Europa, onde existe recurso do orçamento para atuação autônoma da sociedade civil. Nós, aqui, quando acessamos recursos públicos, geralmente são para executar uma política de interesse do governo, então isso sempre tem alguma tensão com a autonomia. A nossa segunda linha de atuação é criar um ambiente favorável a partir de um marco regulatório de financiamentos. Então, exigindo mais políticas públicas dos governos, tanto do ponto de vista legal, nós aprovamos em 2014 a Lei 13.019, que trabalha em relação a isso, e infelizmente ainda não temos esse fundo de fortalecimento para as organizações da sociedade civil. Uma terceira linha é a defesa da democracia como questão basilar e visão estratégica, não como uma questão tática, apenas para se estar no poder, porque muitas vezes quem está fora do poder luta pela democracia e, quando chega no poder, acha que a democracia atrapalha. Então, trata-se de ter a democracia como uma visão estratégica, independentemente do lugar onde a gente está. É uma luta para denunciar esse modelo de desenvolvimento, por isso que a gente tem várias ações e atuações nesta linha. Essas são as temáticas, e a gente como organização atua em formação comunicação e articulação, que são as três grandes áreas de atuação. As linhas são as políticas nossas, mas o fazer e a práxis da ABONG estão focados nessas três ações: articulação, formação e comunicação.

A **ANAIDS** (Entrevistado 05) faz parte do movimento nacional de luta contra a AIDS é a Articulação Nacional de Luta Contra a AIDS. É uma rede que, desde 2003, reúne representações dos fóruns estaduais de ONG/Aids, redes e movimentos de pessoas vivendo com HIV/Aids, democraticamente eleitos em fóruns locais

e encontros regionais. A missão da ANAIDS é reforçar a articulação e a participação da sociedade civil organizada na resposta ao HIV, posicionando representações em diferentes instâncias oficiais e não oficiais, em eventos nacionais e internacionais. O movimento de luta contra a AIDS vem desde a década de 1980, desde o surgimento da ABIA, no Rio de Janeiro, com o Betinho, com o surgimento da primeira onda que foi o GAPA de São Paulo e, ao longo do tempo da política nacional da luta contra a Aids, se instituiu nos Estados uma descentralização. Primeiro as ONGs Aids atuavam basicamente na prevenção, mas também de direitos humanos de populações vulneráveis, como LGBTQI+ mais, e pessoas afetadas e infectados pelo HIV/Aids; posteriormente o movimento se descentralizou para dar surgimento a redes de pessoas vivendo com HIV/Aids, o marco histórico é a RNP, da qual faço parte, que surgiu em 1995, a partir de experiências internacionais da rede global de pessoas vivendo com HIV/Aids, de onde surgem as redes nacionais de pessoas vivendo com HIV/Aids, as redes dos movimentos LGBTQI+, as redes de prostitutas; posteriormente, além das redes, nós temos, agregando a isso, as redes nacionais de luta contra a Aids, que são uma coisa mais aberta. A ANAIDS participa como movimento nacional de luta contra a Aids de outras instâncias além do Conselho Nacional de Saúde (CNS), e agrega entidades (estaduais/locais) com características mais de movimento, sem CNPJ, necessariamente, por sua atuação de base comunitária e identitária.

A **ABGLT** (Entrevistado 06) foi fundada em 1995, num encontro em Curitiba. Na época se realizavam encontros nacionais, e aí tem a questão das letras, da identidade. O primeiro foi o Encontro Brasileiro de Homossexuais, depois o Encontro Brasileiro de Gays e Lésbicas; quando foi fundada a ABGLT, no encontro de 1995 em Curitiba, já era o Encontro Nacional de Gays, Lésbicas e Travestis (EBGLT). A ABGLT foi fundada com a participação de 20 ou 30 organizações. Embora ela tenha esse nome de “associação”, ela é

uma associação que congrega as organizações de base, que pode ser base municipal ou estadual. Não é uma associação aberta à associação de pessoas físicas; ela tem um caráter como uma espécie de central, uma rede de entidades – porque existem redes não governamentais que têm esse caráter de associar pessoas físicas. A ABGLT foi pensada nesse desenho de uma associação com organizações, porque era uma compreensão de que isso fortalecia mais. Quando tenho uma organização associada em vez de uma pessoa, eu tenho uma tendência de ter uma perenidade maior, uma consistência maior. Porque uma pessoa vem e vai mas a organização fica. Então, ela foi fundada com esse caráter, como uma associação de uma associação de rede, com a presença de entidades de várias regiões do Brasil. Ela surgiu já com entidades da região Sul, da região Sudeste, da região Nordeste, da região Norte e da região Centro-Oeste. E é interessante observar, ao longo do tempo, o crescimento da ABGLT em número de entidades: hoje são mais de 300 associadas, entre associadas propriamente ditas e as colaboradoras. Então, nessa expansão, a gente teve um grande crescimento, motivo de orgulho para a ABGLT. Teve um grande crescimento no Nordeste e no Norte... muitas organizações. Se a gente pega hoje uma cidade do Nordeste, a gente tem uma organização na capital e várias de cidades do interior; então, houve essa expansão. Falando um pouco sobre a diferença entre associados e colaboradoras da ABGLT: a ABGLT, ao longo da história, a gente sabe que, durante muito tempo, principalmente a população gay, e podemos falar, numa questão mais ampla, a população LGBTQI+, trabalhou por muito tempo no enfrentamento da epidemia do vírus HIV/Aids – ainda que o movimento fizesse questão de dizer que não era correto vincular a Aids a gays, inclusive tinha aquela coisa horrorosa que diziam sobre a peste gay, mas não é isso. Mas, ao mesmo tempo, jamais o movimento iria cometer o absurdo de se afastar de uma pessoa que continua fazendo parte, porque atinge uma parcela significativa da população LGBTQI+. Então,

por exemplo, uma entidade que trabalha com a população LGBT com HIV/Aids, ela pode participar da ABGLT? Sim, e tem outras situações de referência que são mais amplas, que trabalham com a questão LGBT e se filiam. Mas, digamos, tem uma entidade que trabalha também com a questão LGBT e que quer se filiar... ela entra como colaboradora. Então, isso agrega para outras organizações também. Você tem a questão HIV/Aids, que é uma questão que se tem muito presente, mas tem outras organizações, por exemplo, de movimento negro, que tem um setor próprio LGBT-QI+: é mais do que bem-vindo; organizações que são mais amplas, como a CUT. Vou citar três exemplos de organizações que estão muito próximos à ABGLT: a CUT, o MST e o Levante Popular da Juventude. Não são organizações estritamente de LGBT mas têm coletivos organizados e, hoje, algumas delas já estão nessa relação de colaboração na área ABGLT. Então existem associadas que são aquelas organizações propriamente LGBTQI+ ou mais amplo, que têm o segmento ABGLT; e aquelas que trabalham questões próximas, que não tem esse caráter mas que também podem se aproximar. Claro que Sul e Sudeste também continuam com uma participação muito expressiva, mas houve uma expansão porque o movimento cresceu muito nessas regiões que eu mencionei, em paradas e em iniciativas de políticas públicas. Houve um grande avanço em Estados do Nordeste, claro que com governos democráticos populares, mas com o movimento participando e impulsionando. A missão da ABGLT, basicamente, combate a discriminação, a prática da discriminação em várias frentes. Porque nós temos uma questão da nossa organização propriamente dita, as iniciativas que independem das relações governamentais, e aquelas que, dependendo da conjuntura e dos governos que se tem, podem ser construídas. Tem um exemplo bem emblemático pra nós: no ano de 2008, nós tivemos dois momentos muito especiais, que foi a primeira Conferência Nacional LGBTQI+, que teve até a presença do Presidente da República fazendo a abertura, e alguns

meses depois a 11ª Conferência Nacional de Direitos Humanos, que nós fomos com uma forte delegação LGBTQI+ organizada, com presença expressiva, com palavra de ordem e intervenção política, porque nós sabíamos que a Conferência de Direitos Humanos também era tão importante quanto a LGBTQI+. Isso depende de um governo que permita o diálogo, que sinalize um diálogo construtivo, como nós tivemos em vários Estados e Municípios. Se nós olharmos no Brasil inteiro, temos exemplos fantásticos de construções de políticas públicas e de relação com movimento em determinados governos. Em geral, nos governos muitos conservadores e de direita, esse espaço não existe. Talvez, em alguns governos um pouco mais do centro esse espaço até existiu. Posso mencionar, no governo do Rio de Janeiro, sem nenhum juízo de valor quanto ao referido governo globalmente, na época de Sérgio Cabral, teve o programa Rio sem Homofobia: foi um programa muito importante, que, infelizmente, depois foi completamente destruído e desmontado. Ao mesmo tempo, tivemos no governo federal, na época do governo Lula, a criação da Coordenação Nacional LGBT, como espaço da construção de políticas públicas. Então, a gente trabalha numa outra vertente, que é uma outra articulação com os movimentos sociais. Então, não podemos ficar fechados na questão LGBTQI+; é uma ilusão acreditar que é possível lutar de forma efetiva e consequente contra a LGBTQI+ sem lutar junto contra o machismo, contra o racismo e contra as desigualdades sociais. Na época, tinha um discurso muito ruim que dizia que uma parcela da população gay tinha maior capacidade de consumo, como se isso fosse uma forma de conquista de direitos. O mercado não é lugar de adquirir direitos, o mercado é lugar de consumir. Às vezes se vale pelo que se consome, e às vezes nem se vale pelo que se consome, porque a gente tem notícias de gays de classe média alta que sofrem discriminação também – é o que, aliás, acontece também com pessoas negras. Então, essa aproximação com outros movimentos no sentido de

entender o desafio no combate à LGBTIfobia não é só uma questão específica da ABGLT. E, aí, uma outra questão é esse aspecto de quando fazem uma organização: não é só discutir como se faz um estatuto, mas é a formação política, é a formação para várias questões, desde como dialogar com o poder público, que é importante, preparação para *advocacy* e outras, mas também essa grande tarefa de fortalecer o nosso movimento, de fazer uma parada mais organizada e mais politizada, não no sentido de política partidária mas de defesa de bandeiras. Fazer com que aquilo que é chamado de “parada” esteja presente na mente das pessoas, que é ótimo festejar, é muito gostoso estar na rua, mas sabendo que a gente está lá para defender o nosso direito de existir, de viver como a pessoa que somos. Esses são os principais objetivos da ABGLT e, claro, trabalhar pelo seu crescimento, uma coisa que eu acho que tem sido marca nas duas últimas gestões, que eu considero muito importante. Nós somos a entidade mais antiga e somos a maior entidade, e isso nos torna donos do movimento? Não. Nós reconhecemos, por exemplo, a legitimidade de organizações nacionais e de redes parecidas com a ABGLT nesse sentido, que são, por exemplo, de travestis e transexuais: a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), com quem a gente tem uma parceria fortíssima; o FONATRANS, que é o Fórum Nacional de Negros e Negras Travestis e Transexuais; a Liga Brasileira de Lésbicas (LBL); a Articulação Brasileira de Lésbicas (ABL); a Articulação Brasileira de Gays (ArtGay); a Art Jovem LGBT, uma rede de juventude – eu já estou com 56 anos e, felizmente, a ABGLT tem muitos jovens, a gente reconhece o protagonismo deles, que se organizaram com esse enfoque; e a Rede Afro LGBT, afinal de contas é onde se encontram dois pilares da opressão nossa: o racismo e a LGBTIfobia. Eu acho que tem essa questão que tem sido muito importante: uma articulação inter-redes de fortalecimento de nossas lutas.

A **SMDH** (Entrevistada 07), Sociedade Maranhense de Direitos Humanos, nasceu em 1979; é filiada ao Movimento Nacional de Direitos Humanos (MNDH). Ela já tem mais de 40 anos e é uma entidade que nasceu dentro de um contexto político de luta pela anistia dos presos políticos, essa é uma marca que traz na trajetória da sua atuação. Então, algumas lutas e algumas causas da sociedade... nós temos um amplo leque de atuação: historicamente atuamos em alguns temas com maior ênfase, em alguns aspectos, com menos ênfase. Mas a Sociedade começa nessa trajetória de defesa de direitos para que as pessoas que foram exiladas, para que os presos políticos pudessem voltar ao País; com o passar do tempo, a Sociedade também trabalha fortalecendo as organizações de base e as organizações que são alicerces do nosso tecido social nos processos de resistência, processos de resistência na luta pela terra; fizemos, inicialmente, um trabalho com as pessoas que estavam sendo desapropriadas nas terras do Vale do Rio Doce, com o projeto Carajás, e também com a implantação da ALUMA, que na época era ALCOA, mas agora é ALUMA, um projeto também na linha da siderurgia; trabalhamos também no fortalecimento pela luta da terra no Maranhão e, dentro dessa trajetória, contribuimos para a resistência das terras de pretos, que são as terras de quilombos, trabalhando com essas associações quilombolas que nascem desse trabalho que a Sociedade empreendeu dentro do Centro de Cultura Maranhão. O próprio Centro de Cultura Maranhão nasceu no seio da Sociedade Maranhense de Direitos Humanos; nós somos de fevereiro e eles são de setembro do mesmo ano. Essa é uma trajetória na luta pelas terras, tanto os quilombolas como os povos ribeirinhos. E na área urbana... atualmente nós não atuamos na área urbana, mas no início foi nesse contexto urbano. Essa é uma trajetória. E a outra trajetória, dos povos indígenas, também nós trabalhamos auxiliando a resistência dos povos indígenas, inclusive do Maranhão. Essa é uma linha de atuação; a outra linha de atuação é o enfrentamento à violência policial, com a especi-

ficidade da tortura na condição dos presos no Estado do Maranhão e também nacionalmente. Nós trabalhamos efetivamente na Campanha Nacional de Combate à Tortura, que o MNDH puxou, sendo que nós éramos a central de atendimento aqui no Estado e, desse movimento, nasceu o comitê estadual, que durante muito tempo foi um espaço de luta ao enfrentamento dessa prática de violência. Depois, ele foi legalizado; com a legalização do comitê, foi diminuindo a sua missão, porque foi enquadrado e engessado o objetivo principal do comitê, que é justamente conquistar mentes e corações para o combate à tortura e aos tratamentos desumanos que são praticados. Com isso, quando o comitê foi legalizado, ele terminou ficando engessado, porque se colocou que a composição do comitê são somente 23 pessoas; então, não tem mais processo de conquista neste sentido. Trabalhamos também para a criação do mecanismo estadual para prevenção e combate à tortura, tanto nacional como localmente, participando várias vezes representando o MNDH como entidade filhada ao MNDH no Comitê Nacional de Combate à Tortura. Ainda nessa linha dos direitos civis e políticos, a gente também deu entrada e acompanhou várias rebeliões do sistema carcerário; no final de 2013, quando teve uma chacina no complexo penitenciário de Pedrinhas, que engloba várias unidades de aprisionamento, nós demos entrada na Comissão Interamericana de Direitos Humanos com uma ação cautelar. E, essa ação cautelar, um ano depois, se tornou medida provisória pela Corte Interamericana de Direitos Humanos. Então essa é a trajetória da entidade nesse caminho. Em 2012, entramos para um outro tipo de ação, em que estamos até hoje: a proteção às pessoas ameaçadas de morte, mais especificamente as vítimas e testemunhas que colaboravam com a justiça. Foi um programa que nasceu em 1996 através de uma ação do MNDH pela sensibilização de uma de suas entidades filhadas, que era o GÁJOB; a partir daí se fez uma rede nacional e o MNDH nos sensibilizou a entrar também no programa de proteção e formar uma rede mais confiável. No

Estado do Maranhão, nós temos este programa como uma política pública, mas a marca na maioria dos Estados é executada pela sociedade civil. Em 2009, o fórum nacional da entidade gestora nos convidou para fazermos a coordenação do programa federal e nós estamos até este momento, passando por algumas dificuldades, porque neste contexto do governo é uma situação bastante delicada. Essa é uma outra linha de trabalho da Sociedade. De 2016 para cá, também estamos, no Estado do Maranhão, na execução do Programa Defensores. A lógica nossa de trabalho é sempre de promoção, proteção e defesa dos direitos humanos em qualquer que seja desses vários trabalhos que nós já tivemos. Um pouco longo, mas é um pouco do trabalho nesses mais de 40 anos.

A **CONAM** (Entrevistado 08), que é a Confederação Nacional das Associações de Moradores, é uma entidade de movimento comunitário e atua, logicamente, em todas as áreas que dizem respeito à vida das comunidades; a base social, como o próprio nome já diz, são associações de moradores. Ela é uma entidade que tem, nos Estados, organização como as federações estaduais, mas as filiadas delas são justamente as associações de moradores. E ela tem afiliação direta, então a entidade-mãe é a CONAM; depois teríamos as federações estaduais, daí as uniões ou federações municipais. Depende muito da região... aqui no Estado do Rio Grande do Sul, é federação estadual e uniões municipais de associações de moradores de vilas de bairros. Aqui na minha cidade, por exemplo, Rosário do Sul, é união de vilas/bairros de Rosário do Sul. Então, depois disso, há as associações de moradores que fecham o conjunto. Mas as associações de moradores são filiadas diretamente à confederação, então a gente tem – a última vez que a gente chegou a fazer um congresso e um levantamento – em torno de vinte mil associadas no Brasil inteiro. Esse número pode variar um pouco, porque há associações que se filiam novas, associações que deixam de existir, porque isso acontece também – é bem difícil manter as entidades no movimento comunitário, por exemplo.

Ela existe para organizar a luta comunitária nos Municípios e nos bairros. Nós temos também associações que atuam na área rural... isso também a gente tem no interior de nossa entidade, e ela tem todos os aspectos da vida das pessoas. Se pegar o aspecto da área da educação, transporte, cultura, na questão da habitação, do saneamento, da saúde, enfim, todas as áreas que têm a ver com a vida das pessoas, com o dia a dia do povo. Então, ela organiza atividades, ela organiza lutas, reivindica direitos, ela atua muito na transformação política; é uma entidade que tem, logicamente, fins sociais também. Nós temos, no interior, nossas associações de moradores... muitas atividades que são atividades até do ponto de vista de solidariedade nesses tempos de pandemia; por exemplo, muitas organizações nossas têm realizado atividades de arrecadação de alimentos, de arrecadação de outras questões de gêneros de primeira necessidade, como higiene, limpeza, e têm ajudado também as comunidades nesse sentido de solidariedade concreta na vida das pessoas.

A **FENATRAD** (Entrevistada 09), Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas, tem 23 anos de existência política, mas a luta das trabalhadoras domésticas, do movimento, já tem 84 anos, ou seja, é um pouco mais antiga que a CLT. A dona Aldelina que começou essa luta lá em 1936, na cidade de Santos, depois fundou uma outra associação em Campinas, onde ela viveu até falecer, e deixou a casa, inclusive, que é a sede do sindicato de Campinas. São 84 anos de luta e, nesses 84 anos, a nossa primeira conquista foi a Lei 5859, aprovada em 8 de dezembro de 1972 e que entrou em vigor em 8 de abril de 1973: foi a carteira assinada, que garante os outros direitos, mas até então era só carteira assinada. A gente não tinha direito a salário mínimo; o salário pago era acerto entre as partes e não descontava o INSS, porque a gente não tinha um salário fixo. Então, antes, o empregador pagava sozinho. E a luta foi uma constante na década de 1960, surgindo aí os movimentos sociais. A Igreja Católica apoiou muito em todos os Estados, e ainda

continua apoiando aqui em Pernambuco. A gente tem uma casa, há mais de 40 anos, que foi cedida para ser a primeira associação aqui em Pernambuco, e hoje é o Sindicato das Trabalhadoras Domésticas. Então, a casa ainda é da igreja, em um contrato de comodato. Nessa luta, na Constituição de 1988, a gente conquistou o direito de ter o salário mínimo, 20 dias de férias, aviso prévio, 13º salário e o direito de se organizar em sindicatos, que a gente não tinha até 88. Depois, a luta sempre veio continuando e veio uma lei que a gente sempre questionou – porque uma lei, quando é aprovada, é cumprida ou não –, que foi a questão do FGTS do governo FHC, ele queria que o recolhimento fosse em 2% sobre o salário e foram feitas muitas reuniões, muitos seminários com a categoria, e se buscou o apoio das bases e se explicava o que estava acontecendo; aconteceu que a gente viu que era uma discriminação e não aceitamos. Ele aprovou a lei e deixou opcional para o empregador só recolher o FGTS se ele quisesse recolher; se não quisesse, não seria obrigado. Então, foi uma lei muito discutido na época e, inclusive, teve desgaste político para os sindicatos, porque, se a lei existe, teria que ser cumprida; as trabalhadoras tinham dificuldade em entender isso, e chegavam no sindicato dizendo “Mas a televisão disse que tem direito a FGTS e a gente chega aqui e vocês diz que só tem se o patrão quiser!” Então houve um desgaste político por conta dessa lei. E aí, quando a gente tem um governo que dialoga com a classe trabalhadora... como foi em 2006, com o presidente Lula, que assinou a Lei Federal nº 11.324; essa, sim, garantiu a estabilidade das trabalhadoras domésticas gestantes, 120 dias com remuneração de um salário mais um terço, os feriados – que a gente sempre brigou pelos feriados, sempre questionando que não só também pertencemos à classe trabalhadora, também tem direito a feriados para a classe trabalhadora. Portanto, a gente também tem direito aos feriados e, pela lei mesmo, a gente só passou a ter esse direito com essa lei, que foi em junho de 2006. Então, teve também a proibição do desconto de moradia e alimentação,

porque até 2006 tinha ainda patrão que descontava vale-alimentação e moradia se a trabalhadora dormisse na casa. Ele tinha o direito de ter uma trabalhadora sem pagar hora extra e, mesmo assim, descontava aquele pequeno percentual a nível de moradia; então, essa lei vetou esse desconto e tivemos mais esse avanço em 2006. Em 2011, aí a gente teve a Convenção OIT nº 189; desde 1997, quando a FENATRAD foi fundada, a nossa luta ultrapassou fronteiras, chegou a outros países da América do Sul. A Organização Internacional do Trabalho (OIT) abraçou a nossa causa, não só no Brasil mas em todos os países do mundo, e em 2010 foram apresentadas as propostas da Conferência Tripartite em Genebra, na 99ª Conferência, e na 100ª Conferência, em 2011, foi aprovada a Convenção OIT nº 189. Antes disso, já tínhamos um projeto de lei para regulamentar os direitos das trabalhadoras domésticas com a ampliação que temos hoje, com o FGTS, o seguro-desemprego, adicional noturno, abono-família; o que acontece é que essa emenda foi aprovada em abril de 2013 e o que entrou de imediato foi a jornada de trabalho, que prevalece. Aí a gente ficou esperando a regulamentação: o congresso se comprometeu que faria em 120 dias e foi prorrogado até dois anos e três meses depois, quando foi aprovada a Lei Complementar 150, em primeiro de junho e que entrou em vigor em outubro de 2015. A gente passou a ter obrigatoriamente o FGTS, o direito ao seguro-desemprego, abono-família, adicional noturno e acidente de trabalho. Mas a lei, mesmo sendo muito boa, deixou algumas coisas que a Federação e a categoria nas bases questionam, porque houve, sim, algumas coisas que ainda discriminam em relação aos trabalhadores, mas a gente sabe é que houve uma reforma, ou “de-forma”, porque a reforma é algo para melhorar e não para piorar, e a reforma trabalhista melhorou muito o lado patronal, mas o lado dos trabalhadores foi um retrocesso muito grande, inclusive mexendo com causas pétreas da Constituição, que estão na CLT e na Constituição. Então temos aí uma conjuntura que não é favorável para a classe trabalhado-

ra, e não seria diferente para nós trabalhadoras domésticas, que sempre lutamos para valorizar o nosso trabalho; mas a sociedade nunca reconheceu o trabalho doméstico como trabalho de real valor, porque não auferia lucro ao trabalhador... mas a gente sabe que auferia, indiretamente, porque a gente tá dando suporte para que as outras pessoas, principalmente as outras mulheres, estejam inseridas no mercado de trabalho.

A **AMB** (Entrevistada 10), Articulação de Mulheres Brasileiras, é um movimento social feminista autônomo, que já tem 25 anos. Ela surgiu na articulação de vários grupos, fóruns, redes que já existiam nos vários Estados da Federação quando da ocorrência da Conferência Mundial de Beijing, da Conferência de Mulheres da ONU. Na oportunidade, há 25 anos atrás, muitos grupos coletivos feministas concluíram que era necessário ter uma articulação nacional que potencializasse a representação das mulheres nessa conferência, construindo coletivamente um documento de posição. Então o surgimento da AMB vem daí, na verdade ela nasceu como articulação de mulheres brasileiras pró-Beijing, que era com objetivo focado na Conferência da ONU. Na volta, houve uma discussão entre os grupos participantes no sentido de se manter articulado, então tirou o “pró-Beijing” e ficou “Articulação de Mulheres Brasileiras”. Tinham uma ideia inicialmente de monitorar os compromissos que o governo brasileiro teria feito internacionalmente, na Conferência das Mulheres da ONU, que implicaria a implantação de políticas públicas para mulheres na época – na verdade esse conceito não existia na época, “políticas públicas para mulheres”, no Estado brasileiro. Aí se permaneceu por um período com grande dificuldade de se manter em articulação e de fazer pressão no governo brasileiro daquele período... que a própria ideia, como eu disse, da política pública para mulheres ainda não existia; dessa forma, foi aos trancos e barrancos. E tem momentos bons quase se acabando, depois voltou numa perspectiva de se constituir como um movimento social, não só como

uma articulação de grupos, mas com objetivos focados no sistema ONU ou focado no Estado monitorando políticas públicas, mas se constitui como um movimento social. Então, isso aí aconteceu nos últimos dez anos, a articulação de mulheres brasileiras vem se consolidando como esse movimento. A gente funciona em 18 Estados da Federação, e nem todos os Estados têm o nome AMB porque, como ela foi uma articulação do que já existiu antes, aqui em Pernambuco, por exemplo, nós somos o Fórum de Mulheres de Pernambuco, e a gente funciona em cinco regiões do Estado, da região metropolitana, do Agreste, na Zona da Mata Sul, no sertão do Araripe e no sertão do Pajeú – não estamos no Estado inteiro, estamos em cinco regiões. Mas isso é muito diferente de outros lugares, por exemplo, Mato Grosso do Sul tem apenas um pequeno grupo de pouquíssimas companheiras da capital. Então, cada Estado tem uma situação diferente da do outro. Nos Estados da região Sul, a gente não tem a AMB organizada, então há particularidades. Nós funcionamos como um movimento social nacional que congrega isso que a gente chama de “agrupamentos estaduais”, que são agrupamentos locais – alguns locais são estaduais e outros locais são capitais. A gente se articula muito através de canais de internet. A gente tem uma coordenação nacional que é eleita numa Plenária Nacional. Na área nacional, ela congrega pessoas de todos os Estados, pessoas (mulheres, lógico), de todos os Estados onde existe AMB. Então, cada Estado escolhe, no período da plenária nacional, que é anual, companheiras para irem compor as plenárias nacionais, tomar a decisão sobre as decisões, sobre as nossas políticas, a nossa caracterização. Talvez seja o que você perguntou em relação à missão. Nós nos entendemos como um movimento social feminista, antirracista e anticapitalista. Esse foi um debate que a gente vem construindo ao longo dos anos. Inicialmente, a AMB se colocava como movimento feminista; depois, ao longo do processo de debate, pelos anos 2000, a gente foi avançando nessa discussão e se colocou como movimento femi-

nista antirracista; mais recentemente, alguns anos atrás, como o movimento feminista antirracista e anticapitalista. Isso significa dizer que o nosso marco de referência... a gente vai alinhando esse marco a partir das conjunturas que a gente vai enfrentando e quando vai se encontrando, construindo esse posicionamento. A gente se organiza nacionalmente, além da coordenação, em coletivas de lutas. Coletivas são compostas por companheiras dos vários Estados, que elas priorizam uma das lutas da AMB. Então, a gente tem oito lutas principais, que a gente organiza os coletivos em torno dessas lutas, porém, a cada conjuntura, a gente vai se organizando e priorizando alguma coisa que congrega e que unifica. Então, as lutas são pela legalização do aborto, pelos direitos do trabalho e previdência social, pelo enfrentamento à violência contra as mulheres, pelo enfrentamento contra o racismo, pela justiça socioambiental, também muito forte. A gente tem um outro campo de luta, que é ligado às lutas econômicas internacionais, que a gente participa em vários espaços internacionais articulando essas lutas; é uma luta contra a lesbofobia, pelo direito de liberdade sexual. Assim, a gente vai se organizando nesses coletivos. E uma última luta, a oitava, que é pela democratização do poder, que antigamente a gente chamava de luta da reforma do sistema político, mas aí depois a gente ampliou esse conceito para discutir a democratização do poder no Estado e na sociedade brasileira de uma forma mais ampla. Então, são essas oito lutas; a gente organiza coletivas em torno delas. São grupos de mulheres dos vários Estados em que atuam, mas a cada conjuntura a gente toma uma questão como central; então isso vai ganhando corpo, sendo mais forte. Por exemplo, no momento da reforma da previdência, a luta pelos direitos do trabalho e previdência social foi mais forte. No começo da pandemia, a luta pelo enfrentamento da violência contra as mulheres em situação de isolamento foi mais forte. Isso vai variando de acordo com a conjuntura.

A **UNE** (Entrevistado 11), União Nacional dos Estudantes, é a entidade máxima de representação dos estudantes de ensino superior no Brasil. Vai completar 83 anos em agosto de 2020 e tem uma atuação forte, de representação não só dos estudantes nas pautas ligadas à educação nas universidades, mas também em pautas e bandeiras ligadas aos mais diversos temas do Brasil. Então, é uma entidade que luta pela democracia, luta pelos direitos sociais, luta pelo nosso povo como um todo, e sempre está muito próxima e parceira de outros movimentos sociais que há na sociedade. Então, a gente tem essa característica de estar presente em todas as lutas importantes, porque os estudantes têm tido essa participação; então a nossa entidade tem essa proposta e hoje nós temos bastante histórico de nossas ações, de nossas participações. A gente divulga bastante nas nossas redes sociais, no Facebook, no Twitter e no Instagram a União Nacional dos Estudantes; também é possível encontrar, assim como no nosso site, todas as informações acerca das principais lutas que a gente tem travado e, é claro, toda a imprensa aí que tem dado bastante repercussão para as nossas ações.

O **MST** (Entrevistado 12), Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, surgiu em 1984, e nós somos continuadores da luta pela terra que outras organizações já vinham fazendo antes. Com três objetivos principais: lutar pela terra, lutar pela reforma agrária e lutar por mudanças sociais no País. Então, a organização surgiu nesse processo de ocupação da terra de latifúndio para distribuir a outras famílias poderem sobreviver e produzir, construindo a luta pela reforma agrária nesse país tão desigual. Quando a gente chegar nessa terra conquistada, começamos a organicidade das famílias e planejar a produção para sobrevivência, cuidando e respeitando a natureza e lutando para garantir os nossos direitos a educação, saúde, de produzir um alimento saudável para o nosso consumo e para a sociedade brasileira. Assim, essa terra que estava improdutiva torna-se produtiva. A gente começou no Rio Grande

do Sul e a organização se espalhou para os demais Estados do País; hoje estamos em 24 Estados brasileiros, estamos organizados com 13 setores e coletivos, cada um com sua pauta mas interligados. Temos o setor de saúde, o setor de produção, de educação, de juventude, coletivo LGBT, de formação; e cada um tem o seu papel e faz esse diálogo conjunto com a nossa base. A nossa organização está formada por uma direção nacional, dos Estados, das grandes regiões. Dentro dos Estados, tem uma organicidade por brigadas, nos assentamentos e acampamentos. Também temos um processo de produção por cadeias produtivas dentro das cooperativas e associações. Lutamos pelo direito e pela igualdade: que todo mundo tenha acesso à educação, à saúde, ao lazer e a uma vida digna, tenha direito a se alimentar; por uma reforma agrária popular e produção de alimentos saudáveis.

O **FEAct** (Entrevistada 13), Fórum Ecumênico Act Brasil, existe por conta da relação histórica do CONIC com o Conselho Mundial da Igreja e com as suas organizações ecumênicas, cujos espaços de governança têm presença nas igrejas. Então, é um espaço de articulação que existe há muitos anos; há alguns anos atrás, ele se tornou Fórum Ecumênico Act Brasil por conta da criação da aliança conjunta das igrejas, com articulação internacional de mais de cem organizações-membro no mundo todo e uma articulação muito grande com a família ecumênica do Conselho Mundial de Igrejas, como a Federação Luterana Mundial principalmente. O FEAct é um fórum muito plural, porque tem conselhos de igrejas e organizações econômicas, igrejas e movimentos sociais. Então, é uma articulação muito importante no campo ecumênico como direitos, em que o papel das igrejas no desenvolvimento de projetos e no campo da incidência é muito importante e também representa hoje, principalmente no Brasil, um aprofundamento muito grande nas diferentes expressões do fundamentalismo religioso, um contraponto: a gente está o tempo todo vendo essa disputa de narrativa. Hoje o FEAct tem um pequeno apoio para

um projeto de acompanhamento a pessoas imigrantes na relação com as igrejas, no engajamento e enfrentamento da xenofobia e no desenvolvimento de parcerias, também, com grupos coletivos de imigrantes, na afirmação de seus direitos e reconhecimento de sua presença e seu direito de viver no Brasil.

A **UNEGRO** (Entrevistada 14) é uma entidade que foi fundada há 32 anos, em 14 de julho de 1988, em Salvador. Reunidas na Biblioteca Pública do Estado, no bairro dos Barris, na capital baiana, uma parcela significativa do movimento negro baiano e muitas pessoas da juventude lutavam contra o racismo, pessoas que já tinham uma vivência grande na vida política de Salvador. O grupo fundador da UNEGRO, com orientação marxista, tinha influente o professor Clóvis Moura, pesquisador e pioneiro no estudo das lutas e situação do negro no Brasil, numa perspectiva emancipadora. O nascimento da UNEGRO incorpora uma nova perspectiva na condução da luta contra o racismo. Rompe com o pensamento dominante de esquerda; no movimento negro, o racismo era um fenômeno isolado da separação de brancos e negros, propondo o entrelace entre as questões de raça, a concepção de classes. Esse pensamento era condutor da entidade e, posteriormente, foi incluída a questão de gênero. Nessa perspectiva, a entidade foi crescendo e incorporando pautas muito fortes que afetam a população negra, como a luta do machismo, mas sobretudo a disputa por uma sociedade mais justa e igualitária. Então, a gente se define como entidade política que luta contra o racismo em todas as suas dimensões, contra o machismo e a LGBTIfobia, que pauta diariamente as lutas políticas, a luta por melhores condições de vida, trabalho, democracia, a luta pela representatividade política e participativa. A UNEGRO está estruturada em 22 Estados e no Distrito Federal. Contamos com um grande número de entidades nos Municípios. No 5º Congresso Nacional da UNEGRO foi realizado na Universidade Federal de São Luís, Maranhão, dias 10, 11 e 12 de junho de 2006, com o tema *Negras e Negros no Poder e em*

*Defesa da Vida*, nosso último censo registrava cinco mil unegrinas/os; agora, em 2020, essa cifra pode ultrapassar mais de cinco mil. Nossa grande luta é desenvolver um sistema integrado de mapeamento. Aqui em Pernambuco, nós temos entidades estruturadas em Caruaru, Olinda, Jaboatão, Recife, Paulista, Igarassu, Moreno e em outras cidades da região metropolitana; temos 8 embriões de entidades se organizando, cujo processo de formalização foi parado por conta da pandemia da Covid-19. Nossas unegrinas/os estão jogando força na coleta de materiais de limpeza e arrecadação de alimentos para distribuição nas comunidades e periferias da RMR e interiores. A UNEGRO tem uma militância forte, aguerrida, com uma pluralidade de participação grande; partidários do PCdoB, PT, PDT, intelectuais, lideranças das comunidades, favelas e periferias do Brasil, profissionais de saúde, estudantes, sindicalistas, profissionais da saúde, educação, assistência social, artistas e muita gente negra que se identifica com o pensamento da entidade formam esse grande aquilombamento.

A **CTB** (Entrevistado 15), Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil, é uma central sindical. Hoje, talvez, seja a segunda maior central sindical do Brasil em número de sindicatos: aproximadamente mil sindicatos filiados. Tem uma participação expressiva de sindicatos rurais e urbanos, com presença em todos os Estados da Federação. Ela surge com a necessidade da defesa da unidade do movimento sindical, reunindo forças ligadas ao PCdoB, ao PDT, ao PSB e uma série de entidades sindicais independentes que se organizam em torno dessa nossa central. Elas têm a questão da unidade, além do compromisso classista, de completo compromisso com a agenda dos trabalhadores e a defesa da unidade, em particular da unicidade sindical, que está seriamente ameaçada. Hoje estamos, como ação sindical, em alguns setores estratégicos e com uma presença importante nos servidores públicos, mas também no setor privado, buscando construir um protagonismo bastante grande. Quando eu falo da unidade, foi a forma como

essas forças, que estavam em centrais distintas até dez anos atrás, contribuíram para a tarefa principal: a construção da unidade dos trabalhadores – já que não foi possível fazer esse enfrentamento, pelo menos para garantir a unidade na base e na ação política concreta. Entre as várias resultantes dessa iniciativa, temos a criação do Fórum das Centrais e diversas agendas que foram construídas a partir dessa unidade, sendo a mais relevante a construção do Primeiro de Maio Unificado. Este já foi em função da pandemia, e foi algo histórico realizado nas redes sociais, reunindo praticamente todas as centrais sindicais, um leque amplíssimo de organizações em torno da defesa da pauta dos trabalhadores. Ela é presidida por um bancário da Bahia, Adilson Araújo, tem uma composição bastante grande e com destaque especial para a participação também dos trabalhadores rurais. É um pouco isso a CTB.

A **COALIZÃO** (Entrevistado 16), Coalizão Negra por Direitos, surgiu um ano e meio atrás, ainda sem esse nome. É uma articulação de diversos movimentos negros brasileiros, é o guarda-chuva, é uma frente, não é uma organização; a UNEAFRO é a organização que puxa, que provoca, que, ao lado de algumas outras, primeiro provoca essa aglutinação. E durante o ano isso tem como marco fundamental a eleição do Bolsonaro; então, a gente imagina a construção dessa frente de movimentos negros na frente nacional a partir da confirmação da eleição do Bolsonaro, a gente começa a praticar ações em conjunto já nos primeiros meses do mandato do Bolsonaro, lá em fevereiro, março. Então já tem incidência política desse grupo junto ao Congresso Nacional, porque uma parlamentar do PSL tenta emplacar uma lei que revoga a política de cotas... isso é de fevereiro para março. Então, a gente vai a Brasília no conjunto de movimentos negros e faz uma incidência política ali, e consegue barrar essa proposta. Em seguida, a gente denuncia o pacote do Sérgio Moro, essa denúncia é aceita pela OEA. Então, a gente vai até olhar numa audiência oficial deles na Jamaica, em maio de 2019; na volta da Jamaica, a gente vai ao

Senado Federal, consegue barrar um decreto sobre as armas do Bolsonaro e sentamos, nesse momento na saída ao Senado, com o presidente do Senado, Alcolumbre. Então, a gente foi fazendo coisas objetivas no sentido de resguardar o direito da comunidade negra... “nós” quem? Organizações negras diversas. E aí a gente continua atuando assim durante todo o ano. No final do ano, em novembro de 2019, a gente faz uma grande conferência, reúne centenas de lideranças de movimentos, e isso dá origem ao documento: uma carta programa que é a carta da Coalizão Negra por Direitos. Então, a Coalizão é uma frente, é uma coalizão, como diz o nome, que tem como função fundamental fazer incidência política por direito da comunidade negra na população negra brasileira no Congresso Nacional e em fóruns internacionais. Essa é a síntese para a Coalizão Negra.

A **CONTAG** (Entrevistado 17), Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura Familiar, é uma organização que trabalha hoje com algumas bases ecléticas ainda de assalariados, porque estamos em transição. Estamos trabalhando para ter um foco específico na agricultura familiar e camponesa. Então, a gente já vem trabalhando essa mudança há uns três anos. Ainda há sindicatos que mantêm estatutos e não fizeram a dissociação, ou seja, o desmembramento do assalariado para o agricultor familiar. Há lugares em que essas bases são menores e, nesse caso, é preferível que se mantenham juntos no sindicato; e a legislação permite que, mesmo um sindicato eclético, assalariados e agricultores familiares, se filiem à CONTAG. Então, já implementamos a paridade, por exemplo, que já está no segundo mandato, sendo metade de mulheres e metade de homens na sua direção. Tem ainda o tema da cota mínima de 30% da juventude. A CONTAG tem feito esse debate muito forte de raça, etnia e trata de forma ampla o campo, construindo bastante alianças com vários movimentos sociais, com a sociedade, enfim, buscando tratar o campo numa relação cada vez mais próxima com a cidade. Cidade e campo hoje, dependendo

do tema, já se misturam; então, essa realidade a gente tem trabalhado bastante forte. É uma organização que tem 27 federações filiadas em todos os Estados e aqui no Distrito Federal, mais de 4 mil sindicatos filiados. Representamos, pelos dados do IBGE, aproximadamente 15 milhões de agricultores e agriculturas familiares, ou seja, temos uma base bastante forte no Brasil, uma história longa de uma Confederação que esteve sempre na luta. Por um raro momento, no período do golpe militar, ela ficou sob o comando do Ministério do Trabalho com um interventor, mas logo em seguida foi recuperada a direção, e podemos considerar que a CONTAG, durante toda sua história, tem uma trajetória de luta combativa. É só olhar para a história, nas greves dos canavieiros e nas greves do ABC em 1979. No ABC, era Lula; em Pernambuco, era Zé Francisco, presidente da CONTAG, junto com Zé Rodrigues e o Cris Nascimento. Isso tudo numa época que não podia fazer greve. Estivemos no debate da anistia, nos posicionando contrários a isso porque perdoava os militares; estivemos nas Diretas Já – ou seja, em todo o processo da redemocratização do País. A CONTAG, das eleições de Lula para cá, teve posição também em relação ao projeto político, posicionando-se claramente. Então, antes, a CONTAG orientava o voto mais do centro para a esquerda; de Lula para cá, nas eleições, pela clareza que tinha cada projeto e as suas diferenças, optou por orientar a sua base a seguir o projeto daquelas candidaturas mais próximas das nossas bases, que tinham mais afinidade com o projeto político sindical da CONTAG. Então, na eleição e reeleição do Lula, na eleição e reeleição da Dilma, a CONTAG se posicionou a favor deles. Também na última eleição, a favor do Haddad, com quem não tivemos êxito, mas nos posicionamos claramente orientando a base em relação a esse projeto. Nossas grandes lutas são o Grito da Terra, que já fizemos 22 edições seguidas, e agora estamos em processo de descentralização dessa ação. Ao invés de concentrar em Brasília, centralizamos nos Estados, mas não deixamos de apresentar pauta para o Plano Safra, inclusive nos

atuais governos. A CONTAG tem uma característica diferente das outras organizações: independentemente do governo, a gente pauta. Mesmo tendo orientado o voto em Haddad, o fato de Bolsonaro ter ganho não significa que a gente não vá apresentar pautas para negociar com o governo. Então, a CONTAG tem apresentado, não para o presidente, naquele ritual que tinha com Lula e Dilma – que era apresentar a pauta, conversar uma ou duas vezes –, mas para os ministérios, apresentamos e tem tido um bom debate, mas os resultados não têm surtido tantos efeitos assim. Tem o Festival da Juventude que organizamos anualmente; em abril agora, era para ter tido o 5º Festival, cancelado por conta da pandemia. Temos também toda a discussão de organização das mulheres. Acho que este é das áreas da CONTAG que mais cresceu nos últimos 20 anos. As mulheres não só têm paridade como a maioria dos filiados dos sindicatos no Brasil hoje são mulheres e a luta delas continua crescendo bastante, fazem o maior movimento de massas, que é a Marcha das Margaridas, que já teve várias edições – a última foi extraordinária, com 100 mil mulheres em Brasília.

A **UNISOL** (Entrevistado 18), Central Nacional de Cooperativas e Empreendimentos da Economia Solidária, tem uma atuação voltada ao trabalho de representação dessas cooperativas e desses empreendimentos solidários. Tivemos origem muito nas experiências de fábricas recuperadas, que eram processos de falência de empresas, em especial no setor industrial, em São Paulo e depois isso se espalhou pelo Brasil; aí surgiu o desafio de outros setores cooperativos, do meio rural, do artesanato, da alimentação, costura... e foi crescendo. Hoje temos por volta de mil cooperativas e empreendimentos solidários, em todos os Estados brasileiros; obviamente há lugares onde a gente é mais forte, lugar em que é um pouco menos, mas estamos presentes em todo o Brasil. O objetivo da UNISOL é fazer representação e também fazer *advocacy*, incidência por legislação, marco regulatório do setor cooperativo e da economia solidária; e um terceiro objetivo é fazer formação,

qualificação, assessoria técnica, captação de recursos para as cooperativas e empreendimentos.

O **CEAAL** (Entrevistada 19) é um movimento de Educação Popular que atua na América Latina e no Caribe e se organiza por meio de coletivos nacionais em 21 países compostos de organizações que atuam nas mais variadas frentes e se articulam a partir de uma pauta comum: a defesa de uma educação transformadora, libertadora, que reconhece, valoriza e impulsiona as lutas dos sujeitos, com seus diferentes fazeres e saberes – essa é também uma das principais características do coletivo CEAAL Brasil. O Coletivo CEAAL Brasil, na verdade, existe desde que o CEAAL foi criado, ou seja, desde 1982, e sempre exerceu papel importante na construção desse movimento de Educação Popular do qual Paulo Freire foi um dos mobilizadores e organizadores. Aqui no Brasil, a gente sempre contou com a presença comprometida do Pedro Pontual desde o início, da Elza Falkenbach, e de outros educadores e educadoras populares, movimentos e organizações que sempre apostaram na força transformadora da Educação Popular. Hoje somos um coletivo de quase 30 organizações que atuam em várias frentes, mas o que nos junta como CEAAL é a Educação Popular. Antes da pandemia, estávamos construindo processos de rearticulação das organizações do coletivo CEAAL Brasil que já tinham feito parte, em algum momento, do CEAAL e, por alguma razão, se desarticularam. Então, várias organizações se reaproximaram e tantas outras, que já se identificavam com o CEAAL, passaram a fazer parte organicamente, inclusive o CEAP. E que bom que vocês se juntaram à gente, estamos felizes por isso, porque vocês têm uma trajetória interessante com Educação Popular. Semana passada, conversando com o Oscar, me contou um pouco das lembranças de você com ele no instituto Cajamar, numa atividade da qual participaram. Então, como é interessante perceber esse movimento da vida, que vai nos colocando trincheiras que às vezes a gente acha que são diferentes, mas elas acabam sendo muito comuns

e, em algum momento, a gente acaba se encontrando. Acho que o CEAP vai contribuir muito nesse espaço de troca e de fazeres que se tornou o coletivo CEAAL Brasil, e nos fortalecer para fazer determinadas travessias, como essa que a gente está vivendo agora, que é muito desafiadora; estávamos na verdade em um momento muito interessante de realização de ações conjuntas e nos fortalecendo como movimento de Educação Popular. Com a pandemia, deixamos de fazer algumas coisas, mas mantivemos, por exemplo, alguns encontros virtuais para conhecer um pouco mais as práticas educativas das organizações e suas apostas, e planejar formas de articulação de ações de solidariedade, criando uma identidade de coletivo mais proativo do ponto de vista da Educação Popular, identificando quais as trincheiras de lutas comuns, como nos fortalecer enquanto coletivo, construindo, impulsionando processos de debates rumo à assembleia geral do CEAAL, que, em função da pandemia, só acontecerá em 2021. Então, toda essa dinâmica foi, em certa medida, interrompida e tivemos que nos observar para dar conta do que vínhamos fazendo como aposta política, pois essa condição virtual, ao mesmo tempo que possibilita a continuidade de algumas questões, de alguns debates, também nos limita muito. Então, uma das questões que vínhamos discutindo era a própria perspectiva da Educação Popular, buscando refletir, conceitualmente, o que é e como se vincula a um projeto popular de sociedade, trazendo para o centro do debate a Educação Popular feminista, as novas masculinidades e tantos outros temas relacionados às especificidades dos sujeitos, e como a atual conjuntura os tem afetado. São temas cheios de significados para os tempos de agora. A violência, o conservadorismo, o preconceito e a homofobia impõem ataques crescentes, e é importante refletir como nossas vidas são atravessadas por essas forças que nos matam todos os dias. Então, essas eram as frentes de debate que vínhamos pautando nos nossos diálogos quando fomos acometidos pela pandemia. Nossa ideia como coletivo CEAAL Brasil é reforçar esse debate na

próxima assembleia geral do CEAAL, para que a assembleia indique quais são os grandes enfrentamentos que precisamos fazer como movimento latino-americano e caribenho. É bem verdade dizer que a pandemia limitou nossa condição de enfrentamentos por não poder estar nas ruas, mas é também verdadeiro dizer que nós buscamos construir saídas e tivemos a capacidade de nos reinventarmos como movimento. Muitas de nossas organizações mantiveram atividades virtuais com a militância para ajudar a companheirada a fazer leituras de contextos e construir ações de solidariedade e de cuidados. Aprendemos a utilizar as plataformas virtuais e estamos fazendo da virtualidade nossa militância, criando novas rotinas nas organizações e nas formas de fazer nossas lutas. Apesar de sentirmos que há um esgotamento físico e emocional causado, especialmente, pelo isolamento social, sabemos que não podemos deixar de marcar presença nas telinhas, porque sabemos que essa é a única forma de militância. Por meio das plataformas virtuais, fazemos nossas reuniões de rotina, estudamos, construímos as campanhas de solidariedades, nos fortalecemos, protestamos, denunciemos e influenciemos o Parlamento e os governos a construírem medidas de proteção e assistência. Então, a gente está vivendo um paradoxo: por mais que a gente se sinta esgotado, a gente se sente no dever, na missão de não se recolher, de não deixar de participar, de contribuir, por conta desse compromisso mesmo com a militância. E como é que a gente vive isso? Pensando em como vamos querer estar no pós-pandemia; acho que isso é uma grande questão que a gente precisa olhar de forma mais refletida nesse momento: não só viver o momento, mas pensar o que é que construo desse viver para o futuro.

O **INESC** (Entrevistado 20), Instituto de Estudos Socioeconômicos, foi fundado em agosto de 1979; temos 41 anos de existência. Ele foi fundado no contexto político bastante delicado no Brasil, que era da ditadura militar, mesmo já dando sinais de fraqueza, que estava se esgotando, mas ao mesmo tempo com muita força,

a repressão era forte. A Bizéh, a fundadora, era militante política da Ação Popular; ela estava exilada, ela foi exilada na Argentina, no Chile, Peru – ela não foi para a Europa, optou por ficar na América Latina. Ela voltou pré-período da anistia, ficou escondida um período de uns nove meses no Colégio de Freiras em Goiânia, para não ser presa, mas o delegado Fleury descobriu; ela fugiu e ficou aqui em Brasília escondida num hospital de um primo dela. Nesse processo, ela começou a ter articulação no Parlamento, mesmo clandestina, escondida no hospital, com a ala chamada “a esquerda do MDB”, que tinha uma presença forte do PCB. Com isso, Bizéh ajudou, inclusive, na redação da Lei da Anistia. Foi promulgada a Anistia; ela foi anistiada e, no outro dia, ela já fundou o INESC. Então, a fundação do INESC foi um dia após a Lei da Anistia. Desde o início, o INESC teve essa estratégia, missão, de estar com um pé na institucionalidade e outro pé na sociedade. Inicialmente em termos só do Parlamento, depois também em relação ao executivo, ao judiciário. Desde o início do INESC, teve essa dimensão que hoje nós chamamos de “incidência política”. O INESC foi uma das primeiras organizações desse campo que atuou dentro do Parlamento. A Bizéh veio com uma ideia, uma concepção fruto da sua vivência e reflexões no exílio: da necessidade de ter organizações independentes e autônomas de partidos, das igrejas de governos, com voz própria na sociedade. Essa ideia tinha um campo de ação política da sociedade, que não tinha a ver com a dinâmica partidária, com a dinâmica das igrejas, com a dinâmica do movimento sindical e dos governos, que eram organizações autônomas e independentes. É nessa leva que ela queria o INESC, depois foram fundadas outras organizações com essa concepção. O INESC mantém, de certa forma até hoje, essa missão de ter presença na institucionalidade e na sociedade. Ao longo do tempo, foi mudando as estratégias de incidência conforme a conjuntura e novas agendas. Com o tempo, essas organizações configuraram um campo político com forte presença na sociedade em prol da de-

mocracia e dos direitos humanos. Na década de 1990, foi fundada a ABONG, como expressão desse campo de organizações. Hoje, a agenda política do INESC vai desde a questão socioambiental, questão indígena, quilombola, questão racial, mulheres, crianças e adolescentes, juventude, LGBTI, controle social do orçamento público, a questão de inovação em medicamentos, reforma do sistema político, e com forte inserção internacional também. E somos uma organização média, com 30 profissionais, mas trabalhando com agendas muito amplas; até agora a gente tem conseguido que essas agendas dialoguem entre si e façam sentido para a sociedade brasileira.

A **MÍDIA NINJA** (Entrevistado 21) é uma das principais mídias alternativas do campo popular democrático da América Latina. Hoje em dia, a gente é uma rede de comunicadores aberta, que conta com mais ou menos sete milhões de seguidores em todas as nossas redes sociais. Se a gente contasse todas elas juntas, tem aproximadamente sete milhões de seguidores. Ela é organizada por um grupo orgânico dessa rede que é o Fora do Eixo; na verdade, a Mídia Ninja é um dos projetos do Fora do Eixo. Este é um movimento social dentro da cultura e da comunicação que vem trabalhando faz uns 15 anos, e vem do Brasil profundo, como cidades de Cuiabá, Rio Branco, Londrina; enfim, tem uma abrangência nacional. Começou com coletivos de cultura que se conectaram para gerar uma cena na música primeiro, gerando uma cena para festivais de músicas independentes no Brasil inteiro, através muito da economia colaborativa, solidária, metodologias de sustentabilidade própria e principalmente baseadas nas casas coletivas, que são nossa principal tecnologia. A gente mora no Núcleo Orgânico: são umas 50 pessoas distribuídas em várias casas coletivas, a gente mora em conjunto, trabalha e tem nossa base, nossa sede, a redação da Mídia Ninja, atividades culturais, etc. São casas bem importantes na nossa construção. Aí tem esse núcleo orgânico, e tem vários tipos de colaborações. Temos perto de 500

colaboradores no País inteiro, pessoas que se envolveram com diferentes envolvimento; tem pessoas que diariamente colaboram, tem pessoas que mandam alguma colaboração por semana, ou por mês, ou a cada seis meses. Enfim, tem vários tipos de colaboração, mas é uma rede ampla, é uma rede bem abrangente e bem ampla – o nosso funcionamento é um pouco isso. A gente tem o nosso grupo orgânico nas casas coletivas e esse grupo orgânico tem uma caixa coletiva, a gente não tem um salário de um trabalho, tipo oito horas, seis horas. A gente é meio que em tempo integral, é uma conjuntura de vida com militância e ativismo, e nossa economia é unificada: todo recurso que entra, também vindo de doações ou de projetos – é bem diversificada a nossa produção de recursos –, isso vai para um fundo comum, que é um banco de uma frente de sustentabilidade; e essa frente distribui os recursos entre as casas coletivas para dar sustentabilidade às pessoas do núcleo orgânico principalmente. Mas são todos processos colaborativos de coletividade urbana.

A **ANA** (Entrevistado 22), Articulação Nacional de Agroecologia, é uma rede da sociedade civil, de experiências de agroecologia. Fundamentalmente, ela surgiu em 2002, quando foi realizado o primeiro Encontro Nacional de Agroecologia, e ela é fruto de um processo anterior de articulação, que é a rede PTA, rede de projetos de tecnologias alternativas, um projeto vinculado à FASE originalmente desde os anos 1980 e que, depois, deu origem a várias ONGs autônomas, em vários cantos do País; paralelo a isso, o processo de mobilização dos movimentos sociais do campo, com a redemocratização, e nessa trajetória levou à criação da ANA. Ela é uma rede de redes, porque é uma rede nacional que articula redes estaduais e também regionais. Por exemplo, no caso no sul do Brasil tem a Rede Ecovida de Agroecologia, no Nordeste tem a Articulação Semiárido Brasileiro (ASA), e nos Estados também existem articulações de redes de agroecologia – por exemplo, aqui onde eu moro, tem a articulação em agroecologia do Rio de Janeiro.

O processo da ANA tem muito a ver com um aprendizado coletivo de construção de conhecimento, entre essas organizações, entre agricultores/as fazendo o intercâmbio entre eles/as, e também o processo de formulação de proposições de políticas públicas. Então, como a trajetória da ANA coincide com a eleição de Lula do ano de 2002, nós tivemos uma forte incidência em vários espaços de participação social, como o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, desde 2003; depois, mais recentemente, a Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (CNAPO). Então, essa agenda de construção de políticas públicas é bem forte na ANA, a partir das experiências; e muitos são os ensinamentos, proposições, processos de articulação, negociação e monitoramento das políticas. Tem um campo de trabalho da ANA que é muito de crítica do modelo de desenvolvimento hegemônico do rural e da agricultura brasileira. Então, um forte trabalho de enfrentamento à questão do uso de agrotóxicos, a questão da apropriação privada da biodiversidade, dos transgênicos e dos impactos dos monocultivos, das violações dos direitos territoriais das comunidades tradicionais. Toda essa agenda do que bloqueia também o desenvolvimento da agricultura familiar e da agroecologia, e tem historicamente uma parte de apoio do Estado brasileiro a esse modelo dos monocultivos e do latifúndio – esse é o campo de ação. E tem um outro: a ANA se organiza nessas redes nacionais e estaduais, e em grupos de trabalhos. Então, tem vários grupos de trabalho que são os espaços de auto-organização dos atores políticos: tem um grupo de mulheres, tem o grupo da juventude mais recente e tem coletivos temáticos. Então, tem um GT de biodiversidade, tem um GT de assistência técnica e extensão rural, o coletivo nacional de agricultura urbana, e recentemente também, nos últimos 10 anos, com bastante ênfase no tema da comunicação e da cultura, porque a gente entende que existe uma riqueza enorme de experiências de agroecologia muito pouco conhecidas no conjunto da sociedade, uma invisibilização muito grande sobre a realidade da agricultura

familiar e camponesa; por isso todo o esforço de comunicação com os outros setores da sociedade brasileira.

O **CONIC** (Entrevistada 23), Conselho Nacional de Igrejas Cristãs, foi criado em 1982 na cidade de Porto Alegre e, desde o início, tem como missão principal estabelecer o diálogo entre suas igrejas-membro, e também desempenhar um papel de espaço público, um testemunho cristão comprometido com a fé, a justiça, os direitos humanos. Atualmente, fazem parte do CONIC as igrejas católicas Romana, através da CNBB, que representa a igreja católica na CONIC; a evangélica de confissão luterana no Brasil; a episcopal anglicana no Brasil; a presbiteriana unida do Brasil; a Sirian Ortodoxa de Antioquia; e a aliança de batistas do Brasil. Além dessas igrejas-membro, nós temos as regionais ecumênicas: atualmente, temos 12 regionais que estão bem ativas nas mais diferentes regiões do Brasil, de Norte a Sul, e temos os membros fraternos, que são os organismos ecumênicos, como, por exemplo, a Coordenadoria Ecumênica de Serviço, a Koinonia, a Fundação Luterana de Diaconia, o Centro de Estudos Bíblicos, entre outros. O CONIC tem duas linhas de ação: uma delas se volta mais para dentro das igrejas, a promoção de diálogo entre as igrejas – nessa linha de ação a gente aborda muito as questões relacionadas a teologia, doutrinas e assim por diante, fazemos a Semana Nacional de Oração pela Unidade dos Cristãos, que acontece todos os anos no período de Pentecostes; e uma segunda linha de ação é o testemunho público, em que a gente estabelece a relação entre fé e justiça, diálogo e também faz as ações de incidência, diálogo com movimentos sociais, sobre direitos humanos e tudo isso. A gente tem um *site* que é bastante ativo, nós temos uma comissão teológica que nos assessoria para todos os assuntos teológicos mais complexos. Realizamos, de cinco em cinco anos, a Campanha da Fraternidade Ecumênica; neste ano, a gente está preparando para o ano que vem, em 2021. Temos nosso *site*, bastante atualizado, as nossas redes sociais também são bastante atualizadas – todas as informações estão lá.

## 3. Leituras do acontecimento

As leituras do acontecimento pandemia de Covid-19 são diversas. Elas são feitas em dois níveis: um que avalia o próprio contexto da pandemia de modo mais geral; e outro que analisa os cenários do ambiente social e político para as organizações do movimento social popular. Abordaremos cada uma delas separada analiticamente, ainda que tenham relação direta e profunda. Ao final, são indicados os recursos digitais mais utilizados pelas organizações conforme elas próprias reportaram. As leituras foram recolhidas pelas perguntas 3, 4 e 11 especialmente. A pergunta 3 solicitava que a organização apresentasse como entende a pandemia de Covid-19 no mundo e no Brasil; a 4 pedia para avaliar os cenários do ambiente social e político para as organizações do movimento social popular em razão da pandemia de Covid-19; a 11 pedia para descrever os meios digitais com os quais a organização atua neste contexto.

### 3.1. Situação geral

No que diz respeito à situação geral, há algumas ênfases que aparecem mais vezes reafirmadas nas diversas contribuições, assim como aparecem aspectos que, ainda que não tenham fre-

quência repetida, podem ser lidos como altamente relevantes. Essas posições foram recolhidas das respostas à pergunta 3, que solicitava à organização para que apresentasse como entende a pandemia de Covid-19 no mundo e no Brasil

Os/as entrevistados/as indicam que a pandemia “agravou realidades já existentes como a desigualdade”. Também falam a respeito do tipo de atitude do governo, particularmente do Presidente da República e sua negligência. A relação entre a pandemia e as questões do meio ambiente também é apresentada. Há, ainda, vários outros aspectos considerados, entre os quais a relação entre economia e vida, a importância do sistema universal de saúde, as características de letalidade e gravidade do coronavírus, a possibilidade de novas realidades, entre outros aspectos. Passamos a recolher algumas das posições representativas, procurando não “desperdiçar”, de modo algum, “as ricas contribuições apresentadas”.

Um conjunto de entrevistados/as aponta para *questões estruturais*, que manifestam da seguinte maneira.

O Entrevistado 04 (ABONG) diz que “a primeira postura da humanidade diante do vírus foi uma postura de preservação da vida e de subordinar todas as outras questões como a economia a esse valor”; por outro lado, há setores para os quais “as pessoas podem morrer, mas a economia não pode”. Entende que a situação “escancarou também um pouco a divisão de classes no próprio âmbito da sociedade civil, aquela parcela que pode fazer o isolamento porque tem condições, porque tem casa, tem onde ficar, tem condição de renda mínima para se alimentar; e tem a parcela da sociedade que não tem como fazer isolamento pois, se não trabalhar, não vai comer, não vai jantar”.

A Entrevistada 10 (AMB) diz que a pandemia “foi possibilitada por esse sistema capitalista, racista e patriarcal que degrada a natureza, que não tem a menor preocupação com a justiça ambiental e muito menos com a justiça socioambiental”. O Entrevistado 15 (CTB) também concorda que a “pandemia, além de uma catástrofe

de origem natural, soma-se ao conjunto de crises que tanto o Brasil quanto o mundo estão sofrendo”. O Entrevistado 20 (INESC) diz: “[...] não sei como vai ser o desdobramento disso, né? Mas as teses neoliberais da não necessidade do Estado e com o próprio mercado capaz de regulamentar as relações, todas as relações, caem por terra.” Reitera: “a gente sabe disso, mas agora eu acho que tem um caldo para isso aí”.

O Entrevistado 12 (MST) diz: “A gente foi fazendo nossa análise também que não daria para gente ficar em casa calado, fazendo nosso isolamento social, mas que a gente poderia fazer alguma coisa dentro dos nossos territórios e dentro do nosso quintal de casa; a gente foi percebendo essa crise que foi se agravando cada vez mais, mundial e no País, principalmente a questão da alimentação e do desemprego.”

O Entrevistado 08 (CONAM) fala que a dificuldade vem de antes da pandemia e “já estava muito grande”. Elenca os seguintes aspectos: “[...] desde 2016, depois do golpe, a gente viu vários direitos serem retirados do povo brasileiro; a gente viu a Emenda Constitucional nº 95/2016 tirando recursos públicos de várias áreas, entre elas a da saúde, mas não só da saúde, também de outras áreas sociais que perderam recursos; a gente viu a reforma trabalhista, a gente viu a reforma da previdência – não que a gente só viu e assistiu, mas a gente lutou contra. Então, além das ameaças da retirada dos direitos sociais e da própria questão da diminuição da participação política, fechamento de órgãos colegiados, não só conselhos, com um decreto presidencial no início do governo, [...] e a crise política se agravando com ameaça constante à democracia.”

O Entrevistado 22 (ANA) diz: “[...] a gente começou a perceber e dar muita relevância de como as redes de solidariedade da própria sociedade civil estavam se configurando para dar resposta aos desafios que vieram com essa pandemia. Então, a questão da fome, da dificuldade do pessoal de ter acesso a alimentos... e houve uma resposta muito consistente do campo e dos movimentos do campo

e das redes de agroecologia para dar respostas imediatas a isso, de como organizar cestas, organizar campanhas de arrecadação de recursos para comprar direto para os agricultores familiares e fazer doação.”

Um grupo significativo de organizações reforça a maneira como a pandemia enfatiza as desigualdades presentes na sociedade; manifestam-se como segue.

O Entrevistado 06 (ABGLT) afirma que “A pandemia revela de maneira mais escancarada um mundo absolutamente injusto e desigual.” Completa que “a mudança desse mundo injusto e desigual, se era urgente antes da pandemia, agora se agrava”, e “um mundo dominado pelo mercado não responde à humanidade”. Para ele, “a pandemia trouxe completamente à luz essas questões todas”, exigindo “apoio às condições de maior vulnerabilidade, de maior precariedade”. Enfim, “a pandemia explicitou coisas que já existiam e, em muitos casos, as tornou mais agudas”.

A Entrevistada 07 (SMDH) diz que a situação da pandemia “é travessia, é desafio, mais para uns do que para outros, principalmente pela marca da desigualdade social”. Observa que os pedidos de distanciamento social são complicados, “com condições sociais muito adversas, como a falta da água, as casas muito pequenas, tendo que ir para a rua para ganhar o pão ou, então, no sistema carcerário... que é o verdadeiro caos”. Alerta que “precisa estar atento às violências que são mais violências do que outras, das pessoas que estão passando por essa desigualdade social e exclusão”.

A Entrevistada 09 (FENATRAD) diz: “[...] a gente está sob a mesma tempestade, mas nós não estamos no mesmo barco, nós estamos em barcos diferentes: enquanto muitos estão enfrentando essa pandemia no iate, ou seja, aqueles que podem se dar ao luxo de ficar em casa, de pedir comidinha pronta pelo aplicativo, esses estão bem, mas quem depende do auxílio emergencial, de suspensão contratual na empresa onde trabalha, e mesmo a trabalhadora doméstica que [...] o empregador suspendeu o contrato

e elas ainda não receberam o dinheiro.” Ela distingue isolamento físico de isolamento social, por que este último “sempre existiu da classe dominante em relação à classe trabalhadora”. Alerta que, se a pandemia “afeta a economia, a classe trabalhadora é a mais penalizada, porque ela perde postos de trabalho, ela se submete a ganhar menos do que deveria e do que merece pelo trabalho desenvolvido, mas não vê outra opção para manter as contas pagas e alimentar a família”.

A Entrevistada 10 (AMB) diz que a expressão da desigualdade é que “a pandemia tem um grau de contágio alto de classe média, mas ela mata as pessoas pobres, ela mata as pessoas de periferia, e o grau de letalidade entre as pessoas negras periféricas é muito superior às pessoas que tenham uma boa nutrição, um bom acesso ao sistema de saúde, condições de isolamento e tal”. A Entrevistada 13 (FEAct) lembra que a pandemia chegou no Brasil através da classe dominante, mas que “os impactos imediatos [foram] para as populações em situação de vulnerabilidade”.

A Entrevistada 14 (UNEGRO) lembra que, ainda que a crise seja grande, é “para a população negra um impacto muito violento”. Entendemos que “[...] as restrições sanitárias e todas as medidas não seriam viáveis para mais de 44% dessa população negra, pobre e periférica que vive na informalidade e no subemprego. Aliado a isso, mais de 40% da população, que são 55% de população negra, [...] não têm as mesmas condições do restante da pequena parcela da população”.

O Entrevistado 16 (COALIZÃO) lembra que foi uma luta das organizações do movimento negro que fez com que dados raciais fossem apresentados nas informações sobre os afetados pela Covid-19, mas “[...] até hoje essa informação é muito precarizada, há poucos dados raciais das pessoas que morrem, dos afetados pela doença, mas os poucos dados já demonstram que é uma doença, aqui no Brasil, que mata preto. É uma doença que no Brasil afeta os mais pobres.” E mais: “[...] a pandemia, para nós, tem esse signi-

ficado [que] é o revelar da desgraça brasileira, é a exposição do que a gente sempre disse e nunca foi ouvido... sobre como o racismo estabelece as relações e organiza a própria sociedade, organiza as diferenças sociais, os conflitos e violências, e nega direitos. Então, a pandemia foi uma oportunidade de que isso ficasse explícito de uma maneira tão profunda a ponto de não ser possível negá-la, de não ser possível ignorar o dado da realidade, que é o racismo estrutural brasileiro.”

O Entrevistado 20 (INESC) lembra que “vivemos num mundo extremamente desigual, não só no Brasil, mas um mundo desigual”. Chama a atenção para “[...] aqueles que não tiveram direito de se cuidar, que o Estado, a sociedade jogou essas pessoas para o contágio, no Brasil mais ainda. Então, a pandemia desnudou isso tudo e, ao mesmo tempo, eu não sei os desdobramentos de tudo isso?”

O Entrevistado 18 (UNISOL) lembra que “[...] mais de 50% da força de trabalho brasileira está sem direitos. Isso vai impactar o financiamento da previdência, de sistemas de direitos porque diminui a arrecadação de impostos, impacta na capacidade das famílias em sobreviver às crises porque, em crise econômica, aquele membro da família que é carteira assinada faz uma solidariedade de sustentabilidade da casa, o aposentado também ajuda na casa.” Alerta que essa situação se junta “ao que já vinha da reforma trabalhista, da Emenda Constitucional nº95/2016 e cria um caldo perigoso para a democracia, porque ela precisa de mínimas condições de resistência e estamos vendo um cenário de salve-se quem puder”. Arremata que “a pandemia só aprofundou isso porque o governo não trouxe respostas para minimizar os efeitos ou respostas muito parciais”.

A Entrevistada 01 (CUT) diz que, “[...] para fazer um enfrentamento da pandemia, há a necessidade de nós nos afastarmos, né? uma vez que é um vírus que tem uma alta taxa de contágio, é um vírus que se propaga muito rapidamente, que a gente não tem

ainda nenhuma vacina, nenhum remédio que possa curar a não ser o controle através do afastamento social e assistência às pessoas que foram infectadas e que têm um agravamento.”

Juntamente com as questões da desigualdade, aparecem questões ambientais referidas pelos/as entrevistados/as. A Entrevistada 01 (CUT) diz que a pandemia “é fruto do desequilíbrio ambiental, das desigualdades sociais que existem no mundo afora, não só no Brasil”. O Entrevistado 04 (ABONG) fala que “a rapidez da sua mutação para infectar seres humanos decorre do movimento desse sistema irresponsável como os seres humanos estão se relacionando com a natureza”. A Entrevistada 10 (AMB) diz que “essa pandemia foi possibilitada por esse sistema capitalista, racista e patriarcal que degrada a natureza, que não tem a menor preocupação com a justiça ambiental e muito menos com a justiça socioambiental”. O Entrevistado 22 (ANA) diz que para “nosso campo de agricultura e de alimentação é o tema do como que o desmatamento, a perda da biodiversidade, os megaconfinamentos de animais, como que isso gera problemas ambientais e de saúde gravíssimos”.

O Entrevistado 02 (AMDH) diz: “[...] as pandemias têm uma relação muito direta com a natureza, com o meio ambiente, e o que a gente tem visto é um processo de aceleração e aprofundamento cada vez maior, sobretudo em sociedades capitalistas, de exploração do meio ambiente, do espaço da natureza, e isso faz também com que essas pandemias afluem como uma facilidade maior diante dessa busca do sistema capitalista por explorar a natureza e transformar essa natureza em dinheiro, em capital. Então, eu acho que tem relação direta com o sistema vida/mundo em que vivemos e com a lógica exploratória capitalista da natureza”.

O Entrevistado 06 (ABGLT) diz que “há um processo que precisa ser enfrentado, uma situação de esgotamento de recursos naturais, e é preciso ter um cuidado com isso, pois temos um mau aproveitamento dos recursos naturais; é preciso pensar neste modelo, que é o modelo hegemônico no mundo, que nesse processo de consumo

está cada vez mais estrangulando o planeta e criando uma parte de um mundo que não tem dinheiro para nada”.

O Entrevistado 17 (CONTAG) diz que “a pandemia e outras doenças no mundo, como câncer, AIDS e tantas outras, podem ser consequências, inclusive, do descontrole das questões ambientais”. Agrega que “[...] o tema do clima, do meio ambiente é uma pauta que precisa ser tratada com muita força por todos, aliada à questão da água, à questão da terra, à questão dos alimentos. No tema da alimentação, por exemplo, é preciso dizer que o povo tem uma alimentação muito ruim, na sua maioria por conta dos produtos que chegam inadequadamente ou são contaminados no processo ou na industrialização.”

Há algumas posições que são mais enfáticas, que falam em “genocídio”. O Entrevistado 03 (MNPR) diz: “[...] nós estamos percebendo que está sendo um genocídio de pessoas, principalmente no Brasil. É um genocídio anunciado quando nós temos a cada dia cerca de mil pessoas morrendo, quando nós não temos respiradores, UTIs nos Estados e Municípios, quando nós percebemos que o governo federal retém respiradores, quando nós percebemos que os recursos destinados pelo auxílio emergencial são muito poucos e muito difíceis de receber, além de demorados.” Para o Entrevistado 06 (ABGLT), “[...] esse projeto que chegou, infelizmente, a Presidente da República é um projeto de política de morte. Nenhum projeto social digno pode acreditar nisso.”

A posição do governo, particularmente do governo federal, é também trabalhada sob outros aspectos. A Entrevistada 01 (CUT) diz: “[...] nós não temos que enfrentar só a pandemia de coronavírus, né? Nós temos que enfrentar também um governo que desacredita, que faz um diálogo para seu público desacreditando na ciência e incentivando as pessoas a irem para as ruas, a fazerem aglomerações, ao retorno ao trabalho de forma intempestiva, sem nenhuma regulação.” Afirma que “é muito difícil para a gente ter um governo como esse, um governo que não cuida da população”.

Diz que “essa é uma crise sanitária, não só sanitária, é uma crise política também que nós temos que enfrentar”.

O Entrevistado 03 (MNPR) diz: “poderia ter os efeitos amenizados se nós tivéssemos uma presidência, se nós tivéssemos um ministro da saúde realmente, se nós tivéssemos a clareza, a sensatez do nosso presidente”; “ele normaliza a pandemia”; “não respeita nem a vida da população”; “é um propagador do vírus, ele é um defensor do vírus”; “ele faz o vírus circular para matar populações específicas”.

A Entrevistada 14 (UNEGRO) chama a atenção para um “governo que nega a pandemia, politizou o problema da saúde, tenta impedir qualquer ação de combate à pandemia, porque, se não fossem os governadores do Nordeste se reunirem num consórcio para compra de insumos e equipamentos de saúde, seria muito pior”. O Entrevistado 15 (CTB) diz: “somado a essa crise toda do sistema, a gente ainda tem um conjunto de forças políticas ultraconservadoras, ultraliberais, absolutamente entreguistas e sem compromisso nenhum com a nação brasileira”. Além da pandemia, lembra também “de um conjunto de forças negacionistas da ciência, negacionistas, inclusive, da possibilidade da existência do outro porque trabalha com a tese de eliminação/extermínio de quem pensa diferente, na lógica da política do inimigo”.

O Entrevistado 17 (CONTAG) diz que “[...] o governo federal como um todo não está cuidando muito bem da pandemia. As medidas são insuficientes, chegaram atrasadas e ainda chegam de forma irresponsável. O povo se contaminando porque tem que ficar na fila da Caixa Econômica Federal para tentar pegar um auxílio de R\$ 600,00 quando a tecnologia já mostra que você teria os mecanismos com dinheiro direto na conta e trocando nas farmácias, nos supermercados, sem precisar aglomerar daquele jeito.”

A Entrevistada 10 (AMB) lembra: “agora a gente acha que as dificuldades maiores que a gente está vivendo não são causadas pela pandemia em si, mas pela situação do governo brasileiro,

que gera um ambiente político que amplia a pandemia, que gera uma condição de não enfrentamento com as medidas corretas à pandemia, não garante as condições sanitárias e nem as condições econômicas para que as pessoas possam sobreviver”. A Entrevistada 19 (CEAAL) ressalta: “esse é um dos piores cenários, primeiro porque estamos vivendo uma gestão totalmente irresponsável do Bolsonaro, então isso nos coloca numa situação bem mais complexa do que se nós tivéssemos um gestor responsável; a tendência é que isso se espalhe ainda mais... de continuidade da criminalização dos movimentos”. O Entrevistado 22 (ANA) também avalia que “[...] setores que talvez não percebessem agora percebem a importância dos espaços da democracia participativa. A gente teve um processo de construção dos conselhos das comissões de políticas públicas, e são espaços especiais que foram totalmente destruídos desde o golpe de 2016, principalmente agora com o governo Bolsonaro, e que fazem muita falta. A falta que faz o Conselho de Segurança Alimentar...” Afirma que “[...] a discussão sobre a importância das políticas públicas ganha hoje outro pano de fundo, nessa situação da pandemia, justamente porque o Estado precisa agir. As políticas públicas são importantes, e ficou evidente isso no contexto da pandemia.” Conforme o Entrevistado 15 (CTB), “de fato, a pandemia escancarou coisas muito fortes porque deu significado para milhões e milhões de pessoas sobre a importância e o papel do Estado na garantia do direito”.

O Entrevistado 18 (UNISOL) diz que “[...] a resposta é quase nula, esse é o problema do ponto de vista da população: não foi o governo e sim o legislativo, por pressão social, que construiu a renda básica emergencial, que hoje já passa mais de 60 milhões, estamos chegando a quase 70 milhões que acessaram... então, mostrou que é possível ter uma renda básica de cidadania no Brasil, o que todo mundo dizia que era impossível... algumas lendas urbanas caíram. O auxílio emergencial mostrou que o Brasil pode ter um programa

minimamente universal em todos os setores vulnerabilizados, de uma renda básica de cidadania, só que demorou.”

O Entrevistado 18 (UNISOL) fala que “o Brasil poderia ter aprendido com os erros e acertos as abordagens que ocorreram em outros países” e que “o governo foi totalmente incapaz de responder ao setor produtivo; para ter uma ideia, agora está saindo uma linha de crédito para financiar folha de pagamento... a pandemia passou quase que inteira, mas mais de três, quatro meses sem resposta nenhuma”.

O Entrevistado 21 (Ninja) diz que “a Terra inteira está à frente de um mesmo problema e isso, para a gente, é um desafio, principalmente por conta dos problemas que temos no Brasil em relação ao governo Bolsonaro, em relação à falta de política clara, em relação à falta de cuidado, à falta de determinação de uma quarentena para todo mundo, regras claras para seguir, de como se comportar nesse momento... e o pico e aumento de casos que a gente está acompanhando diariamente”.

As observações de vários entrevistados/as lembram da importância do Sistema Único de Saúde (SUS) como uma experiência fundamental para o enfrentamento da pandemia, ainda que seja atacado e enfraquecido. O Entrevistado 03 (MNPR) diz que “a pandemia mostrou também a importância e a grandiosidade do SUS”; e diz: “se não fosse o SUS, estaríamos em uma situação muito pior”. A Entrevistada 14 (UNEGRO) diz que, “se não fosse o SUS, embora sucateado e desfinanciado, ter dado uma resposta na internação e tratamento da Covid-19... pois é a única alternativa que essas populações têm”. O Entrevistado 16 (COALIZÃO) diz que a “[...] população negra, para ter acesso à saúde, só tem acesso se for via SUS, e o SUS precisa, portanto, para poder atender bem aquela parcela que depende dele para sobreviver, ser alvo de investimento. Os governos brasileiros, nos últimos anos, especialmente para deteriorar o SUS, tiraram recursos do SUS, congelaram investimentos no SUS, né?”

O Entrevistado 20 (INESC) diz que, “[...] com a pandemia, você colocou o quanto o Estado é necessário para enfrentar situações dessas, o quanto Estado que tem um sistema público de saúde universal estruturado, o quanto isso é fundamental para o enfrentamento de uma situação dessas, né?” O Entrevistado 22 (ANA) alerta para a “discussão do desmonte no Brasil de quase todas as políticas públicas para a agricultura familiar e para a segurança alimentar e nutricional; mas, sem políticas públicas. não é possível dar resposta aos desafios”.

Há um conjunto de posições que falam das possibilidades emergentes a partir da pandemia. O Entrevistado 04 (ABONG) diz que “[...] o coronavírus criou um novo paradigma para a humanidade. Não teremos a mesma humanidade pós-pandemia.” O Entrevistado 06 (ABGLT) diz: “[...] nós e os outros movimentos sociais temos que pensar, inclusive, que a saída da pandemia não é simplesmente um retorno à normalidade. Temos que pensar em uma outra situação em que a palavra ‘normalidade’ não significa o Brasil ser um campeão do mundo em morte de travestis e transexuais. Que normalidade é essa? Uma normalidade da barbárie? Assim como a normalidade do genocídio da juventude negra? Essa normalidade a gente não quer mais, não. Voltar para essa normalidade não é a resposta.” O Entrevistado 11 (UNE) diz que “[...] para todo mundo é uma novidade, e aí ninguém sabe como responder para algo que ninguém viveu. Então, está todo mundo tendo que achar formas de ser e reorganizar de maneira muito rápida.”

O Entrevistado 15 (CTB) diz que “[...] a avaliação que se faz é que a pandemia e a conjuntura trazem muitas e sérias dificuldades para os trabalhadores, apresentam um cenário pós-pandemia de muitas dificuldades. Os trabalhadores precisam entender e encontrar propostas para esta correlação de forças desfavorável.” O Entrevistado 17 (CONTAG) diz que “nossas vidas particulares, as instituições, os Estados, as economias não serão mais iguais ao que era antes”. E o Entrevistado 21 (Ninja) diz: “para nós também

é uma janela de oportunidades, porque um momento geracional meio único, onde todo mundo está conectado no mesmo problema, com novos desafios, repensando também e dando chance para repensar nossa forma de organização, nossa forma de convívio e nossa forma de produção econômica, um monte de problemas que já estavam sendo colocados... mas a gente acha que é o momento também de um desafio, de poder inventar e poder fazer tecnologias sociais e trazer novas respostas nesse momento”.

A Entrevistada 19 (CEAAL) enfatiza a importância das aprendizagens que o contexto da pandemia de Covid-19 e diz: “o que mesmo a gente aprende com essa pandemia?” Faz um ensaio de resposta dizendo “[...] acho que a gente está sendo muito mais atravessados por uma raiva, ao mesmo tempo uma impotência, uma situação muito difícil de encarar, e, ao mesmo tempo, pensando o que mesmo estamos aprendendo com isso, no sentido de seres humanos, no conceito de humanidade mais generosa, mais afetuosa possível [...] é como se você estivesse sendo cercada pela morte, com medo de sair de casa, medo de encontrar pessoas, medo de se aproximar das pessoas e, ao mesmo tempo, não podemos deixar que o medo nos paralise. Difícil encarar... enfim, a gente está num campo de processar, de pensar, de conversar e de chorar juntos e sentir o calor humano.”

## **3.2. Cenários para os movimentos sociais populares**

Os cenários para as organizações populares emergem das colaborações dos/as entrevistados/as, que observam mudanças significativas na realidade, as quais, por sua importância, incidem também na dinâmica das próprias organizações. Foram recolhidas por meio da pergunta 4, que pedia para avaliar os cenários do am-

biente social e político para as organizações do movimento social popular em razão da pandemia de Covid-19. São vários os aspectos considerados: as dinâmicas políticas e econômicas em geral, do campo da esquerda, as restrições, dificuldades e desafios.

Aspectos políticos e econômicos do cenário para as organizações são apresentados nas posições seguintes. A Entrevistada 01 (CUT) aponta para as mudanças do trabalho remoto, o “trabalho de plataforma” e seu impacto na vida dos/as trabalhadores/as. Ela, inclusive, retoma que a organização tinha uma posição contrária em relação a ele: “nós, o tempo inteiro, combatíamos”. Ela também lembra que, nos últimos anos, os movimentos sociais “foram muito discriminados, perseguidos”, o que impactou “no modo como a gente estava se organizando”. Estão em curso mudanças profundas nas relações de trabalho, com perdas de direitos pelas reformas trabalhistas, o que impacta de modo significativo o mundo sindical e do trabalho.

O Entrevistado 03 (MNPR) afirma que “o cenário político não é fácil, porque a economia está quebrada mesmo e vai quebrar mais”. Também completa que “[...] o Brasil é um dos que menos investe no combate à pandemia, e o que menos testa. Isso é uma piada de mau gosto, é morte anunciada.”

O Entrevistado 15 (CTB) observa que a pandemia trouxe uma questão: “[...] do interesse da maioria do povo no processo de enfrentamento dessa situação. Refiro-me ao conjunto de forças que negam o Estado, que negam a solidariedade, que negam os valores básicos de convívio humano, e que é o que está em disputa nesse processo de narrativa.” Lembra que “[...] isso, porém, não é de hoje, não é a pandemia. A pandemia veio e colocou essa questão da vida, essa questão da saúde, essa questão da própria existência dos formatos de valores bastante impregnados, como o individualismo, por exemplo.”

A Entrevistada 23 (CONIC) lembra que “havia todo um contexto de cultura democrática que já vinha no processo de criminalização

dos movimentos sociais, das organizações não governamentais, de defensores e defensoras dos direitos humanos”. Entende que, “no contexto da pandemia, isso se acirrou bastante, e um dos vieses que a gente acompanha são os discursos religiosos fundamentalistas, que aumentaram muito no contexto da pandemia e toda essa campanha de ódio às organizações que foram feitas nas redes sociais não só nas redes sociais, mas presencialmente”. Entende que “é um cenário preocupante, e como todo mundo, a gente não sabe muito bem onde isso vai terminar, mas justamente por causa desse cenário preocupante, complexo, com falta de orientação principalmente no que diz respeito à saúde”.

A Entrevistada 19 (CEAAL) lembra que “outro aspecto que é bastante forte agora é o debate sobre a criminalização da política”. Aponta aspectos desse debate: “[...] o primeiro é recolocar uma narrativa dessa perspectiva da Educação Popular, transformadora e libertadora. Outro é como influenciar os espaços, especialmente das escolas, porque esse debate nas universidades tem fluído e crescido, especialmente com a organização das cátedras Paulo Freire, dos departamentos e núcleos de educação, todo esse movimento do começo dos anos 90 que gerou, por exemplo, a própria estratégia de Educação do Campo, que bebe dessa fonte da Educação Popular muito fortemente e pensa uma estratégia da educação pública diferenciada.” Pergunta-se: “Como nos articulamos mais com esse lugar, como nos conectamos com educadores populares que estão nesses espaços das escolas se sentindo acuados para poder desenvolver um processo educativo minimamente decente?” Entende que “essas são questões que estão postas para a gente e afetadas em função do que estamos vivendo agora, mas isso já se arrasta há um tempo, se agrava pelo que estamos vivendo agora e que nos coloca num lugar de desafio ainda maior”.

Entrevistados/as alertam para os constrangimentos do Estado e do governo neste cenário. O Entrevistado 02 (AMDH) lembra: “o período pré-golpe, o período do golpe, o governo Michel Temer,

descambando para o governo Bolsonaro”, que qualifica como “[...] um processo de total desconstrução e fragilização desses espaços políticos em que a sociedade civil tinha uma relação mais direta com vários espaços de debate e discussão sobre os principais problemas, sobre as ações e políticas, etc. Muitos canais de conselho, espaços de participação e de construção social foram eliminados, e muitos dos que ainda existem estão somente no papel, pois não têm capacidade operativa e de atuação. Não têm conseguido operar suas funções, por esvaziamento e/ou por não terem orçamento para atuar.” A Entrevistada 14 (UNEGRO) concorda com essa avaliação: “[...] a gente tem algumas dificuldades porque, com o desmonte da participação e do controle social com o golpe, as organizações tiveram um abalo muito grande, inclusive algumas não conseguem funcionar direito. Mas tem uma percepção maior que é a questão da reorganização do pensamento de luta, que hoje você consegue reunir várias organizações, e, do ponto de vista social, eu acredito que há uma retomada no enfrentamento.”

Há observações dirigidas mais ao campo político da esquerda. O Entrevistado 03 (MNPR) faz uma crítica à esquerda: “Agora, falando da política nacional, não posso deixar de dizer que a esquerda brasileira está inerte. A esquerda brasileira não está fazendo nem 8 nem 80, está parada no tempo esperando o *impeachment* de Bolsonaro, e não vai ver esse *impeachment*.” Em sentido mais amplo, “então, a gente vê que a classe política não está fazendo mais do que o dever de casa, e apenas o paliativo, quando deveriam inclusive estar incidindo juridicamente ou de outras formas para garantir pelo menos que as pessoas não morram de fome, porque o auxílio agora vai baixar para 500, 300”. O Entrevistado 22 (ANA) sugere que “o contexto desafia os movimentos sociais e as esquerdas a politizar discussão a partir de questões muito concretas da realidade da base social”, isso porque avalia que “a gente teve um distanciamento muito grande dos partidos de esquerda dos movimentos,

das bases sociais no dia a dia, e isso acabou deixando um campo muito aberto para o discurso da extrema-direita”.

Várias das análises apontam para as restrições de financiamento às organizações populares, seja dos fundos públicos, seja de outras fontes, o que constitui elemento significativo do cenário. O Entrevistado 20 (INESC) diz que o “financiamento público no Brasil nos últimos tempos praticamente sumiu”. O Entrevistado 04 (ABONG) também lembra que “[...] as organizações já vinham sofrendo muito, politicamente, em relação a sua legitimidade, em especial ao seu financiamento. Aquelas organizações que atuam muito próximo das políticas públicas, com a Emenda Constitucional nº95/2016, praticamente acabaram as possibilidades, e não é só do governo federal, pois quem financiava os Estados e os Municípios era o orçamento federal [...]”, e complementa: “com a crise social sendo planetária, também as fontes de financiamento de cooperação internacional vêm reduzindo”. Alerta que “[...] não dá para dizer que o cenário piorou radicalmente. Quem está ruim tendencialmente, não melhorou.” Entende que “[...] abriram-se oportunidades, e aí depende de cada organização, de sua estratégia, de sua capacidade de atuação. Não é só oportunidade, mas depende muito da capacidade de cada organização se colocar no novo cenário.”

O Entrevistado 05 (ANAIDS) informa que “a partir de 2019 todos os projetos foram cortados, não existem mais financiamento para isso, inclusive, por conta do novo governo e todo o contexto desfavorável, não só da participação social”. O Entrevistado 06 (ABGLT) observa: “[...] já vínhamos em uma situação de dificuldade das organizações porque muitas das iniciativas eram feitas com absoluta legitimidade, sem que nada fosse questionado do ponto de vista da ordem jurídica, da ética. Várias organizações que desenvolviam atividades conveniadas com o poder público começaram a ser cortadas, na verdade antes do governo Bolsonaro. Só que agora, com o governo Bolsonaro, está terra arrasada, já está

quase praticamente nada.” A Entrevistada 23 (CONIC) diz que “[...] vê com muita preocupação, inclusive porque muitas das organizações estão perdendo acesso a recursos. Então, tem todo esse tema econômico, também de sustentabilidade das organizações que a gente sabe que vai ficar cada vez mais difícil, a preocupação com a própria sobrevivência dessas organizações que são fundamentais.”

A Entrevistada 13 (FEAct) afirma: “É muito dramático. Já há uma redução da sociedade civil organizada, já há uma redução de organizações que não tiveram mais condições de continuar o seu trabalho. Há organizações muito antigas que desenvolveram capacidades de sustentabilidade muito populares e comunitárias e hoje, por conta do distanciamento/isolamento social, não podem mais cumprir seus planos de sustentabilidade financeira a partir de eventos e de outras ações que as sustentavam.”

O Entrevistado 12 (MST) lembra que “a gente não pode depender/esperar pelo governo, porque não conseguiria sobreviver e seguir atravessando essa pandemia, porque o governo tarda muito e as poucas políticas que têm, o povo que mais necessita, não tem acesso, o povo está ficando mais pobre porque estão na vulnerabilidade, com o descaso, a falta de compromisso e de responsabilidade por parte do governo”.

Um conjunto de entrevistados/as fala das contribuições, e também dificuldades, das próprias organizações neste cenário, sob os mais diversos aspectos. Há também a indicação de desafios. O Entrevistado 03 (MNPR) lembra que, “se não fossem as organizações sociais, teríamos mais mortes nas ruas do Brasil”. Para ele, “a pandemia trouxe essa solidariedade e também trouxe muitas mortes, muitas dores, muito sofrimento; mas ela trouxe a solidariedade”.

O Entrevistado 11 (UNE) lembra da dificuldade de mobilização nas ruas: “[...] a gente tem uma série de ataques a nossa democracia, a nossa educação, aos nossos direitos sociais, e a gente, por defender o isolamento, não consegue se mobilizar para as ruas. Só que o lado de lá continua se mobilizando, a base do bolsonarismo.”

O Entrevistado 12 (MST) lembra dos processos de criminalização das organizações sociais, em razão das “lutas que vêm fazendo historicamente, em defesa daquilo que vem lutando, suas bandeiras de luta”. Reforça que “[...] na hora da luta a gente se reúne pela mesma causa. E, nesse momento da pandemia, nesse âmbito dessa crise, é a luta pela vida, é a luta para combater a fome, é a luta para combater o desemprego, as desigualdades no dia a dia.” Também chama a atenção para as dinâmicas de solidariedade: “Então, é o próprio povo que está se ajudando, e a gente está vendo que é o próprio povo que mostra mais a solidariedade com o pouco que tem, ajudando um ao outro; e isso em todos os âmbitos que a gente vê; desde o processo de alimentação, do acolhimento, de compartilhar o que tem, da solidariedade das poucas coisas e do trabalho também.”

A Entrevistada 10 (AMB) afirma que “[...] é um cenário muito difícil. É um cenário muito difícil porque, especialmente para a gente, que é constituída majoritariamente por mulheres pobres, periféricas, mulheres que estão fazendo seus corres para sobreviver, muitas das quais não têm acesso à internet com facilidade, não têm condições de isolamento social, porque têm que sair para rua para ganhar o seu; tem casas, habitações que não permitem uma separação entre quem está doente e quem não tá, então isso emocionalmente abala e dificulta a militância, por outro lado é também essa condição que gera a possibilidade de solidariedade, então a gente também vê essa possibilidade crescendo.”

O Entrevistado 17 (CONTAG) lembra que as lideranças estão espalhadas pelo Brasil, por isso, articular nesse contexto é mais difícil: “[...] estamos tendo uma dificuldade muito grande. Estamos, também, presenciando já perda de pessoas.” Também lembra que “está tendo perda na arrecadação” de recursos para a manutenção da entidade. Lembra do que chama de “‘efeito psicológico’, porque ficar em casa tanto tempo e com trabalho remoto nos obriga a reaprender muita coisa”. A Entrevistada 09 (FENATRAD) fala das

dificuldades que “teve e continua tendo, porque no início a gente nem sequer podia abrir o sindicato, e isso prejudicou muito a categoria, porque a gente não tinha como dar informações”.

O Entrevistado 18 (UNISOL) fala que “é com muita preocupação que a gente está vendo que o setor do cooperativismo, da economia solidária, vai ter um desafio enorme pós-pandemia porque vai ter que criar novas estratégias de organização do trabalho coletivo; o movimento sindical vai ter que pensar que não adianta achar que trabalhador é só quem tem carteira assinada, vai ter que começar a pensar em representar toda a classe que vive do trabalho, e hoje o movimento sindical só representa o setor carteira assinada sindicalizado, que é uma minoria no Brasil. Então, tanto o setor do cooperativismo e da economia solidária vão ter que repensar ferramentas, cooperativas de plataforma, novas estratégias de organização em rede, de trabalhadores com a mesma atividade econômica ou prestação de serviços, porque cresceu muito.” Observa que esses novos desafios “vão exigir, inclusive, novas lideranças, e esse é um outro problema: a não aposta na formação, inclusive para novas lideranças; e você vê, na representação política, na representação das lideranças sindicais, nas cooperativas, a baixa aparição de novas lideranças”.

A Entrevistada 19 (CEAAL) lembra que “se intensificou muito a criminalização com as ideias de Paulo Freire”. Lembra que o desafio “é cada vez mais não só construir resistência mas investir numa narrativa ou numa contranarrativa que desconstrua essa visão na sociedade, e isso não é fácil”.

O Entrevistado 20 (INESC) lembra de várias questões; uma em relação à ação solidária: “são essas organizações, são esse campo de organizações e movimentos que está fazendo todo esse movimento de solidariedade, não é a direita”. Lembra da incidência política e do impacto na necessidade de ação virtual: “a gente está no processo ainda de saber como que faz isso, e que é muito complexo”. Também lembra de outro impacto: “[...] eu acho que é mais difícil

a gente poder avaliar o impacto da morte nas nossas organizações, né? Então tem muitas organizações que a gente fica sabendo, essas organizações mais comunitárias tem um perfil dentro das organizações protegido, mas essas organizações de coletivos e jovens que estão nas comunidades, que a vida já era desprotegida e a vida já estava exposta, com o vírus mais ainda... eu não sei o impacto disso, não sei mesmo.”

O Entrevistado 21 (Ninja) lembra que há diferenças: “[...] é um grande desafio para todas as organizações, mas é bem diferente. Cada caso tem seus desafios próprios e, ao mesmo tempo, é um momento que tem desafios que as organizações têm que repensar em como se reformular e como continuar atuando, e também se abrem possibilidades de se incidir mais, de pautar mais algumas coisas que em outros momentos não estavam nem sendo debatidas [...] são várias janelas que se abrem de desafios.” Observa que “[...] a nossa conexão com esses movimentos é tentar empoderar para que esses movimentos também tenham mais ferramentas de construção *on-line*, mas ao mesmo tempo eles continuam. Então, eu acho que cada movimento é uma situação diferente, mas que estamos todos no desafio de atualização.”

O Entrevistado 22 (ANA) observa que “[...] essas redes de solidariedade que se construíram e mostraram toda a sua importância recolocam, até para os próprios movimentos sociais e para as esquerdas, a necessidade de se rediscutir caminhos de desenvolvimento a partir de questões muito objetivas do dia a dia das pessoas, como o caso em que a gente está envolvido, na questão do acesso à alimentação, da importância das políticas de segurança alimentar, da importância de se fortalecer as cooperativas da agricultura familiar, criar espaços de comercialização direta da agricultura familiar na periferia.”

O Entrevistado 16 (COALIZÃO) afirma que “[...] a pandemia multiplica os desafios porque movimentos sociais de base, embora sempre tivessem que lidar com dois elementos fundamentais, é o

desafio do cotidiano da vida real, né? ... e o apoio à sobrevivência da população. Quer dizer, não basta só fazer política na esfera do parlamentar ou incidir politicamente nos parlamentos nos partidos no Congresso, esse ambiente requer elaboração política e a atividade política.” Enfatiza que o “[...] movimento popular, ao mesmo tempo, está na base, então ele precisa lidar com as contradições, com os problemas reais das pessoas; a pandemia radicalizou as diferenças da desigualdade, radicalizou a pobreza. Então, a gente sentiu, sem dúvida nenhuma, uma necessidade ainda maior de acompanhar, de cuidar das pessoas, cuidar da vida das pessoas, de acompanhar o cotidiano, de acompanhar na doença, de acompanhar no momento da morte, de acompanhar no momento da aflição, da falta de grana, de dinheiro, desemprego... então, isso fez com que os nossos movimentos tivessem que gastar energia para além da conta, além do que já sempre gastou... justamente essas mobilizações de apoio humanitário que eu citei anteriormente; então, embora seja uma permanente para quem é de organização de base, isso se radicalizou nesse período.”

### 3.3. Usos eletrônicos

A pergunta 11 recolheu informações sobre os usos de recursos digitais, com a identificação das ferramentas que mais são usadas nesse contexto. O resultado é que praticamente todos os aplicativos de comunicação e as plataformas de videoconferência mais comuns estão sendo usados pelas organizações; poucos informaram o uso de aplicativos ou plataformas alternativas. Outras possibilidades de trabalho por meio eletrônico foram mencionadas por muito poucos/as dos/as entrevistados/as. Estes foram os mais enfatizados entre os convencionais: Facebook, Instagram, Twitter, Whatsapp, Zoom, Google Meet, YouTube e Skype. Entre os alternativos, foram

lembrados Jitsi, Telegram e Talkativ. Praticamente todos informaram manter páginas institucionais na rede mundial de computadores e usar correio eletrônico (*e-mail*). A rede social mais usada é o Facebook, seguida pelo Whatsapp, Twitter e Instagram – este último é referido por muitos como a “descoberta mais recente”.

As organizações entrevistadas que fizeram referência ao uso do Instagram são CUT, ABONG, ANAIDS, FENATRAD, AMB, UNE, MST, CTB, UNISOL, INESC, Ninja, ANA, CONIC, UNEGRO. Falaram fazer uso do Facebook CUT, AMDH, MNPR, ABONG, ANAIDS, ABGLT, SMDH, CONAM, AMB, UNE, MST, CTB, UNISOL, ANA, CONIC, UNEGRO. O uso do Twitter foi referido por CUT, MNPR, ABONG, ABGLT, SMDH, UNE, MST, CTB, CONTAG, ANA). O uso do Whatsapp foi referido por MNPR, ABONG, SMDH, FENATRAD, AMB, MST, UNISOL, ANA, CONIC. O uso do YouTube foi referido por SMDH, FENATRAD, AMB, UNE, MST, CTB, UNISOL, INESC, UNEGRO. Foram também referidos o Zoom, por CUT, CTB, CEAAL, INESC, Ninja, CONIC, COALIZÃO; o Google Meet, por CUT, SMDH, CONAM, FENATRAD, UNE, CTB, UNISOL, CEAAL, UNEGRO; o Skype, por SMDH, Ninja, UNEGRO; o Jitsi, por CEAAL, Ninja, ANA; o Telegram, por Ninja; e o Talkativ, por UNEGRO.

Observa-se que, nas manifestações, são muito poucas (ABGLT, SMDH, AMB, UNISOL) as abordagens que fazem distinções analíticas tomando em conta a especificidade e o tipo de uso específico para cada um dos recursos, sobretudo para fazer a distinção entre os diversos aplicativos de redes sociais. Uma das organizações (ABONG) falou que está “estudando a possibilidade de ter um *influencer*, porque a gente sabe que faz falta ter gente que tem muitos seguidores”. A mesma organização fala que a ação ainda “é uma experimentação” e que “para muita gente tem sido um desafio potencializar a utilização desses instrumentos”. Uma das manifestações (MST) diz que “a gente está usando e cruzando muitas páginas com muitos companheiros de movimentos, amigos, para

que a gente possa fazer essa disseminação o máximo possível”. Um entrevistado (COALIZÃO) afirma que “essas plataformas para internet viraram a rua, viraram o ambiente do debate, da atuação política dos movimentos, basicamente a síntese”. E, ainda, um entrevistado (UNISOL) refere ferramenta e recursos de trabalho compartilhado e colaborativo além das redes sociais e plataformas de videoconferência.

## 4. Indicativos de impacto

Impacto é uma expressão originalmente do universo bélico que remete para “choque”, “colisão”; é recuperada no universo ambiental como a indicação de consequências causadas no ambiente pela ação nele produzida; o que se completa com o sentido figurado que trabalha com a noção de uma intensa modificação numa determinada situação. Neste estudo, tomamos “impacto” pela percepção dos processos de mudança que se fazem em curso, ao longo do processo, como parte do “acontecimento” Covid-19, o que é sempre mais difícil de ser identificado, inclusive porque parece ser mais facilmente perceptível depois de processos ou ações já efetivadas. Serão trabalhados os aspectos no sentido político-organizativo e no sentido político-educativo. Assim, o que se fará é recolher os “indicativos” do impacto dentro do processo para sua compreensão.

### 4.1. Impactos político-organizativos

A dimensão político-organizativa se refere ao processo de criação de condições e capacidades para a organização dos sujeitos para promover o que pretende a ação coletiva. A dimensão político-organizativa diz respeito tanto aos aspectos internos relativos a como a organização se estrutura para responder de modo próprio

às situações com as quais lida, quanto aos aspectos de incidência política nas dinâmicas em que atua.

Entre as ações político-organizativas, podem-se identificar a mobilização social, a formulação e a proposição, a incidência política, a pressão sobre agentes públicos, a negociação em espaços institucionais, o trabalho com a base, o monitoramento e controle social, a formação de alianças políticas e de redes de articulação, a realização de atividades de representação e de construção, a deliberação de posicionamentos internos.

Esse repertório de possibilidades de ação dos movimentos não necessariamente é implementado por todos eles, nem todas as possibilidades são desenvolvidas por todos eles o tempo todo; nem mesmo, quando desenvolvidas, o são na mesma intensidade. Elas indicam um leque de possibilidade.

Estas questões foram levantadas na entrevista realizada, particularmente por meio das perguntas de número 5, 6 e 7, que se ocuparam de aferir a percepção dos impactos, sua profundidade e intensidade.

#### **4.1.1. Percepção dos impactos político-organizativos**

Entrevistados/as têm diferentes percepções dos impactos político-organizativos. Eles foram levantados pela pergunta 5, que questionou sobre as mudanças de atuação político-organizativa da organização em razão da pandemia de Covid-19, com a solicitação para identificarem-se aspectos de inovação que teriam sido potencializados e limites/dificuldades. Trabalhamos com algumas chaves de apresentação: as mudanças no fazer efetivo das organizações, a identificação de oportunidades, problemas e dificuldades, além dos desafios.

O fazer no contexto da pandemia se revela com algumas caracterizações que aparecem de modos distintos na fala dos/as entrevistados/as. Indicam o impacto da assunção de novas tec-

nologias de comunicação como recursos que passaram a estar na centralidade, particularmente como recurso de mediação, de apoio, de viabilização, de sua atuação político-organizativa. Essa presença vai desde a adoção pura e simples até a expressão de muitas reservas e desconfianças.

A presença das novas tecnologias, chamadas por vários nomes, é enfatizada. O Entrevistado 15 (CTB) diz que “A principal mudança é a utilização das tecnologias da informação, de se apropriar e de colocar na organização essa tecnologia, de compreender que ela compõe os meios de produção das mais diferentes atividades, inclusive da atividade sindical.” Ou seja, o uso das tecnologias “já conseguiu produzir do ponto de vista da organização sindical e da emulação das pautas”. Isto é reforçado por outra sindicalista, a Entrevistada 01 (CUT), que observa as profundas mudanças no mundo do trabalho em razão das novas formas de teletrabalho: “momento de reflexão, mas também um momento de muita ação sindical, de várias tentativas de experiência de organização”, inclusive de “organização no local onde esses trabalhadores moram”, além de seu local de trabalho. A Entrevistada 07 (SMDH) dá um nome para o novo tipo de atividade, chama de “presencial remota”, o que não deixa de ser um modo de classificar política e metodologicamente o que faz, já que não entende a atividade simplesmente como a distância. O Entrevistado 12 (MST) declara como passa a ser “tudo no virtual, tudo no digital”, e ressalta: “estamos sendo convidados para muitas atividades de rua, mas a gente não está indo”. O Entrevistado 18 (UNISOL) reforça que “ninguém estava plenamente preparado para o tempo que isso foi tomando”, segue dizendo que “tivemos que nos organizar e usar ferramentas virtuais”, a organização “teve que se adaptar”; para isso, foi necessário “começar a reconhecer que existem essas ferramentas, que podemos tomar decisões e, inclusive, fazer registro disso”. E o seu uso superou compreensões que entendiam que essas atividades “nem eram consideradas”, daí porque, ainda que tenham come-

çado a fazer as atividades “de uma forma emergencial”, “porque achávamos que tinha baixa legitimidade”, mas houve mudanças e “foi se estendendo o tempo de cuidado de prevenção, e agora a gente já legitimou as decisões tomadas” e “começou quase que funcionar todas as instâncias da instituição”. O Entrevistado 11 (UNE) conclui: “a rede social, portanto, tem sido nosso principal foco hoje”, que considera “um ponto que vai ficar para sempre, para os próximos tempos, e que é uma mudança que aconteceu”. Inclusive, afirma que a reunião virtual resultou que “a gente tem conseguido conversar mais”, ainda que lamente ser essa uma “forma de não deixar os espaços vazios e preencher de alguma forma a organização e a mobilização”. O Entrevistado 17 (CONTAG) entende que “[...] a grande reinvenção é a questão das reuniões por videoconferência ou as *lives*. [...] o grande aprendizado é utilizar melhor as ferramentas tecnológicas das videoconferências e das *lives*.” A Entrevistada 23 (CONIC) diz que “teve muito impacto”, sobretudo pela inviabilização do presencial, que era o central das atividades religiosas; ressalta que, ainda que pelo meio virtual possa “acessar mais pessoas”, percebe que “falta aquela história do convívio, da presença, de estar junto, que é tão característico na nossa forma de trabalhar”. Chama a atenção para o impacto na sustentabilidade econômica e financeira das organizações, prejudicada pela pandemia. A Entrevistada 19 (CEAAL) refere: “Uma das mudanças é essa forma da gente ter que se organizar, que se encontrar só no ambiente virtual.”

Há um conjunto de entrevistados/as que ressaltam aspectos mais centrados no conteúdo da ação. O Entrevistado 06 (ABGLT) ressalta um aspecto diferente: “a gente está descobrindo a riqueza de iniciativas de solidariedade”. A Entrevistada 10 (AMB) também refere o que chama de “uma agenda política diferenciada” que, segundo ela, está organizada em quatro eixos: “o eixo de cuidado, autocuidado e de cuidado entre nós, ativistas”, “um eixo de ações de solidariedade”, “um eixo de debates de aprofundamentos” e “as

nossas lutas nacionais” (“derrubar o governo Bolsonaro, pela revogação da Emenda Constitucional nº95/2016, a taxaçoão de grandes fortunas”). Ela vai reforçar como “grande inovaçoão” a atuaçoão com solidariedade e vai dizer que a sistematizaçoão dessa experiênciã foi compartilhada no “grupão de zap”, desde onde “puderam consolidar essa sistematizaçoão”. A Entrevistada 14 (UNEGRO) também reforça que “a entidade avança muito na discussão da política mesmo, da democracia, na participaçoão de discussão social e no fortalecimento da saúde, não só do ponto de vista dos profissionais, mas também no enfrentamento da Covid-19 nas comunidades e nas famílias, na participaçoão do controle social”. Cita a vitória que as organizaçoões do movimento negro tiveram a respeito da notificaçoão de raça/etnia nos registros de mortes, classificada por ela como “um avanço do reconhecimento dessa populaçoão”. O Entrevistado 15 (CTB) ressalta que um novo significado foi dado a um tema, a saúde: “aquele tema que era informe tem sido o tema que está presente no item da pauta e, com isso, discutir conjuntura é discutir saúde, é discutir SUS, é discutir a participaçoão e intervençoão nesse processo”. O Entrevistado 20 (INESC) chama a atençoão para as mudanças no ambiente democrático e nas dificuldades para acessar os espaços de participaçoão, o que já vinha se efetivando antes da pandemia, mas agora é ainda mais dificultado: e “fazer isso a distância é muito difícil [...] é um fechamento muito grande em relaçoão à gente poder fazer a incidência”, e mais: “o poder se concentrou muito nos líderes e na presidência”, o que “impacta muito”. Vários/as entrevistados/as vão chamar a atençoão para as condiçoões ruins dos serviços de internet no País, e como essa questão poderá se tornar uma das lutas a ser empreendida. Como diz o Entrevistado 17 (CONTAG), “essa briga terá que ser forte com o Congresso Nacional”.

A percepçoão da dinâmica organizativa aparece nas falas seguintes. A Entrevistada 01 (CUT) é enfática ao dizer que “Nós sabemos que nada do que foi será. Nada mais será igual. As nossas lutas,

a nossa organização não será mais a mesma.” O Entrevistado 08 (CONAM) diz que as organizações comunitárias têm uma presença forte nos territórios e passam por processos eleitorais frequentemente, o que deveria acontecer novamente no semestre de 2020, sobre o que diz: “Não sabemos ainda como vai ser feito.” No que diz respeito às atividades mais corriqueiras, diz que “tivemos algumas experiências de reuniões virtuais”. Para ele, essas experiências indicam que “algumas questões são inovadoras”, como o fato de “reunir pessoas de vários lugares sem precisarem gastar para deslocamento”.

O Entrevistado 17 (CONTAG) fala de várias atividades nacionais suspensas (Festival da Juventude, Grito da Terra Brasil) e, sobretudo, que “tivemos que nos reinventar; e a maneira de nos reinventar foi pegar a pauta do Grito da Terra Brasil e transformar numa pauta emergencial no governo e no Congresso Nacional”. A Entrevistada 09 (FENATRAD) mostra uma preocupação ao dizer que “é importante a gente saber trabalhar e também saber usar os equipamentos que a tecnologia nos oferece, para que a gente não fique para trás na história”. A Entrevistada 13 (FEAct) fala das mudanças dentro da própria organização, dizendo que o central foi a “manutenção dos espaços democráticos de tomada de decisão numa plataforma virtual”, sendo que “o que ajudou muito para nós nesses processos foram as nossas políticas institucionais”.

O Entrevistado 16 (COALIZÃO) afirma que a pandemia “proporcionou que a gente aprofundasse as relações” e que os encontros, ainda que por meios não presenciais, passassem a ser mais frequentes, o que classifica como “um salto organizativo” – chega a dizer “a vida nunca aconteceu tanto pela internet”. Avalia que o uso dessas ferramentas será permanente e de “uma maneira que a gente nunca tinha usado antes, e isso é bom”. Observa, porém, que em termos organizativos o que foi mais afetado é “a organização do trabalho de base”. Este aspecto é observado também pelo Entrevistado 17 (CONTAG): “Foi muito ruim a pandemia para a

gente. O impacto foi muito forte. Estávamos com uma incursão, de uma relação com as bases, com os sindicatos e com as federações, bastante forte.” O Entrevistado 23 (ANA) fala que “as mudanças foram muitas, porque o processo de construção da rede se dá muito pelos encontros presenciais”, a organização estava “às vésperas de uma plenária nacional”, que foi cancelada, além de praticamente todas as atividades, como encontros de debates, visitas a experiências, intercâmbio de experiências. Fortalecido foi o campo da “construção de documentos, posicionamentos”: “fizemos um abaixo-assinado entre mais de 800 organizações”. A organização também fez investimentos na comunicação: “redirecionamos recursos de encontros para estratégias de comunicação”. Também levou a discutir um novo “plano de ação estratégica”, de modo a decidir “o que é possível fazer e quais são as prioridades com as limitações que a gente tem para esse próximo período”. Outra aprendizagem é ir “se reinventando” para, “a partir desses ambientes virtuais, fazer pressão política”. Identifica, também, que estão sendo experimentadas “novas formas de articulação política”, as quais, “de alguma forma, têm até resultados positivos”. O Entrevistado 06 (ABGLT) diz: “tenho impressão que a gente tem reaprendido a fazer essa atuação política militante com as limitações impostas pela pandemia”. E mais: “Eu acho que esse trabalho tem sido muito importante porque, em um momento de tanta dificuldade, às vezes com muita tristeza e muita dor, isso nos ajuda também de maneira solidária, a nos confortar.”

A relação entre redes e ruas aparece da seguinte forma: o Entrevistado 21 (Ninja), que atua com comunicação, diz que a quarentena “muda um pouco a nossa relação com a cobertura na rua, nossa relação com os movimentos sociais, de como a gente acompanha esses processos”. Diz que “ficou muito mais na mobilização *on-line*, conectando com pessoas que já estão na rua” (com quem pactuou critérios de cuidados para fazer cobertura de rua), um campo no qual “já tem *expertise*”. Também fala de grandes encontros,

para os quais diz que “pode estar se reconvertendo essa dinâmica de encontros presenciais em encontros *on-line*”. Sobre o mesmo tema, o Entrevistado 11 (UNE) reconhece que, para quem tem na “manifestação de rua uma prática constante”, “se você não tem o movimento de rua, você não tem como desaguar toda a mobilização que a gente constrói, toda a indignação [...], então esse é um impacto muito grande”.

Há um mapa de dificuldades apontadas; entre elas, elencamos as que seguem. O Entrevistado 08 (CONAM) fala das dificuldades de acesso e uso dos equipamentos de tecnologia: o ainda não “saber lidar com as ferramentas disponíveis nos meios virtuais”. A Entrevistada 09 (FENATRAD) diz: “Tem limite, sim. [...] a modificação maior foi exatamente isso que estamos fazendo, trabalhando em *home office*.” Também alerta para a “dificuldade com a tecnologia”, o que não é muito comum para os/as trabalhadores/as: “a gente nunca teve a oportunidade [...] de fazer curso, de ter computador, de ter internet”, foi “uma mudança drástica na nossa rotina, porque a gente está aprendendo na marra”, “isso mudou também a nossa rotina”. O Entrevistado 12 (MST) também se soma na constatação da falta de condições: “nem em todos os assentamentos e acampamentos a gente tem internet”, e “estamos nos adaptando, aprendendo a fazer todas as reuniões do presencial para o virtual”. O Entrevistado 18 (UNISOL) coloca o tema da exaustão produzida pela atividade em meio eletrônico, que exige “atenção em uma tela, cansa o olho, exaure as pessoas”, completando que “vimos que precisamos ter métodos”. O Entrevistado 22 (ANA) lembra que o intercâmbio e a relação direta com os agricultores/as são fundamentais, e que a impossibilidade da relação direta trouxe limites, especialmente resultantes das “dificuldades de acesso à internet, principalmente no meio rural”. Em linhas gerais, diz que “a gente está ainda começando a refletir sobre eles”. O Entrevistado 11 (UNE) chama a atenção para problemas no ambiente virtual, particularmente das redes sociais: “ela tem os algoritmos”, “tem

as bolhas”, “não te deixa falar com todo mundo”, o que, segundo ele, seria possível fazer no presencial, de modo a “falar para além das nossas bolhas”. O Entrevistado 03 (MNPR) reconhece que as mudanças organizativas e políticas vividas são importantes “não só pela pandemia, mas a questão de organização social, de redes sociais, que é uma necessidade humana diante da tecnologia”, e afirma que “um dos avanços mais significativos foi esse de o movimento criar essa identidade virtual e social e estar se comunicando com a população”. O Entrevistado 05 (ANAIDS) diz que “as formas virtuais de trabalho não nos permitem ter o mesmo nível de abordagem participativa para a tomada de decisão”, isso em razão das limitações vindas do número de participantes que podem se conectar num aplicativo, além do “tempo para se chegar a consensos nas discussões”, “mas a gente conseguiu superar os obstáculos iniciais, a gente está estruturado, estamos realizando”.

#### **4.1.2. Profundidade dos impactos político-organizativos**

O posicionamento a respeito da profundidade dos impactos foi recolhido pela pergunta 6 da entrevista, que solicitou ao/à entrevistado/a que falasse se acredita que as mudanças de atuação político-organizativa vividas pela sua organização no contexto da pandemia de Covid-19 são profundas e estruturais ou são superficiais e passageiras. No retorno, serão encontradas posições que explicitam essa condição, mas há também as que ponderam ou que informam não ter havido nem uma e nem outra.

As organizações que se posicionam dizendo que as mudanças são profundas e estruturais afirmam conforme segue.

A Entrevistada 01 (CUT) afirma: “Eu acho que não é passageiro” e, em razão das condições da pandemia, da ausência de uma vacina, “nós vamos continuar nesse modelo sanfona” (fechamento, flexibilização do isolamento social), e o pós-pandemia será uma nova realidade: “não vai ser igual: o mercado de trabalho não será

o mesmo, as organizações sociais também não serão as mesmas, os movimentos sindicais também não serão os mesmos”. Entende que, ainda que retornem as ações presenciais, que são necessárias porque “estamos deixando”, “estamos esperando o momento certo” “para tratar presencialmente”, com o “olhar no olho da pessoa”, “vamos ter muito mais reuniões *on-line*, a utilização de redes sociais e de aplicativos será muito maior”.

O Entrevistado 03 (MNPR) diz: “Eu creio que ela veio para ficar”, visto que, quando se conhece algo novo e isso ajuda, então vai ficar: “essas mudanças virtuais que a gente não tinha, mas no momento que passamos a ter com certeza nós vamos estar na luta também para estar aperfeiçoando, melhorando, englobando, trazendo mais pessoas para que reconheçam essas realidades”. Pondera, no entanto: “Mas, falando em termos de controle social, as reuniões virtuais por exemplo são uma opção, mas não são a única opção. [...] É só uma das opções. É uma opção que se pode usar, mas não que se deve usar somente essa.”

O Entrevistado 06 (ABGLT) diz que “essa construção é um aprendizado que nos coloca desafios para fazer do limão uma limonada, utilizando melhor as redes sociais, com essa possibilidade para fazer reuniões com pessoas do Brasil inteiro”, pondera que “não vamos abrir mão, quando passar esse período mais duro da pandemia, de voltar a termos nossas assembleias e congressos nacionais”. Isso, porém, “não impede que a gente continue utilizando essas ferramentas e que isso, inclusive, ajude nos próprios locais [...]. Eu tenho visto um saldo muito positivo da expressão do movimento. Felizmente não estamos calados.”

O Entrevistado 08 (CONAM) diz “acredito que elas são muito profundas e estruturais e isso vai modificar completamente a nossa forma de agir daqui para frente”. Pondera que “a gente vai poder voltar a fazer atividades presenciais, que o nosso forte, que é a forma que a gente sempre fez para poder lidar com o dia a dia das lutas, na questão de estar na rua para reivindicar, para

poder defender os direitos, essa questão a gente tem que retomar e retomar com muita força”, todavia, afirma que “[...] a questão da inovação e da utilização de ferramentas da tecnologia a gente não vai abandonar mais. Eu acredito que vai vir a fazer parte do nosso dia a dia.”

A Entrevistada 10 (AMB) diz: “Eu acredito que são profundas e estruturais”, porém alerta: “[...] eu não posso dar segurança. A gente não sabe o que vai ser o mundo depois disso, por quanto tempo a gente vai ficar sem poder se encontrar presencialmente”, ou seja, “a gente vai ver com o tempo”, até porque “[...] se a gente tem agora essa experiência de espaço virtual nacional, [...] essa experiência pode nos servir para o futuro, né? ... para a gente fazer reuniões de coletivos, que são muito caras [se presenciais].”

O Entrevistado 11 (UNE) afirma: “Eu acho que elas são profundas e vão marcar para sempre o mundo.” Completa dizendo que o “novo normal” vai marcar, ainda que não seja possível “saber exatamente o que vai ser o pós-pandemia, a gente tem uma nuvem escura na nossa frente que não dá para você enxergar quando isso acaba e o que vai acontecer, mas uma coisa que eu tenho bastante convicção é de que muitas coisas vão mudar nas relações humanas, nas relações pessoais, na forma como a gente se organiza no nosso cotidiano.” Ainda, que “as mudanças vão ser menos profundas do que na sociedade como um todo, porque para nós, por exemplo, a utilização da rede social já era uma prática que se aprofundou nesse período, então eu acho que é uma transformação importante a gente passar a ter mais presença orgânica nas redes sociais, na internet”

A Entrevistada 13 (FEAct) diz que “são mudanças profundas porque nós mexemos muito no nosso processo organizativo”. Resalta que “um pensar estratégico da gestão causa mudanças estruturantes mesmo, isso causa também descobertas e a gente vai descobrindo o trabalho de pessoas com potencialidades, pessoas que estão cumprindo um papel muito importante nesse momento,

por conta também desse cenário de emergência, essas capacidades emergiram e há pessoas que, por conta de práticas muito repetidas ao longo de anos na mesma organização, hoje não conseguem fazer nenhuma reinvenção ou não conseguem participar de processos. Por isso são mudanças estruturais profundas e de longo prazo.”

A Entrevistada 14 (UNEGRO) diz que “considero estruturantes” as mudanças. O fato de a pandemia aumentar a desigualdade social e impactar a vida de negros/as, para quem “é só um capítulo da história que já dura desde que nossos antepassados que aqui chegaram”, coloca questões fundamentais como a “luta pela renda básica emergencial, a questão da efetivação de políticas da questão de equidade, inclusive da saúde da população negra, a atenção à população em situação de rua”, que “são pautas que vêm à tona porque já estavam no escopo da entidade, mas elas passam a ter uma agenda diária”.

O Entrevistado 15 (CTB) afirma que, “na verdade, elas permanecerão e elas só tiveram com a pandemia uma catálise, ou seja, um processo de aceleração, porque essas mudanças são absolutamente essenciais para a própria continuidade de existência do movimento sindical cumprir algum papel”. Entende que “[...] não há possibilidade de voltar atrás na utilização desse aprendizado e dessas ferramentas que foram disponibilizadas agora. Ainda mais agora que, muito provavelmente, além do impacto na organização sindical, [...] muito provavelmente o processo de trabalho vai ser impactado profundamente.” Segundo ele, ainda que “muitos dizem que as tecnologias vão fazer o papel do movimento sindical ou vão fazer com que desapareça o papel do movimento sindical, muito pelo contrário, vão permitir que a organização dos trabalhadores, uma vez se apropriando dessas tecnologias, tenham um papel diferenciado”.

O Entrevistado 17 (CONTAG) diz que, “na verdade, elas são estruturais” e ressalta que “até voltar ao mesmo equilíbrio de antes da pandemia vamos ter que aprender a usar melhor as ferramen-

tas tecnológicas”. Alerta, todavia, que, ainda que a relação entre dirigentes seja possível pelos meios eletrônicos, o diálogo com a base precisa ser “de forma mais direta”: “a internet não substitui o trabalho de base, pelo menos por um bom tempo ainda”. Entre as mudanças que visualiza, vão acontecer estão que vão “otimizar tempo e dinheiro”. Reconhece que havia mudanças organizativas necessárias que a pandemia “vai forçar a gente fazer”.

O Entrevistado 18 (UNISOL) afirma: há algumas mudanças que “tenho certeza que não vão parar”, uma delas é o trabalho em casa (*home office*). Chama a atenção, porém, para o fato de que “temos pouca regulamentação sobre essa modalidade de trabalho”. Entende que o movimento sindical terá que elaborar e agir muito sobre isso. Outra “coisa que vai ficar nas organizações” é a reunião virtual, considerada “legítima”, já que “a pandemia nos obrigou a tomar decisões estratégicas em reuniões virtuais”. E também observa que o uso de ferramentas digitais em atividades comerciais será estratégico, “vai ser obrigatório ter ferramentas virtuais de comercialização”.

A Entrevistada 19 (CEAAL) afirma: “Eu gostaria que elas não fossem passageiras, por que será que é coerente ou até humano a gente dizer que está aprendendo com essa pandemia?” E ressalta: “é meio difícil dizer que a pandemia é também uma oportunidade”, “[...] nos coloca no lugar de experimentar outros fazeres que estão anunciando coisas interessantes, por exemplo: como a gente da Educação Popular se apropria mais da tecnologia?” Alerta que poderia ser uma “incoerência pensar em Educação Popular utilizando as tecnologias, porque a Educação Popular exige uma presença, um calor humano, um afeto, um cuidado, um toque, um estar junto, mas também pode e deve incluir o uso das tecnologias”. Ressalta que “É quando tenho a capacidade de refletir sobre esse ativismo, que é mais que um mero fazer que penso qual é o sentido desse fazer, como ele chega para as pessoas e como estou fazendo isso. Acho que esses lugares vão ficar porque estão nos atravessando

muito e espero que eles fiquem, realmente como grandes aprendizados. Se tem alguma coisa que a gente tem que aprender com tudo isso, são esses pontos que estou colocando são alguns deles.”

O Entrevistado 20 (INESC): “Eu acho que elas vieram para ficar, é estruturante no sentido que vai alterar e muito as nossas formas de fazer, se isso vai ser melhor do que é agora eu não consigo avaliar, mas eu acho que vai ter mudanças significativas, né?” Entende que o “trabalhar virtualmente” vai permanecer, mas não “vai ser tudo”. Enfim, “não vai voltar ao que era, em todos os aspectos”. Manifesta preocupação com a ação política: “a justificativa da pandemia pode ser muito prejudicial para nós, para mais fechamento, para mais isolamento dos poderes, pode gerar muito isso, isso eu acho que vai acontecer”.

A Entrevistada 23 (CONIC) afirma que “Elas são profundas” e diz que “a gente vai ter que aprender a vincular as duas coisas [presencial e virtual], e a gente não sabe fazer isso”. Ressalta que “a gente está trabalhando muito tateando, muito no escuro, sem conseguir fazer uma previsão muito definida do que virá a seguir, por outro lado, dentro da própria dinâmica das igrejas, tem muitas questões que estão sendo pensadas, como, por exemplo, o que significa fazer determinados rituais religiosos sem a presença comunitária [o batismo e sepultamento, por exemplo]”. Enfim, “tem tanta coisa que a gente já sabe que não vai mais ser a mesma coisa, mas a gente ainda não sabe como resolver”.

As organizações que se posicionam dizendo que as mudanças são superficiais e passageiras são um grupo menor. O Entrevistado 05 (ANAIDS) refere: “Algumas coisas eu considero que sejam mais superficiais e para o momento.” Isso porque as mudanças não interferem “nem no escopo do nosso papel de objetivo institucional”, ainda que interfiram “muito mais no processo institucional de tomada de decisão”. Ele também diz que, “no plano mesmo mais ideológico, a gente não teve grandes repercussões”, isso porque “a gente continua com nossas estruturas e a gente está tendo um

pouco de dificuldade agora de conseguir implementar e executar o monitoramento das coisas que a gente decidiu no último Encontro Nacional”. Ressalta que o trabalho remoto é a principal mudança, e “as metodologias, difíceis de chegar a decisões importantes”. Em suma, “é mais adaptativa, enquanto existir a epidemia”. A Entrevistada 07 (SMDH): “Algumas eu acho que serão passageiras [...] vai ter um momento que vai passar.”

Há algumas manifestações informando que a profundidade do impacto, em grandes linhas, não significou grandes mudanças, visto que se mantiveram as dinâmicas. Segundo o Entrevistado 04 (ABONG), “do ponto de vista político-organizativo, acho que a gente mais potencializou os espaços onde já atua do que a gente constituiu espaços e territórios novos”. Entende que “a gente não criou espaços novos, mas a gente potencializou os espaços que já atuava, e que bom que temos esses espaços para fazer as ações [...], a gente já está no ambiente articulado e não precisamos correr atrás para articular e enfrentar esses momentos cruciais”. A Entrevistada 09 (FENATRAD) diz que as mudanças “vieram para somar, porque uma coisa não retira a importância da outra: [...] a tecnologia vai ser importante, vai permanecer, mas isso não anula aquela reunião presencial. [...] Então uma coisa vai se somar a outra.”

O Entrevistado 21 (Ninja) observa que “tem mudanças em vários níveis”, de modo que “tem umas que são passageiras e a gente deve recuperar em algum momento a parte da sociabilidade [...] mas eu acho que tem um questionamento muito profundo e tem uma mudança profunda”, alertando que as novas experiências por meio eletrônico abrem “um monte de possibilidades novas de articulação”, “são transformações profundas, sim”.

Junto com essas, há posições que ponderam sobre a situação. O Entrevistado 16 (COALIZÃO) diz: “algumas dessas mudanças eu acho que ficaram” e ressalta que, “como toda dificuldade na vida, a gente aprende, lida diferente com a realidade e acumula experiências”. Afirma: “tem coisas que a gente vai levar e coisas

que a gente não vai deixar de usar porque deixaram de ser uma imposição, mas eu acho que o uso da tecnologia para encontro, para deliberação, isso vai ficar porque reduz custo e tempo”. O Entrevistado 12 (MST) diz que “É algo que a gente não sabe”, ressalta “esse processo de a gente poder vivenciar, entender, interiorizar essa forma do virtual”, ainda assim reconhece que esta situação pode ser de “longo prazo” e que seria necessário um “longo tempo para o nosso processo organizativo de adaptação”.

O Entrevistado 22 (ANA) diz esperar “que a gente aprenda a usar esses instrumentos até para facilitar nossa comunicação, porque uma rede [...] é comunicação”. Por outro lado, espera que as mudanças “sejam passageiras no sentido de que a gente possa voltar a se encontrar o mais breve possível”. Pondera que há questões estruturais que “apareceram nessa pandemia” para as quais é preciso atenção no sentido de observar que “o normal era o problema”, como “lógica do capital”; e “manter o debate vivo” considerando a agroecologia, a alimentação saudável, a promoção da saúde, a conservação ambiental e dos recursos hídricos, entre outros: “espero, tenho essa esperança e expectativa, que ganhe maior relevância no debate público”. Ressalta que, “do ponto de vista organizativo, a gente precisa seguir dedicando atenção à comunicação com a sociedade”, pois “sem comunicação a gente não vai conseguir fazer a disputa de narrativas e, portanto, nem a disputa política”.

O Entrevistado 02 (AMDH) afirma que “a gente ainda está no processo de sentir qual é o tamanho e qual é a herança que esse momento que a gente está vivendo deixará”. Entende que “ainda não se pode dizer se são muito profundas, visto que a gente ainda tem algo para caminhar no aprendizado e na assimilação desse novo formato e desse novo modelo que a gente está vivendo”. Ressalta que “com certeza alguma transformação trará, até porque esse momento já tem uma relação com a cotidianidade [...]. Enfim, afirma que “teremos, sim, algum grau de transformação

e de incorporação nas nossas práticas a partir deste momento, do ponto de vista político-organizativo”.

### **4.1.3. Intensidade dos impactos político-organizativos**

A intensidade do impacto foi recolhida pela pergunta 7, pela qual os/as representantes das organizações falaram sobre as mudanças de atuação político-organizativa no contexto da pandemia de Covid-19. Entrevistados/as foram solicitados/as a indicar se a intensidade seria baixa, média ou alta. Foram esclarecidos/as de que, por intensidade baixa se entenderiam as mudanças com muita superficialidade e pouca durabilidade, bastante pontuais e instrumentais. A intensidade seria média se o impacto tivesse certa profundidade e duração mas sem capacidade de gerar inovações significativas. A intensidade seria alta se tivesse grande profundidade transformadora da atuação e que viesse a se manter por tempo significativo.

Um grupo de organizações entende que o impacto é médio. Para o Entrevistado 02 (AMDH): “Eu diria que [...] tem um impacto médio.” Segundo ele, ainda que no começo não se tenha levado em conta a profundidade da pandemia, “continuamos com a nossa organização para a atuação no ano”, e “demoramos pelo menos um mês e meio a dois meses para poder orientar e reorganizar boa parte da nossa agenda”, “tivemos que abrir diálogo com parceiros, abrir diálogo com a coordenação, tivemos que abrir diálogo com a própria cooperação que financia nossa ação para reorientar a atuação”. Em suma, “digo ‘médio’ porque nós tivemos uma certa capacidade e habilidade de reorientar no âmbito da coordenação política e ainda garantir que boa parte da ação possa ser executada dentro do exercício deste ano”.

O Entrevistado 04 (ABONG) diz “[...] eu acho que média. Isso porque conseguimos ao mesmo tempo não abrir mão de atuar através das organizações, que é a nossa característica, mas também

conseguimos ter algumas ações diretas [...]” e o virtual em relação ao presencial “não é contraditório [...], talvez a gente consiga trabalhar com as duas questões”. E, “talvez, a gente vai dar um outro caráter para a atividade presencial”. Enfim, “os espaços que a gente já tinha continuamos fortalecendo e não se abandonou aqueles espaços para criar novos [...] não se pode dizer que houve rupturas, mas melhorias que a gente espera que venham se consolidado no próximo período”.

O Entrevistado 05 (ANAIDS) diz “Eu acho que é médio”. Isto porque, segundo ele, “operou de forma muito intensa no início da pandemia e, a partir do momento em que a gente conseguiu se adaptar estruturalmente, fazer as adaptações estruturais necessárias, a gente conseguiu estabelecer um novo *modus operandi* para resolver as coisas”. A intensidade teria sido absorvida no próprio processo e “muitas coisas vão persistir [...] muita coisa, de certa forma, foi positiva para nos ajudar a operacionalizar essas mudanças, e elas terão impacto positivo sobre a nossa estrutura político-organizacional também”.

A Entrevistada 10 (AMB) diz que é “média, porque eu não acho que a gente vai adotar uma vida totalmente virtual [...] de forma que eu acho que não vai ser um alto impacto, tipo a gente adotar essa possibilidade mais como uma coisa boa”. Enfim, “[...] acho que a gente vai utilizar como mais um recurso que a gente pode tentar se consolidar, mas por isso eu não acho que é alto, mas também não acho que é baixo. Acho que é médio.” Também concorda o Entrevistado 16 (COALIZÃO), para quem é médio, “porque algumas coisas a gente vai carregar e outras não”. O Entrevistado 18 (UNISOL) fala que, ainda que tenham havido mudanças em vários aspectos, as mudanças nos processos produtivos “[...] são médias, podem virar profundas, mas hoje friamente são médios os impactos”, ainda que ressalve: “Mas, do ponto de vista organizativo, altas.” O Entrevistado 12 (MST) diz que o impacto é médio: “estamos conseguindo nos adaptar, reinventar e aprender no uso e acesso às tecnologias”.

Ele justifica: “estamos investindo na formação, segurança e uso das tecnologias para nossa base ter acesso”.

A Entrevistada 19 (CEAAL) diz: “Eu acho que média”, ainda que pondere: “pode ser que daqui uns meses a gente perceba ela bem alta, porque o aprendizado é o processo, o que a gente está vivendo, então é tudo muito intenso, não é que seja novo porque a gente já atravessou várias crises, porque ela conjuga o social, o econômico, o afetivo, o cuidado com a vida”.

A maioria das organizações entenderam que o impacto é alto; manifestaram-no como segue. A Entrevistada 01 (CUT) diz que “Nós temos um impacto muito alto”, caracteriza que é político, financeiro, na organização dos trabalhadores e na formação. Houve uma redução grande de arrecadação, por exemplo. Reforça a importância de a ação política ser intensificada, inclusive com “atos simbólicos”: “então, a forma de pressão e mobilização das organizações sociais está muito limitada nesse momento”.

O Entrevistado 06 (ABGLT): “Eu diria que tem um impacto alto”, isso porque não poder abraçar, expressar afeto tem alta intensidade, sendo necessário “descobrir como tornar esse processo mais humano e menos frio”. Reforça que “é um processo que todos nós estamos tentando aprender”. Ressalta que, “[...] por não termos certeza do tempo, a organização não pode ser provisória. A provisoriedade nesse momento acho que é uma palavra que não é cabível.” O Entrevistado 08 (CONAM) diz: “Eu acho que vai ser alta”. A razão é “porque a gente vai atravessar um momento também de dificuldade econômica muito grande no nosso país”.

A Entrevistada 09 (FENATRAD) entende que “está tendo um impacto profundo”. Avalia que outras categorias de trabalhadores/as já estão acostumadas a usar os recursos tecnológicos, “mas para nós, trabalhadoras domésticas, que não tínhamos essa possibilidade, está tendo um impacto forte e profundo, e isso veio para somar à nossa luta”. Ressalta: “[...] a gente continua com as nossas lutas como sempre tivemos, mas esse impacto que aconteceu durante a

pandemia vai permanecer, e a gente vai poder fazer outras reuniões com outras pessoas de outros países sem ter o gasto que seria se tivesse que se deslocar. Só tem que aprender a usar essa tecnologia.”

A Entrevistada 13 (FEAct) diz que “o impacto é alto pelas reações e pelas movimentações já percebidas, pelo desenvolvimento de capacidades, pelo tamanho dos desafios que nós temos pela frente”. Entende que, para enfrentar o que a pandemia trouxe, são necessárias “mudanças estruturantes”, e “tem aumentado a intensidade”. A entrevistada 14 (UNEGRO) diz que considera “um impacto alto”. Segundo ela, as mudanças são percebidas na questão da saúde mesmo, mas particularmente na saúde da população negra. Há o desafio de superação da perspectiva “hospitalocêntrica, biomédica, centrada na medicalização” em vista de uma perspectiva “alternativa” das comunidades e povos tradicionais, da população negra e dos povos originários; ressalta que, para isso, tem que enfrentar e superar a “estrutura do racismo”, porque o impacto está no modo de organização, mas especialmente no que as organizações defendem; no fundo, “quanto mais a gente faz o enfrentamento, quanto mais estrutura, mais a gente sofre o racismo institucional e estrutural ambiental e todos os racismos”.

O Entrevistado 15 (CTB) entende que “são altas”. Enfatiza: “Altas, profundas e transformadoras, não tenho a menor dúvida.” O Entrevistado 20 (INESC) também concorda, mas em parte: “vai ser alta, mas não necessariamente transformadora, pois esta eu acho que não está dada ainda”, isto porque, ainda está, de certa forma, “em disputa”. O Entrevistado 21 (Ninja) diz que vê “uma grande capacidade transformadora”, isso porque a organização teve tempo para se estruturar, para se organizar, para articular a rede, coisas que “a gente nunca tinha tempo de parar para fazer”, “a gente tem feito todo trabalho de sistematização e estruturar toda a nossa construção de 15 anos, sistematização de todas as nossas redes, construir uma plataforma *on-line*, construir jeitos de participação, e isso eu acho que vai ter uma consequência estrutu-

ral para o futuro, mesmo a gente retornando para uma dinâmica tradicional da interação na rua”. A Entrevistada 23 (CONIC) diz que “vai ser alta e também transformadora”, isto no sentido “da gente aprender a trabalhar nessas duas realidades: a realidade virtual e a realidade presencial quando for possível”. O mais forte é que “parece que coisas que eram de ontem envelheceram rapidamente, elas ficaram datadas”.

O Entrevistado 18 (UNISOL) também concorda que “as mudanças organizativas institucionais são profundas”. Diz que a organização da qual participa “vai sair da pandemia totalmente diferente”: a aprendizagem do uso das tecnologias e ferramentas virtuais permitiu mais reuniões, mais trocas, mais socialização de informações, a menores custos, de modo que a organização “ou vai utilizar as ferramentas virtuais que fomos obrigados a usar na pandemia para fazer uma gestão administrativa institucional mais democrática e mais participativa, ou vai caducar historicamente; hoje todo mundo percebeu que pode, sim ser consultado”; e mais: “aqueles argumentos de fazer reunião de três em três meses por causa do custo não vai funcionar mais”.

O Entrevistado 22 (ANA) informa que o “impacto imediato é muito alto”; esclarece: “a gente teve que replanejar totalmente as ações e redirecionar recursos”, e o impacto se dá também na “discussão sobre prioridades e temas estratégicos”. Avalia que é um “impacto positivo, sobretudo em relação ao tema de abastecimento alimentar, na construção de estratégias para democratizar o acesso aos alimentos saudáveis para as partes mais empobrecidas da população, pautar políticas públicas que tratem sobre esses assuntos”. Chega a dizer que o momento é “dramático”, pois “acaba nos forçando a construir uma agenda programática estratégica e com prioridades muito claramente definidas”, ainda que exista “incerteza que gera uma certa angústia”: “não é fácil lidar com ela, e não saber quando esses momentos tão importantes de encontros vão poder acontecer”; e arremata: “a nossa esperança é que seja

uma coisa que não dure tanto tempo, e que em breve a gente possa voltar a se encontrar”.

Há um grupo de organizações que tem análises ponderadas, sem uma definição explicitamente enquadrada nas alternativas definidas. O Entrevistado 03 (MNPR) afirma que “poderia responder com um pouco mais de propriedade após um período experimental”. Reconhece: as “mudanças trazem avanços que vão acontecendo, mas não tem como eu falar de uma profundidade até porque a gente iniciou a pandemia há quatro meses e iniciou toda essa revolução virtual no meio da pandemia”. Chega a dizer que espera que “esse crescente [...] continue, que possa envolver outros atores e atrizes, que possamos envolver principalmente a sociedade brasileira”. A Entrevistada 07 (SMDH) acredita que foi alto no início, mas depois foi se tornando médio: “foi muito intenso, mas atualmente eu acho que é médio no processo organizativo institucional”. Por outro lado, avalia que, para as pessoas que participam dos processos, “é um impacto bastante alto, porque nós estamos tendo uma agenda muito intensa e sem fôlego”, de modo que o que antes era possível, como tomar um cafezinho e bater um papo entre uma reunião e outra, “[...] agora não, você está intenso naquele momento e sai daquele e não caminha, não sai, não faz nada. Por isso eu acho que está tendo impacto muito alto, está deixando as pessoas muito tensas.” O Entrevistado 11 (UNE) diz que é “difícil responder”, até porque “[...] tem sido um momento muito difícil, porque tem gerado muitas problemáticas; para dizer o que vai ser o depois, eu acho difícil responder ainda. Não tenho muita convicção do que pode ser depois.” O Entrevistado 17 (CONTAG) diz que “[...] tem intensidade diferente dependendo do foco. Precisamos inovar. Não dá para ficar só com o povo nas ruas, temos que construir mobilizações e articulações [...]. Agora a rua vai continuar sendo importante, mas a gente precisa fortalecer as outras articulações. Ser mais eficientes nas pautas, ter mais foco, ser mais objetivo e saber negociar e politizar a base.”

## 4.2. Impactos político-educativos

A dimensão político-educativa se refere ao desenvolvimento de processos formativos por meio de diversas estratégias de comunicação e Educação Popular para a construção de uma cultura política, um posicionamento ideológico e o engajamento em causas comuns.

Entre as ações político-formativas a serem consideradas, estão a formulação/elaboração e a disputa de posições e de opiniões, a realização de atividades formativas de Educação Popular, as ações de comunicação, de produção e de disseminação de informações (e contrainformações), posicionamentos e a sistematização de práticas.

Esses impactos foram levantados por meio das perguntas número 8, 9 e 10 nas entrevistas realizadas.

### 4.2.1. Percepção dos impactos político-educativos

A percepção do impacto foi levantada junto aos/às entrevistados/as por meio da pergunta 8, que solicitou que fossem identificadas as mudanças de atuação político-educativa da organização em razão da pandemia de Covid-19, podendo-se identificar aspectos de inovação que foram potencializados e limites/dificuldades. Seguindo o que se recolheu, organizamos a apresentação retomando o que está sendo feito, as dificuldades, potencialidades e desafios.

A Entrevistada 01 (CUT) informa que a entidade da qual faz parte não está realizando cursos de formação, mas “nós temos ações formativas”; incluiu entre elas “as *lives*, nós temos as reuniões, nós temos os seminários”. O Entrevistado 03 (MNPR) informa que estão sendo feitas “formações virtuais”, com “várias *lives* e cadastrando essas *lives* com fotos e um documento para que a gente possa avaliar

depois a nossa participação e o que foi discutido”. Ele tem uma visão ampla do processo formativo, que inclui atividades específicas mas também “essas *lives* e os diálogos presenciais, os diálogos em vídeo, que a gente manda para os abrigos, os diálogos que a gente tem na rua quando entrega alimentação: isso tudo é um processo formativo que em outros tempos, se não houvesse a pandemia, talvez não conseguiríamos fazer”. O Entrevistado 06 (ABGLT) diz que a organização “trabalhava suas iniciativas políticas em eventos presenciais regionais”. Mas “essas atividades ficaram prejudicadas”, ainda que informe: “temos conseguido utilizar essas ferramentas e não abrir mão das atividades formativas” realizando *lives*, rodas de conversa, seminários *on-line* e outras atividades. Ressalta, todavia, que “jamais são iguais às presenciais”. O Entrevistado 11 (UNE) lembra que a organização realizou “o minicurso sobre direitos estudantis [...] pelo YouTube”, com cinco mil inscritos do Brasil inteiro: “é algo que dificilmente a gente conseguiria fazer em um ambiente presencial”. Lembra de um curso sobre o fascismo que teve quarenta mil inscritos, com sete mil pessoas ao vivo. Para ele, “isso abre uma perspectiva interessante”. Completa dizendo: “a gente tem utilizado esses métodos para conseguir manter conectadas as nossas organizações”. A Entrevistada 14 (UNEGRO) informa que “tem vários movimentos de formação desde o ponto de vista jurídico, do ponto de vista da saúde das mulheres negras, do ponto de vista da participação social – o leque é grande”. O Entrevistado 22 (ANA) lembra: “a gente conseguiu de alguma forma trabalhar esses temas de produzir conteúdo e divulgar amplamente esse tipo de conteúdo”, sendo que, na impossibilidade de apresentar experiências e discutir a partir delas, “como a gente não pode ter as experiências ao vivo e a cores, a gente tem esse investimento de produzir conteúdo”. A Entrevistada 22 (CONIC) lembra que, para a organização, “a questão principal foi o tema do fundamentalismo religioso, porque, com a pandemia, os discursos obscurantistas, de negação da ciência, de ataque aos profissionais da saúde, de dizer

que a pandemia era castigo de Deus ou representava a volta de Jesus aumentaram”. Isso fez com que fossem feitas “várias discussões, várias reflexões, muitas entrevistas [...], muitas publicações de textos, campanhas”. Observa: “nesse contexto, a gente recebeu muito xingamento, muito ataque e todas essas coisas que qualquer organização que trabalha com direitos humanos tem recebido”. Alerta que “isso foi e está sendo ainda muito intenso”. Reafirma que “é um período bem complexo de trabalho, ainda que já tivesse experiência de formação a distância”.

O Entrevistado 08 (CONAM) lembra que “a gente não estava realizando nenhum projeto” pela própria organização, ainda que participe de projetos promovidos por outras organizações, entre as quais, o projeto que o CEAP coordena. Assim, também o Entrevistado 20 (INESC) diz: “a gente cancelou tudo presencial”, pois “[...] a gente também não tinha muita noção do tempo que isso ia durar.” Diz que, no momento em que entendeu que “[...] ia ser uma coisa mais duradoura [...], estamos retomando processos a distância, virtuais. Para isso, precisamos da formação da equipe, definir a ferramenta, o como se faz [metodologia].”

O Entrevistado 04 (ABONG) informa que “a gente tem um programa de formação e ele seguiu firme, ele é em ambiente virtual”; trabalha com “formação de formadores e formadoras” para a multiplicação. Reafirma que a Covid-19 agregou conteúdos às pautas já trabalhadas, tendo aumentado as atividades virtuais: “[...] a gente fazia esses debates presencialmente e se tornaram debates virtuais com muito mais facilidade, porque antes tínhamos dificuldade de tirar uma pessoa que precisava passar um dia e meio, dois dias fora da sua cidade, da sua casa; agora não, a pessoa reserva duas horas e não sai de casa, sendo que o conteúdo é o mesmo, com a vantagem de ficar gravado: quem não pode assistir pega o *link* e assiste depois. Esse é um *upgrade* muito grande da questão nossa, geracional, com a tecnologia.”

A Entrevistada 10 (AMB) diz que a organização vem realizando “debates de aprofundamento, que também tem um caráter de informação que está sendo feito por internet” e “o intercâmbio de práticas, que é uma coisa forte [...] uma característica do nosso processo formativo [...] e a gente fez esse através do grupo de *Whatsapp*”. Lembra que a organização já tinha experiência de ação formativa virtual antes da pandemia, “tem um vínculo com a Universidade Livre Feminista” que “também pode ajudar neste momento”.

Participantes também manifestaram dificuldades no processo de enfrentamento da pandemia no campo político-educativo. Reaparecem, em quase todas as falas que trataram desse aspecto, as dificuldades decorrentes da qualidade baixa ou da inexistência de disponibilidade de internet, sobretudo porque as atividades formativas teriam passado (ou poderiam vir a passar) a serem feitas por esse meio, situação agravada em regiões do interior, do Norte e Nordeste particularmente. Há também questões de ordem metodológica e o impacto físico nos/as participantes.

A Entrevistada 01 (CUT) lembra do cansaço que as atividades feitas por meio eletrônico causam, já que se fica “muito mais cansada do que se estivesse em uma reunião presencial”. Entre os aspectos que colaboram para isso, o de que “a atenção aqui dobra de te ouvir, às vezes o sinal da internet cai, às vezes a gente não consegue falar, não consegue enxergar expressão da outra pessoa para saber o que que tá pensando”. A expressão forte é que “Não há uma leitura do conjunto.” Observa, também, que para as mulheres é ainda mais difícil, “porque a gente está em casa e a gente tem o trabalho de casa, que a gente está numa reunião e vai ter que fazer o almoço”.

Essas preocupações também aparecem na fala da Entrevistada 19 (CEAAL): “os processos de formação precisam, cada vez mais, nesse período que a gente está vivendo agora ainda mais, juntar dois polos que aparentemente são separados, mas na vida real estão

juntos e às vezes a gente esquece de fazer essa conexão, que é juntar a racionalidade política com a política dos afetos”. E prossegue: “a gente não se conhece, não conhece a vida do outro, da outra, porque os espaços não propiciam esse diálogo, então esse é um aspecto do processo formativo que a gente não pode voltar atrás, ou seja, a gente não pode desenvolver processos educativos com a Educação Popular racionalizando uma tomada de consciência de esquerda, de construção de um mundo diferente que não inclua essa dimensão dos afetos, do respeito, das diferenças, então essa é uma questão importante”; mas que ainda está pouco trabalhada – e a entrevistada se pergunta sobre a possibilidade de que seja trabalhada pelos meios eletrônicos.

O Entrevistado 05 (ANAIDS) diz que este “[...] é o campo mais drástico em termos de mudança. Reduziu bastante esse tipo de operacionalização. Até a gente conseguir constituir estratégias mais organizadas para, por exemplo, desenvolver *webinários* agora nesse período levou um tempo de adaptação maior”. O Entrevistado 06 (ABGLT) diz que “existem impactos muito profundos”, lembra das dificuldades decorrentes das desigualdades, e as diferenças impactam: “a gente sabe que a população de travestis e transexuais é muito prejudicada nesse sentido”. A Entrevistada 13 (FEAct) diz: “temos atividades que não serão possíveis de serem realizadas, e algumas, inclusive, são quase impossíveis de serem pensadas em termos de novas propostas e novas modalidades” – referindo-se, por exemplo, a atividades formativas desenvolvidas com escolas formais, que foram fechadas. O Entrevistado 17 (CONTAG) registra: “Está tudo parado e isso prejudica muito todo o processo formativo que a gente vinha fazendo.”

O Entrevistado 12 (MST), cuja organização mantém a Escola Florestan Fernandes, diz que “no início foi muito difícil, e os próprios militantes têm os relatos de quem viveu... que a Escola está muito vazia”. Fala do processo de adaptação para a ação no espaço virtual “pensando também que não seja uma coisa cansativa,

exaustiva”: “a gente parou, refletimos, debatemos e continuamos”. Ressalta: “é a primeira vez que a gente experimenta isso [virtual] no nosso processo de formação”. Lembra que a experiência pode vir a ser uma alternativa no pós-pandemia também, para “chegar até as pessoas que não têm disponibilidade de fazer uma viagem até nossa Escola”. O Entrevistado 22 (ANA) diz: “o pessoal tem feito tudo de forma virtual e isso limita muito”. Fala em produção de alternativas para contornar esses problemas, como a produção de *podcast*, por exemplo. Ressalta: “a gente precisa intensificar no segundo semestre a participação de agricultores e agricultoras neste espaço de debate virtual, até porque, do ponto de vista da formação, se dá muito nesse plano”.

Entrevistados/as também identificaram oportunidades e potencialidades nas novas dinâmicas de formação trabalhadas no contexto da pandemia, apontando tanto aspectos de ordem prático-metodológica quanto aspectos de ordem conceitual e temática. Assim, registram-se as manifestações na sequência.

A Entrevistada 01 (CUT) entende que as dificuldades e limitações se apresentam “[...] como uma grande oportunidade. Uma oportunidade de termos os sindicatos como um local que sirva para você fazer uma teleaula, de estar no sindicato com os computadores e até mesmo com os aparelhos que possam reproduzir uma aula, que esses trabalhadores possam se juntar pós-pandemia e participar dessas atividades de formação.”

A Entrevistada 09 (FENATRAD) fala do desenvolvimento da capacidade de uso dos recursos eletrônicos como parte do processo de formação política: “Somos nós, as dirigentes, que temos que aprender a utilizar esses recursos, e isso também é uma formação política. Querendo ou não, é uma formação política, porque a tecnologia hoje faz parte do cotidiano da vida das pessoas e, se a gente quer continuar nossa luta, como já falei, isso vai propiciar que a gente possa fazer reuniões; isso faz parte também da nossa

formação, porque a gente não tinha nenhum conhecimento... e ainda não tenho.”

O Entrevistado 15 (CTB) afirma que a pandemia deixou mais evidente “que o processo de formação se dá também na luta e na ação concreta”. Reconhece que as novas tecnologias abrem muitas possibilidades, inclusive para articular informação e formação: “a pandemia trouxe com maior potência essa ação necessária de que o processo da ação política seja ao mesmo tempo uma intervenção na realidade mas um processo de formação permanente”. Recupera o conceito de “educação permanente, de formação permanente”, entendendo que “a tecnologia e a realidade da pandemia colocaram esse conceito e essa forma de trabalhar com formação com grande intensidade”. A nova situação também “[...] permitiu que iniciativas e conteúdos apresentados nas estruturas de formação fossem adensados por um volume de conteúdo que, em tempos de temperatura e pressão normais, levaríamos seis, sete anos. Em questão de meses você consegue reunir conteúdos, posicionamentos, informações que são os principais instrumentos e ferramentas do processo de formação.” A Entrevistada 13 (FEAct) lembra que o contexto da pandemia faz surgirem novos temas: “[...] toda área da saúde e toda área psicossocial no trabalho [...]. Então são os novos temas políticos formativos... que nós ainda temos pouco conteúdo reunido para isso.”

O Entrevistado 18 (UNISOL) reafirma que dirigentes e bases aprenderam que “é possível fazer formações virtuais”. Fala da própria experiência pessoal de participar de atividades formativas: “[...] aprendi coisas novas, consegui trocar informações, essa coisa de trocar documentos, de escrever de forma colaborativa; antes tínhamos aquele mecanismo só de mandar por *e-mail* o texto e outra pessoa responder. Mas essa coisa de construir *on-line*, eu fazia pouco.” Ressalta a força da cobertura das atividades por meio eletrônico: “qualquer *webinário* nosso chega no *on-line* para quinhentas, seiscentas pessoas e depois, quando fica no ar, a gente

vê que chega para mil e quinhentas, duas mil, três mil pessoas”. Lembra que isso que “[...] antes era visto com maus olhos veio para ficar. Não é que vamos abandonar os presenciais, mas agora vai ser quase que obrigatório ter EaD [...] então isso vai ficar e a gente vai ter que se adaptar, já estamos nos adaptando, mas o mundo virtual vai ser parte das nossas estratégias formativas.”

A Entrevistada 19 (CEAAL) distingue educação a distância de processos de formação por meio virtual: “[...] [a EaD] continua no lugar dela de ser uma ferramenta do capital, da educação privada que se apropria disso para gerar lucros. Estou dizendo como a gente pega essa ferramenta e faz uso dela a nosso favor, ajudando que mais pessoas passem a se apropriar e utilizar na sua própria militância. Então, o lugar da tecnologia no nosso cotidiano é também uma ferramenta de militância, portanto uma ferramenta de inclusão.”

O Entrevistado 21 (Ninja) recoloca a oportunidade que o contexto da pandemia deu à organização para “sistematizar, organizar e avançar” a partir das “experiências junto com o que a gente já tinha de laboratório de formação *on-line*, e a gente converteu o projeto totalmente *on-line* para a gente ter a formação para nossa rede, para todo o nosso interno, que são muitas pessoas, mas ao mesmo tempo para disputar o espaço de formação alternativa com a sociedade”. Afirma que o momento serviu para “[...] aproveitar as tecnologias, aprimorar as tecnologias de como fazer a formação *on-line*, estudar mais, ‘laborar’ mais e tal, e fazer avançar e lançar efetivamente o projeto da universidade ninja. Nesse ponto, é um avanço bastante grande que a gente está tendo nesse momento.”

O Entrevistado 16 (COALIZÃO) alerta que as atividades formativas pelos meios eletrônicos “são muita informação, muito conteúdo, assim tem muito conteúdo de muita qualidade”, e é tanto “que a gente não consegue acompanhar”. Lembra que “isso vai ser em pouco tempo objeto de estudo de muitos pesquisadores, inclusive o tanto de conhecimento, de formulação que foi exposta

por esses espaços de debate público nesse período da pandemia”. A intensidade dos processos formativos ajuda, é o “positivo dessa experiência, apesar de cansativo... é chato para caramba, mas é bom, é importante”.

Os desafios para os processos político-educativos foram identificados pelos/as entrevistados/as, que os expressaram como exposto a seguir – suprimir identificam aspectos metodológicos, mas também conteúdos e temáticas.

O Entrevistado 02 (AMDH) afirma que há necessidade de “fazer o enfrentamento e a disputa de narrativas do conceito de ‘direitos humanos’”, um debate sempre presente, mas agora mais ainda, “pois as organizações sociais e os movimentos sociais [...] vêm sendo fortemente atacadas e sofrendo nas grandes mídias sociais”. Essa agenda está posta como um “grande desafio no cenário”, pois “[...] estamos no contexto de disputa de narrativas, e é impressionante como as forças conservadoras que estão aí na sociedade ganharam fôlego e força. Essas forças sempre estiveram na sociedade, mas agora se mostraram, se manifestaram, ou seja, deram voz àquilo que historicamente defendem; pensam e se veem muito identificados/as na figura do atual presidente.”

A Entrevistada 07 (SMDH) afirma: “continuamos acreditando que o presencial é fundamental no processo de Educação Popular, que é a nossa marca”. Enfatiza que “tudo o que a gente está fazendo é não perder o poder de atuação”. Observa que “nem todo mundo domina a escrita, mas domina a mensagem de voz”, de modo que ouvir se tornou muito central. Enfatiza que “está bastante desafiada nesse momento e principalmente nas ações protetivas, nas oficinas de proteção; com essas a gente está bastante preocupado”. Em linha semelhante, o Entrevistado 12 (MST) diz: “Então, está sendo muito importante esse momento de fazer avaliação de aprendizado, que a gente tem certeza que vamos sair mais fortalecidos depois desse processo da pandemia, e com inovações nesse processo de a gente poder voltar a retomar as nossas formações

presenciais, mas com a experiência também que é positiva, com essa formação a distância.” A Entrevistada 19 (CEAAL) fala de como se “reinventam nossas práticas educativas, incluindo as tecnologias, recriando os jeitos, formas de apropriação disso, que é uma grande potencialidade, e a gente está se dando conta dela, talvez, nessa última década, de forma muito mais aberta, para entender o seu papel especialmente nos espaços educativos”. Ressalta que aprender a usar os equipamentos e os novos recursos se tornou também uma necessidade formativa, um desafio pessoal, conforme relata ter ouvido de uma liderança: “se não tivesse descoberto esse mundo, estaria isolada no meu canto”.

Outros/as ressaltam especialmente questões metodológicas. O Entrevistado 18 (UNISOL) refere: “Acho que a Educação Popular, a formação em economia solidária, em direitos humanos, enfim, essa é outra marca, vai combinar atividades presenciais com virtual.” A Entrevistada 14 (UNEGRO) afirma que “hoje a gente já tem um processo melhor nessa questão da formação, e o que vai demandar muito e muito esforço é a sistematização, porque não temos dinheiro; a organização tem dificuldade, conta com apoio e as parcerias com as universidades, a gente não consegue porque as universidades estão desfinanciadas e as publicações são feitas mais do ponto de vista eletrônico mesmo”. O Entrevistado 17 (CONTAG) diz: “[...] formamos um GT [grupo de trabalho] e estamos fazendo uma discussão para entender o que está acontecendo na pandemia, preparando para depois e, ao mesmo tempo, discutindo a política [...], discutindo o que podemos adaptar na nossa matriz pedagógica, como vamos trabalhar os cursos virtualmente falando [...]. Portanto, temos um debate muito forte para fazer. É importante dizer que um debate também forte que hoje predomina nos nossos cursos são os temas da juventude e das mulheres.” Para o Entrevistado 20 (INESC), há um desafio: “pensar metodologias da Educação Popular, da informação virtual”.

O Entrevistado 22 (ANA) diz que “[...] um desafio para a gente trabalhar daqui para frente é com os agricultores que participam dessas *lives* e dessas reuniões virtuais, pois a gente tem assistido e o pessoal tem feito esse esforço de trazer essas pessoas para participar, para dar seu depoimento, para participar falando sobre determinado assunto. [...] como que a gente garante a participação desses atores sociais nesses processos?” Ressalta que esta questão se reveste de uma importância maior, “o nosso processo de formação é a partir das experiências, então, se os portadores das experiências não falam, a gente não consegue avançar”.

Finalmente, o Entrevistado 04 (ABONG) diz que o “[...] impacto daquilo que está acontecendo agora vai refletir no nosso programa de formação de 2022 a 2025. Agora ele vai seguir como está, que é mais seguro.”

#### **4.2.2. Profundidade dos impactos político-educativos**

A pergunta 9 procurou identificar a profundidade do impacto que as mudanças em decorrência da pandemia trouxeram, procurando distinguir aquelas que são profundas e estruturais daquelas que são superficiais e passageiras. A maioria classificou o impacto como profundo e estrutural, não havendo registro de manifestação que o tenha classificado como superficial e passageiro, mas há um grupo de posições que não fez classificação explícita, realizando ponderações.

As manifestações que consideram o impacto como sendo profundo e estrutural dizem o que segue. A Entrevistada 01 (CUT) diz que “tendem a ser estruturais, tendem a permanecer”, isso porque “nós já temos muita gente gostando desse novo jeito de trabalhar”. Diz que se preocupa muito “porque o trabalho *home office* tem diversos problemas: a questão da fiscalização, a questão ergonômica de cadeira, de mesa, do local para trabalhar”. Também concordam o Entrevistado 02 (AMDH), diz que “traz uma transformação

bastante profunda”; a Entrevistada 09 (FENATRAD), diz que “são profundas, elas vieram e vão ficar”, lembra que a conjuntura é difícil; o Entrevistado 15 (CTB) é enfático e sucinto: “são profundas e de grande impacto” e o Entrevistado 16 (COALIZÃO) que também é sucinto: “são profundas, elas vão permanecer, a gente vai aprender com elas e vai melhorar com essa experiência”.

O Entrevistado 03 (MNPR) também pensa do mesmo modo, mas comenta: “o mundo e a sociedade não serão mais os mesmos, por isso na minha avaliação são profundas e serão estruturais”, mas estariam na dependência “de quem tem o poder da caneta na mão, e também de quem vai fazer com que esse poder seja exercido”. Entende que “o povo está ganhando essa consciência de se organizar para poder estar lutando por direitos”, que “será permanente”. Alerta que o pós-pandemia “vai trazer muitas dificuldades, como desemprego em massa [...], mas vai trazer também uma conscientização de que é preciso fazer algo”. Mesmo que ainda esteja começando, “essa mudança depende muito para ser duradoura e estrutural, [...] dos movimentos sociais e dos movimentos do povo de rua [...], e precisa ser para agora”.

O Entrevistado 05 (ANAIDS) diz que “são profundas, são boas e positivas”; e completa: “de certa forma, nos ajuda a mudar a cultura institucional [...], veio para realmente nos recolocar desafios de como incidir politicamente de agora em diante”. Com ele, associa-se o Entrevistado 06 (ABGLT): “existe um impacto profundo por uma série de questões”. Diz que “[...] é difícil: se a gente quer fazer uma atividade que de fato incluía todas as pessoas, essas questões têm que ser pensadas. Então o impacto é profundo, sem dúvida.” A Entrevistada 07 (SMDH) lembra que a “formação de organização popular, formação de base, essa é muito impactada porque isso aí a gente faz com o olho, com sentimentos, com o contato; certamente, nesse sentido, o impacto é grande”. O Entrevistado 11 (UNE) diz que “vieram para ficar, bastante dessas que vieram, vieram para ficar, especialmente essa forma como a gente dialoga”,

ressaltando que o retorno às atividades no pós-pandemia pode deixar menos tempo disponível para atividades virtuais: “não sei se ela se mantém nesse mesmo patamar, talvez ela dê uma queda de novo e os encontros presenciais, por mais que não voltem da mesma forma que antes, eu acho que vão dividir espaço com os encontros virtuais”.

O Entrevistado 12 (MST) entende que “são profundas nesse momento que estamos vivendo, porque, para a gente, essas experiências não dá para serem passageiras, porque a gente está vivendo e isso vai refletir tanto agora quanto no pós-pandemia, porque a gente não vai sair de uma pandemia hoje e pensar que vai ser normal, e o mundo não vai voltar tudo como era antes”. Ressalta que “a gente vai seguir nesse processo de avaliação tanto do aprendizado e revendo muitos processos que talvez antes a gente não tinha essa visão, e com a pandemia a gente está vivendo e revivendo algumas coisas, e temos a necessidade de parar agora no presente para olhar para o futuro”.

A Entrevistada 13 (FEAct) diz que “é tudo muito profundo [...] os impactos e as reflexões que a gente tem feito são permanentes em pensar [...] a pandemia também trouxe muito mais forte o desenvolvimento da escuta e do acompanhamento”. Lembra da importância “do aprofundamento e sistematização de saberes e metodologia” e também que algumas práticas “não funcionam mais em jeitos de construir o acompanhamento”. A Entrevistada 23 (CONIC) diz que “serão profundas, nada será mais como era antes”. No aspecto religioso e do papel da religião no espaço público, especialmente, se verá que a “experiência espiritual” será reforçada como experiência individual: “tu e a tua relação com Deus, individual”; inclusive o acolhimento e atendimento espiritual: pelo meio eletrônico, será “uma coisa um pouco mais fria [...] porque as redes sociais geram um distanciamento, então acaba virando aquela coisa mais formal, mais fria”. Ressalta que “a gente sabe que isso vai continuar por muito tempo, por isso eu digo que

é uma mudança profunda, e o que que vai significar depois sair de casa, sabe? Tem muitas pessoas que estão com medo de sair de casa, então eu acho que muda muito mesmo.”

O Entrevistado 18 (UNISOL) diz que são “profundas”, a gente já tomou a decisão de fazer EaD [...] e estamos buscando metodologias que garantam a participação, que para nós é fundamental [...] estamos buscando combinar essas ferramentas virtuais para democratizar conteúdo mas também narrativas, da própria pessoa que está fazendo o curso poder participar... que era um dos princípios da Educação Popular: partir do conhecimento das pessoas”. Observa que haverá várias possibilidades (*webinários*, palestras virtuais, oficinas virtuais de curta duração, formações EaD por módulo). Avalia: “vamos ter que fazer é maturar mais as nossas metodologias”; aponta para a *gameificação*, que “já é numa linguagem virtual”, isto “porque no meio presencial tenho outras ferramentas para incentivar as pessoas: tenho dinâmica, tenho olho no olho, tenho brincadeiras para atrair a atenção; no meio virtual é diferente”. Reafirma que “quem trabalha com metodologia de Educação Popular vai ter que se debruçar e estudar sobre como ter metodologias participativas, que reconhecem o conhecimento de quem participa [...]; são mudanças profundas e, se são, precisamos adequar nossas metodologias para a nossa realidade”.

A Entrevistada 19 (CEAAL) afirma que “são profundas porque elas realmente estão mexendo muito com a gente, no sentido de dizer ‘isso potencializa a luta, isso é uma questão significativa para a gente’”. Refere uma experiência realizada na qual participantes disseram “se vocês não tivessem me oportunizado isso, não sei o que iria fazer nesse período; e as pessoas que me procuram, também não sei com elas iriam ficar”. Completa dizendo que “há questões desse período que vão ficar, que são profundas, que alteram o teu cotidiano; então ela fica quando as pessoas percebem que é uma potência, então ela vai fazer parte disso”.

O Entrevistado 21 (Ninja) diz que “é profundo, com certeza”. Segundo ele, porque “as pessoas descobriram e se viram obrigadas a ceder a jeitos de formação que talvez muitas pessoas não enxergavam como uma possibilidade real de formação *on-line*, de se envolver, de participar, de dedicar horas”. E completa que o fato de muitas pessoas estarem em casa em razão da quarentena faz com que “[...] essas pessoas procurem espaços para se formar, e esses espaços são completamente *on-line*. Então, se as pessoas passam a entender o processo de formação *on-line* nesse momento da nossa sociedade, eu acho que vai ser uma virada de chave profunda.”

O Entrevistado 20 (INESC) faz um comentário mais geral, diz que “vão ser profundas” e que já têm havido conversas sobre a necessidade de “pensar novos formatos de trabalho, algumas coisas que a gente viu que dá certo e a gente não precisa estar toda hora se deslocando para a sede [...] vai ter um outro formato, outra forma de organização no trabalho [...] eu não acredito que ele vai voltar a trabalhar fora quanto trabalhava antes”, o que vai também gerar novas situações para a formação.

Aquelas manifestações que expressaram ponderações a respeito da profundidade do impacto afirmaram aspectos como a necessidade de ter mais tempo para avaliar. O Entrevistado 02 (AMDH) lembra uma análise mais significativa depois de viver mais concretamente a experiência de fazer atividades formativas na modalidade a distância: “aí poderemos ter uma avaliação mais efetiva” para saber as perdas em relação aos processos formativos presenciais. Diz que, “no primeiro momento, ela traz uma perda muito grande, mas eu também acredito que esse novo processo trará novas possibilidades e novas capacidades”. Isso porque “[...] talvez nos coloque em diálogo com outros sujeitos que no presencial não nos colocávamos em diálogo, porque tem uma outra dinâmica, traz outras dificuldades também. [...] o processo a distância pode abrir um canal novo, um diálogo com outros sujeitos que talvez não estivéssemos ao alcance se a atividade fosse uma atividade

presencial, talvez podendo ter uma abrangência maior, podendo atingir um número maior de organizações e de sujeitos do que se fosse no presencial”. Arrisca e diz que “[...] talvez a gente repense a nossa forma de atuar, mantendo a realização de atividades ou parte delas de forma presencial. Contudo, em alguns casos, chegaremos a uma compreensão de que é possível, viável e até mais efetivo e mais interessante fazermos a distância, envolvendo novos sujeitos e novos parceiros nos processos.”

O Entrevistado 04 (ABONG) pondera que falar de mudanças profundas “soa como radicais”, pois, para ser profunda, significa que “mexeu na base, mexeu no teu modo de fazer”. Entende que, “aparentemente, isso não”. Reconhece que “tem uma inflexão nova e talvez um sentimento de urgência”, no sentido de “agregar desde o modo operacional até as articulações e a temática [...] e isso impacta na tua formação, na articulação, na sua organização; isso está tudo muito próximo”. Lembra que “trabalha com tempos, [...] com Educação Popular, com formação, com a construção de sujeitos coletivos: a gente sabe que isso sempre leva tempo”. Todavia, “esse sentimento de urgência nos coloca muito para pensar que talvez a gente não tenha tanto tempo, e talvez a gente antecipe pautas e radicalize propostas”. E completa: “então, essa questão da urgência eu acho que impacta todo o processo político-organizativo e o político de formação”.

Outros/as ainda falam da necessidade de tomar em conta elementos da ação formativa para analisar. A Entrevistada 07 (SMDH) diz: “depende com que público a gente está trabalhando”. Observa que, com o público de técnicos, “[...] pode vir a ter um trabalho mais permanente a ser feito dessa forma [remota]. Mas, para outros públicos, a gente está achando que vai ser passageiro, porque não tem como a gente fazer todo o trabalho de educação e proteção de forma remota.” O Entrevistado 08 (CONAM) entende que “é um grande desafio”. Lembra que “[...] a formação a distância é algo questionável, a gente sempre questionou muito isso, né?” Ressalta

que “faz diferença estar no projeto de formação presencialmente, convivendo com essas pessoas, trocando saberes, do que estar num lado do computador e a pessoa do outro lado, simplesmente recebendo informações, do que ter documentos para ler, para estudar, para trocar ideias... é diferente”. Entende que “algumas coisas vão começar a ter um misto, vai ter algumas experiências que conciliam parte presencial e parte a distância, para poder também dar conta dos desafios que a gente vai ter pela frente, porque a gente não pode parar de fazer formação”.

Há quem expressamente veja uma situação mista. A Entrevistada 10 (AMB) diz “que tem um caminho do meio entre ser passageiro e superficial e profundo e estrutural”. Entende que “[...] todos os movimentos sociais vão aprender durante essa pandemia a usar mais os caminhos virtuais, como a gente já usava antes. Não vou colocar que isso seja de uma profundidade grande, mas também seria incorreto dizer que é superficial.” A Entrevistada 14 (UNEGRO) pondera que “alguns se colocam no ponto de vista temporário, outros têm a mesma duração de tempo, mas outros vão se estruturando no processo de formação de uma escola do futuro”, inclusive “sobre a questão racial: a gente pode também estar vendo aí como faz permanentemente”. O Entrevistado 17 (CONTAG) afirma que “umas vão ser superficiais, mas outras vão ser duradouras”. Acredita que, na formação presencial, serão feitas adaptações “mas serão mais superficiais”; por outro lado, na formação a distância, acredita que “vão ser duradouros e vão ampliar bastante, vão ser de forte impacto”. Entende que, ao voltar a possibilidade de “juntar de novo e aglomerar, a gente vai trabalhar essa questão do virtual com muita atenção para auxiliar nesse trabalho; e, como disse antes, precisamos otimizar tempo e reduzir despesas financeiras com essas ações virtuais”.

Há também quem observe a importância das aprendizagens acumuladas e as mudanças decorrentes. O Entrevistado 22 (ANA) entende que “muita coisa do que você fazia antes vai voltar”. Res-

salta que a “dimensão formativa de ir às comunidades vai voltar, e é muito bom que ela volte, mas eu espero que a gente aprenda principalmente a atuar politicamente nas redes sociais”. Lembra que há setores que “acumularam muito mais nesse campo, investiram muito mais, eles desenvolveram a *expertise*, digamos assim”; e aqueles que fazem a “defesa da democracia, a defesa dos direitos e da participação” têm de superar essa “defasagem”. Diz “espero que continue” a atuação nas redes sociais, visto que “a gente está percebendo a importância que esse tipo de ação política tem, e essa é a política das redes sociais”, que não é nova, pois as “redes sociais já tinham uma importância muito grande no debate e na disputa política; e eu espero que esse aprendizado concentrado nesse período nos mostre essa importância e desenvolva experiências para seguir atuando nesse campo também.” A experiência mostrou “[...] uma forma de democratização do debate que a gente precisa aproveitar no futuro. Eu espero que a gente tenha a sabedoria de acumular também nesse campo durante esse período.”

### **4.2.3. Intensidade dos impactos político-educativos**

A intensidade do impacto é analisada pelos/as entrevistados/as em resposta à pergunta 10. Assim como na dimensão político-organizativa, na atuação político-educativa, são analisados os impactos vividos pela organização no contexto da pandemia de Covid-19, tendo sido classificados como de intensidade baixa, média ou alta. Entende-se por baixa quando há muita superficialidade e pouca durabilidade, bastante pontual e instrumental. A intensidade média teria certa profundidade e duração, mas sem capacidade de gerar inovações significativas. A intensidade alta teria grande profundidade transformadora da atuação, que se manterá por tempo significativo. As respostas não apontaram para posições que tenham identificado intensidade baixa, mas algumas a identificaram como média; a maioria, como alta. Há um grupo

de entrevistados/as que pondera, não fazendo uma classificação estrita dentro das alternativas sugeridas.

Os/as entrevistados/as que classificaram a intensidade como sendo média apresentaram os seguintes aspectos. O Entrevistado 04 (ABONG) diz que “os impactos são médios”. Entende que “a gente só fortaleceu aquilo que a gente já vinha fazendo”. Lembra que “estamos em um momento com o desafio de pensar o metodológico”. Afirmar que “é claro que na questão presencial a gente tinha muita vivência [...] mas é um desafio fazer isso no ambiente virtual”. Afirmar que “não é que não possa fazer; dá para fazer, mas é diferente”. Alerta: “é possível que as contradições que a gente vê nos encontros presenciais a gente tenha mais dificuldade de apontar.” Finaliza, “a gente só tem que fazer ajustes, por isso os impactos são médios e não radicais”. O Entrevistado 05 (ANAIDS) também diz que “[...] é médio. O impacto ainda não é alto, e uma das coisas primordiais é que a gente está se mantendo, o que é um desafio.” Lembra das dificuldades de fazer atividades pelo meio virtual: “ela só não é alta porque a gente ainda tem dificuldade do acesso das pessoas à nova modalidade, ao novo modal de fazer a coisa acontecer, porque o caminho a gente já encontrou, mas ainda estamos nessa adaptação”. No específico da formação, diz que “está dada para a gente, que a gente vai conseguir fazer muita coisa para além dos encontros presenciais que a gente organizava”. Alerta que “quando passar o isolamento não vai ter normalidade, mas a gente vai ter que trazer, adequar os nossos movimentos para voltar ao que a gente fazia; não será como antes e terão que ser dosando essas duas coisas (virtual e presencial), porque essas duas coisas permitem resultados/impactos diferentes, e que são bons”. A Entrevistada 10 (AMB) é direta e breve: “Acho que é média.” O Entrevistado 11 (UNE) afirma que “[...] vai ser um impacto médio. Não vai ser alto porque não vai alterar estruturalmente a nossa forma de organização.” Observa que “[...] trouxe para nós uma responsabilidade maior para cuidarmos da nossa estrutura

virtual, de termos mais investimento em redes sociais, de termos mais organização em rede social, de ter mais atividades virtuais. Então, eu acho que muda na perspectiva [...] de ter mais presença no ambiente virtual.”

A maioria das organizações afirma haver um impacto alto. Aqueles/as que manifestaram esse entendimento se expressam como segue.

A Entrevistada 01 (CUT) diz: “Essas mudanças eu acho que têm impactos altíssimos”, e eles serão na instituição e também na vida das pessoas. Reforça que “essas transformações poderão e deverão acontecer nas questões organizativa e de formação, terão grande impacto na organização e também na vida das pessoas”. Lembra que há impactos que são mais amplos e têm incidência nas organizações: “[...] essas desigualdades sociais vão aparecer e vão impactar mesmo. Impacta mesmo na estrutura da sociedade. Então quem tem mais vai ser sempre aquele que tem mais. Quem tem um bom acesso à internet, quem tem um bom computador, quem mora nos grandes centros, quem não tem muita dificuldade, que não está na periferia. Então nós vamos perceber aí uma diferença muito grande.”

O Entrevistado 06 (ABGLT) afirma que “o impacto é alto por esses desafios que são colocados”, ainda que entenda que “[...] podemos desenvolver algumas estratégias que nos ajudem a ‘minimizar’, a fazer com que eles sejam menos negativos, e que seja uma experiência para a gente dar passos à frente. Não fazer com que isso seja uma forma de exclusão. O movimento não pode se conformar com exclusão.” Observa enfaticamente que “[...] atividades formativas são fundamentais para todo mundo, porque isso é para toda hora, para todo mundo, mas não dá pra fazer um processo que a gente sabe que alguém vai ficar no meio do caminho. Não dá para fazer um processo que alguém fica para trás.”

A Entrevistada 09 (FENATRAD) diz que “tem um impacto muito alto para nós”. A razão é que “daqui para frente a gente vai ter que

se adaptar para usar a tecnologia”. Também lembra que saúde, educação e economia foram muito prejudicadas e “vai refletir na nossa luta, porque a gente não vai ter condições de fazer as reuniões presenciais, a gente não vai ter condições de fazer cursos de capacitação no momento”. Chega a dizer que “vai ser uma revolução profunda: as mudanças são profundas também porque acreditamos que o resultado possa não ser o mesmo das atividades presenciais, mas, como a gente tem que se adaptar, seguimos em frente”.

O Entrevistado 18 (UNISOL) diz que é “alta, até pelos motivos que falei, porque vai mexer com o institucional, funcionamento, democratização de gestão, vai atingir a parte das estratégias de negócios das nossas cooperativas, mas também na formação, então é uma mudança no conjunto das atividades da organização”. Da mesma forma, diz a Entrevistada 19 (CEAAL): “é alta, e a tendência é a gente ir criando novas rotinas com isso”. A Entrevistada 23 (CONIC) fala que “é alta porque o mundo vai ser outro, quer dizer, o mundo já é outro”. O Entrevistado 15 (CTB) diz que “elas são profundas e de grande impacto”. O Entrevistado 08 (CONAM) afirma que “vai ter um impacto alto”, sobretudo em razão das mudanças vividas. Diz que “é um desafio muito grande e vai ter um impacto muito forte, inclusive na forma de fazer, de organizar as atividades presenciais”.

O Entrevistado 21 (Ninja) diz que “é alta” e explica que “[...] a gente estruturou um projeto de formação grande, a gente entendeu essa potência, essa possibilidade e essa capacidade que a gente tinha de fazer mesmo, porque você se vê com o desafio de que não é só uma grande empresa que tem milhões investidos em uma plataforma *on-line* de formação que pode fazer. Saber que isso é possível, que tem como desenvolver, a gente tem uma frente de articulação *hacker* que está na organização.” Observa: “a gente conseguiu avançar em como programar isso, em como gerar outros

espaços, e isso não tem volta atrás, e isso são ferramentas que a gente vai contar com elas e vai mudar profundamente”.

O Entrevistado 22 (ANA) diz que é “impacto alto” e afirma: “a gente aprendeu que precisa investir nisso, investir, profissionalizar, destinar recursos”. E diz que “a gente está aprendendo isso [...] está aprendendo que é fundamental e, se a gente não investir, não vai conseguir avançar”. Afirma: o “impacto é alto, porque é um período em que a gente tem conseguido avançar, na minha avaliação, nesse campo da comunicação, [...] eu espero que seja um avanço duradouro, um aprendizado que seja duradouro”.

Há posições que ponderam aspectos diversos, não indicando um posicionamento explícito de classificação. A Entrevistada 01 (CUT) diz que as formações “estão sendo repensadas para uma forma remota”. Diz que a organização “[...] tem uma plataforma que nós estamos usando há algum tempo e deve ser intensificada neste momento [...]. Nós estamos dialogando com vários parceiros para construir um projeto político-pedagógico, uma metodologia de formação em saúde do trabalhador, que nós percebemos que estamos com muitos problemas.”

O Entrevistado 02 (AMDH) diz que “traz um impacto bastante profundo”, ao menos num primeiro momento, mas pondera que, “ao reorientar essa agenda, podemos também, ao final desse ano, ter uma avaliação de que o custo profundo desse primeiro momento possa ser compensado por novos aprendizados que possam surgir a partir da reorientação, da dinâmica de como vamos executar a parte de nossa agenda com relação ao pedagógico e à formação dos direitos humanos neste ano”.

O Entrevistado 03 (MNPR) pondera: “A nossa esperança é que fossem as três, que fossem impactos significativos.” Alerta para os aspectos mais amplos da economia, que têm um discurso normatizador da pobreza, e que a população em situação de rua continua invisibilizada. Diz: “eu queria que fosse um impacto alto, mas pelo que a gente conhece de Brasil o impacto será baixo”.

A Entrevistada 07 (SMDH) diz que é “alto”, “para o fazer prote- tivo [é] muito alto”, mas “para os outros a gente tem um impacto médio”. Completa que, “para a população mais vulnerabilizada, como trabalhadores e trabalhadoras rurais que moram distantes, em que até a luz é difícil, para esses realmente também é muito alto, o impacto é muito alto”.

O Entrevistado 12 (MST) diz: “Nós estamos nesse processo de uma média para alta”; lembra que a juventude tem mais facilidade com as tecnologias, mas “nossos militantes, que têm uma certa história de caminhada, têm uma experiência de vida acumulada, têm muitas dificuldades desse acesso”. Reforça que “isso está sendo muito positivo, muito bom, e a gente está conseguindo fazer esse processo também para que essa tecnologia seja para o acesso a mais pessoas”.

O Entrevistado 17 (CONTAG) diz “que ela vai ser alta na forma de fazer e nos resultados”. Mas pondera que “[...] a nossa política nacional de formação não mude muito, mas ela vai ser alterada, vai ser modificada porque já tinha questões antes da pandemia que era preciso alterar. Mas a nossa estratégia formativa, o papel da escola [sindical] entendemos que ele está atualizado. [...] O papel da escola é fazer formação político-sindical e não fazer formação profissional. Então, tem coisa nossa que é estrutural e que vai continuar, mas a escola vai ter adaptações que são mais periféricas, com mais questões que já vinham de antes, e pode ter coisa nova como os cursos virtuais. A plataforma que a escola construiu e que já vinha fazendo um pouco os cursos tinha parte presencial e outra parte feita pela plataforma; agora vai se intensificar.”

## 5. Análises iniciais

As análises que serão apresentadas só têm uma finalidade: contribuir para a reflexividade crítica a partir das contribuições dos/as entrevistados/as; não querem formular contornos ou enquadramentos, menos ainda interpretações. Serão organizadas em três momentos: o primeiro tece análises do acontecimento pandemia de Covid-19; o segundo se ocupa dos aspectos político-organizativos; o terceiro, dos aspectos político-educativos. São apresentadas ao modo de análises iniciais exatamente porque se querem ver complementadas por análises outras, em diálogo. Servem apenas, e não mais que isso, de mais uma palavra neste diálogo.

### 5.1. Aspectos do acontecimento

Analizamos aspectos trazidos pelos/as entrevistados/as na caracterização da pandemia de Covid-19. Tomam-se em conta as questões reportadas no item “Leituras do acontecimento”.

Os movimentos sociais populares caracterizam a pandemia de Covid-19 de diversas maneiras, ainda que possam ser identificados traços convergentes e que realçamos neste momento analítico. Ao intitular este momento analítico com a expressão “acontecimento”, ainda que o façamos sem os devidos contornos técnicos do que significa na sua profundidade, remetemo-nos à ideia de que não se trata de um simples fato ou de um caso que poderia ser assim

tratado pelas diversas ciências sociais, ainda que de modo bastante abrangente. Tratar a pandemia como acontecimento implica muito mais do que identificar e traçar causas e consequências, sua atualidade ou virtualidade, sua contingência ou essencialidade e encadear esses aspectos com maior ou menor dimensão e profundidade ontológica. A questão é muito mais profunda, visto que se trata de repensar o próprio sentido do que faz perceber e indicar o sentido. Já que não é só o que acontece, mas o que, por acontecer, está para ser sabido, de modo a não separar abruptamente o objeto do seu sentido. A intensidade da pandemia a reveste desta condição: não basta aos sujeitos constitui-la como objeto analítico, ela parece fazer os próprios sujeitos serem parte do que está a ser estabelecido no sentido. Um acontecimento precisa menos ser descrito e mais ser vivido, ser experienciado. E esta parece ser uma primeira percepção do que encontramos para ser refletido, uma questão para nos perguntarmos sobre o modo como os/as entrevistados/as constroem o sentido para a pandemia. Nossa intuição é a de que há uma tensão entre aqueles/as que a tomam como um acontecimento e os/as que a tomam como mais um fato/caso do mundo.

O distanciamento necessário para que a pandemia seja tratada objetivamente, como determinariam os manuais tradicionais de ciência, parece não estar viabilizado. Ela parece atravessar as subjetividades, desconstituindo-as primeiro, reconstituindo-as, ainda que estas sequer saibam muito ainda em que sentidos. Há percepções, mas os posicionamentos tendem ao caótico e ao desordenado. Difícil saber se esta é uma condição constitutiva, se passageira ou se as sementes do saber-emancipação avivado pelo pensamento crítico encontrarão terra fértil nesse acontecimento. Ou, dito de outra forma, se o próprio acontecimento, pela extensão e pela qualidade da dificuldade de seu sentido, vai ser de tal profundidade que também apresentará exigências de transformação do modo de ser, de fazer e de conhecer; ou se o seu alcance não

chegaria a tanto e poderia vir a ser integrado satisfatoriamente ao modo de vida, ainda que venha a gerar o que se tem chamado simplesmente de pós-pandemia, em sentido genérico, ou de um “novo normal” que, ainda que novo, seja pouco significativo no mais profundo e radical. Saber se o que se vive é uma “situação limite” se coloca como um grande desafio, inclusive para poder perceber quais são os limites desta situação, se é que os há e, se os há, se será possível contorná-los. Há uma tensão neste aspecto, ainda que nos pareça jacente um “desejo de acontecimento” em sentido radical e profundo.

A experiência do acontecimento, de qualquer modo, remete ao sentido de “travessia”: não se trata de somente estabelecer uma realidade posta que a antecipa e outra que a sucederá, mas que exatamente se põe – não é posta –, no sentido de que tem suas próprias forças performativas; e que o será é no meio da travessia, assim como o descreveu Guimarães Rosa em *Grande Sertão: Veredas* (1956). A travessia é movimento transitivo, e o “meio da travessia” é indicativo de que não há um lugar pronto, há “vários lugares”, por vezes em simultaneidade, por vezes em ubiquidade, por vezes sincrônicos, por vezes interconectados, por vezes fractalizados, por outras totalizados, desde o qual se olha para a realidade e desde o qual a realidade é determinada, apresentando exatamente a necessidade de compreender o processo em processo, saber da travessia em travessia. Nos depoimentos dos/as entrevistados/as, expressa-se este sentimento de travessia e, por vezes, também se expressa como nome que traduz o que é a experiência de vida pela qual passam os/as sujeitos/as que nela se movem e agem.

Outro aspecto determinante a ser considerado é a relação entre o dito e o dizer, o não dito e o que foi expresso. O que os/as entrevistados/as dizem parece não conseguir chegar a uma “essência” do que pode ser expresso e, pelo que já dissemos, parece que nem estão buscando uma palavra ajustada, a qual seria aquela a faltar para expressar do modo mais unívoco possível o conteúdo

mesmo do acontecimento. Nota-se uma tensão profunda, primeiro em relação a uma possível “essência”, que mais parece não existir e, se existe, é dificilmente capturável, o que é ainda mais difícil do que ser exprimível. Segundo, as palavras que poderiam servir de caracterização parecem sempre provisórias e trêmulas, visto que guardam muito de não dito. O que está implicado no acontecimento sugere ser de tal ordem singular que parece fazer explodir conceitos e definições capazes de acomodar e apaziguar os contornos da realidade. Há, neste sentido, uma precariedade constitutiva no dizer, que, ainda que pudesse ser tido como uma condição indistinta, torna o que está por ser aqui tratado efetivamente, e mais ainda, distinto.

As subjetividades são atravessadas pelos elementos fortes dos acontecimentos da Covid-19, pelos impactos, reações e “ajustes” a ela. As subjetividades parecem mais propensas a ajustes do que à abertura para o mergulho, que talvez exija uma imersão abissal e uma emersão dolorida para uma nova reinserção. As referências a exaustão, cansaço e outros aspectos se referem ao uso de equipamento, mas também dialogam com a dificuldade de dar conta dessa situação de modo a encontrar “tranquilidade”. Estes aspectos todos, note-se, são indicados acertadamente como diferentemente vividos se considerados os aspectos de classe, raça/etnia e gênero/sexo: trabalhadores/as, mulheres, LGBTIs e negros/as são mais exigidos/as no que diz respeito ao sofrimento e à dor do que tudo isso significa. Os afetos mobilizados no contexto são excessivamente contraditórios pelo que se sente das entrevistas. Não é que sejam assim a qualquer tempo, é que neste contexto ganham em intensidade e, acima de tudo, em dificuldade de “encontrar” alternativas. As certezas e as clarezas que precisam certas subjetividades se veem assoladas por uma situação na qual a certeza persistente parece ser a de que não há certezas, e a clareza posta parece ser a de que a bruma amplia os tons de cinza. As subjetividades estão em momento de dar atenção ao autocuidado e ao cuidado dos/as

outros, de intensificação das empatias para a mobilização de solidariedades, mas também de percepção do quanto as práticas interditoras da humanização estão presentes em fundamentalismos, racismos, patriarcados e machismos, LGBTIfobias, aporobofias, xenofobias, enfim, o de que de pior a humanidade soube engenhar para destruir as subjetividades pela sua sujeição. Há uma atenção às dimensões constitutivas e fortalecedoras das religiosidades, das espiritualidades e místicas emancipadoras construídas nos espaços populares, contrastando com posições fundamentalistas presentes na sociedade, que se apresentam com significativa importância. A questão que fica em aberto é de saber o significado da subjetivação que está em curso no contexto da pandemia. A questão está em se perguntar que experiências estas intensas vivências podem reflexivamente ajudar a elaborar. A percepção é de que há diversos modos e processos de subjetivação dessa experiência. Isto significa que há uma dimensão pedagógica e política estruturante no que é vivido neste processo. Há, portanto, uma questão de aprendizagem do sentido do humano atravessado pela dor e pela morte como questão de fundo.

As mulheres, particularmente, têm visto as práticas opressivas aumentadas, como a violência, a sobrecarga de trabalho, o cuidado com filhos e familiares, entre outros aspectos, no geral, mas especialmente para as mulheres militantes e que atuam nas organizações dos movimentos sociais populares. Ainda que os espaços organizativos já tenham criado novos ambientes para a abordagem das relações de gênero e para a promoção da igualdade entre homens e mulheres, é notória a ainda persistente reprodução de práticas opressivas, o que também ocorre no que diz respeito às relações étnico-raciais em desfavor de negros e negras e àquelas que rejeitam quaisquer orientações que não sejam heteronormativas. Essa situação é constatada também como parte do que é ainda mais intensificado no contexto da pandemia de Covid-19. Ou seja, as desigualdades experimentadas no conjunto da sociedade são,

em parte, reproduzidas nos espaços organizativos, o que exige uma atenção ainda mais redobrada, não somente para que as contradições dos discursos e práticas sejam superadas, mas para que efetivamente os/as sujeitos/as sejam respeitados/as e promovidos/as em todos os sentidos.

A incerteza marca profundamente as falas, não no sentido de que não subsistam posicionamentos ou possibilidades, mas no sentido de agarrar-se a absolutos trans-históricos e capazes de salvaguardar garantias totalmente inquestionáveis. A imprecisão, a indeterminação, associadas à percepção de ampla interconexão e complexidade, dão aos/às entrevistados/as uma percepção de que a consolidação de posicionamentos sobre o que ocorre, seja em termos de realização, de atualização ou até de virtualização, indica possibilidades, mais do que definições. A ordem, tão exigida pelo conhecimento-regulação, parece explodir em fractais que estão para alguma possibilidade de “ordenação” ou mesmo para sequer se chegar a ela. O sentimento de que o esboço tracejado de contornos é o que se desenha possível no sentido do conhecimento do que está acontecendo, mas também no sentido mesmo do que é o que está acontecendo. Nota-se uma tensão entre a necessidade de abandono de certas seguranças para abrir-se ao novo que nasce, mas também a forte insegurança de perceber o que se deixa entrever pelas frestas e fendas que rompem o chão duro da realidade das certezas absolutas. Um exemplo: parece não haver dúvidas sobre a centralidade dos/as trabalhadores/as e de suas causas, mas há muitas dúvidas sobre como se configurarão o trabalho e os/as trabalhadores/as no que se desenha intensificado pela pandemia. Talvez entenda-se mais o que há por ser enfrentado do que se apresenta como possibilidade, como “inédito viável”.

Há uma questão que se apresenta bastante enfática no fundo das diversas posições: a relação da pandemia com realidades recorrentes, havendo uma tendência majoritária de se estabelecer um posicionamento que afirma ter havido o “agravamento”

da desigualdade, do racismo, do machismo e do patriarcado, da LGBTIfobia e de outras práticas de desumanização e de exclusão pela pandemia. A problematização da relação enviesada entre vida e economia expressa uma das análises que denuncia os compromissos capitalistas neste contexto, de modo a que a vida é condicionada à economia e não o contrário, como seria desejável. Nas manifestações aparecem os sentidos do que se constitui “agravamento”, com incontroversa vinculação da pandemia aos estragos produzidos pelo capitalismo e sua estrutural injustiça; a relação entre a pandemia e as questões ambientais no sentido de ser ela uma manifestação dos graves ataques ao meio ambiente, e que poderia ser uma das expressões de sentido para este agravamento, de modo que o fato de não ter dado atenção adequada às demandas de conservação ambiental teria redundado, ou ao menos colaborado com a pandemia. Em suma, a crítica ao capitalismo está na tônica da compreensão do que significa a pandemia de Covid-19.

A crítica ao governo federal se apresenta como outra variável importante da análise, com um posicionamento dirigido para entender que há uma ausência de coordenação nacional da ação que agrava o processo da pandemia, transformando o Brasil num caso singular: a pandemia não tem uma queda e, sim, a manutenção em alto patamar de mortes por longo período. A caracterização de que a ação governamental agrava também provoca a perspectiva que é caracterizada como genocídio ou como necropolítica. Observações indicam que a posição do governo federal repercute posicionamentos que estão presentes na sociedade e que se traduzem em negacionismo, obscurantismo anticientífico e fundamentalismo, entre outros aspectos. As medidas adotadas (como o auxílio emergencial, que foi acessado por milhões de brasileiros) seriam insuficientes para fazer frente à necessidade de viabilizar que a cidadania pudesse desenvolver os cuidados necessários ao enfrentamento da pandemia. Há uma responsabilidade (ou, melhor, uma irresponsabilidade) a ser configurada e atribuída formal

e materialmente ao governo federal pela grave situação à qual a sociedade brasileira foi submetida.

Necessário ressaltar a percepção da importância do sistema universal de saúde como resposta à pandemia, o que remete para a compreensão e o compromisso com a necessidade de um Estado protetor e de um sistema universal para a efetivação de um direito, como é o direito humano à saúde, também por ser ele um bem comum. As afirmações têm uma orientação bem consistente no sentido de reconhecer o Sistema Único de Saúde (SUS) por sua universalidade e também, especialmente, por sua proteção das maiorias empobrecidas e excluídas. Reconhecem os limites decorrentes do “sucateamento” a que tem sido submetido e a necessidade de uma luta para sua afirmação e defesa. Situam essa perspectiva na necessidade de revisão do papel do Estado como enfrentamento ao desmonte neoliberal e numa perspectiva protetiva na qual o Estado e as políticas por ele desenvolvidas, como a de saúde, tenham uma atenção universal e estejam organizadas em sistemas universais. Há uma concordância de que a pandemia teria sido muito pior não existisse o SUS e sua capilaridade no território.

No que diz respeito ao impacto da pandemia, seus desdobramentos em cenário específico para as organizações, há considerações diversas mas que apontam para a importância dos desdobramentos do isolamento social como estratégia de enfrentamento da pandemia e o impedimento de aglomerações e de presença em espaços públicos, o que incide na dificuldade, senão no impedimento, das ações dos movimentos sociais populares. Há uma percepção de que este quadro gera constrangimentos à atuação, ainda que a busca de alternativas pelo uso de meios eletrônicos seja referida como uma conversão realizada com relativa agilidade, particularmente para atender aos processos internos das próprias organizações, mas também para o desenvolvimento de estratégias de atuação política e formativa. Há amplo e recorrente comentário a respeito disso, o que remete a entender que signi-

fique profundamente, por um lado, mas que também indica que o modo de relacionamento com esses recursos, o alcance de sua importância e a medida de serem constitutivos dos processos nos movimentos sociais populares esteja para ser ainda mais aprofundado e refletido.

O “mundo digital”, já conhecido e com alguma atuação da maioria das organizações, se apresenta como uma “avalanche” que se coloca quase como a única alternativa de “sobrevivência política”. A reação mostra alto grau de preocupação e, para a maioria, ainda que sem muito estudo ou reflexividade analítica, há encaminhamentos, novos arranjos e arrumações. Transparece uma necessidade de não sucumbir ao “isolamento” e a conseqüente restrição do espaço de ação política e a presença no espaço público. Esta sensação se mostra na maneira como são estabelecidas as relações com os novos recursos, assim como em relação às escolhas pelas ferramentas que são utilizadas. São poucas as considerações sobre as questões de segurança da informação/comunicação implicadas no uso de uma ou outra ferramenta, e a adesão quase que irrestrita e acrítica às ferramentas convencionais e comerciais, tanto de videoconferência quanto de redes sociais e de uma visão bastante “monotecnológica”. Em suma, a entrada intensa no “mundo digital” parece responder mais a uma necessidade imediata e menos como parte da estratégia constitutiva, o que pode indicar uma ainda persistente dificuldade de compreender e de lidar com essas transformações, que não são pequenas, visto que apontam para possibilidades consistentes de ação. No que diz respeito à segurança, a questão é chave, visto que já existem vários registros de situações de ataque a atividades e de uso indevido de dados e informações. A segurança digital, que parece ainda não estar na agenda política, certamente virá a se colocar pela necessidade.

As transformações vividas no contexto se revelam também condicionantes para as próprias organizações. Esta constatação é feita no que diz respeito às mudanças no mundo do trabalho,

com o aprofundamento do teletrabalho e do “capitalismo de plataforma”, que introduzem exigências e também pautas novas de atuação em geral, mas para as organizações do movimento sindical em particular. No entanto, não há considerações mais amplas e aprofundadas sobre as oportunidades advindas dessas transformações, particularmente dos deslocamentos que tais tecnologias produzem em termos de conectividade, replicabilidade, além das imaterialidades implicadas. As consequências da chamada “crise econômica” são consideradas, ainda que não se apresente uma análise mais profunda de suas implicações, para além das recorrências agravadas e já indicadas. A degradação do ambiente democrático para a atuação das organizações é lembrada, junto com a crescente criminalização das organizações populares, dos lutadores e, de modo geral, da política, havendo entendimento de que está inserida no aumento do autoritarismo, das práticas fascistas e do fechamento de espaços democráticos cada vez mais crescente. Não foram esquecidas as observações em relação às dificuldades do campo político de esquerda, do qual as organizações, de certa forma, se sentem parte, como fator de ainda maior dificuldade de ação neste contexto.

Observe-se, ainda, que as consequências do desfinanciamento ou das restrições do financiamento público da cooperação internacional para as organizações do movimento social popular constitui outro elemento do cenário; de alguma forma, não é novo, mas tende a ser piorado em razão, inclusive, da justificativa de que haveria que direcionar recursos de cooperação para ações de enfrentamento da pandemia. O impacto dessas reduções é significativo, inclusive na relação com a pandemia, visto que as arrecadações vindas do quadro social – por exemplo, do movimento sindical – veem-se reduzidas. Este desfinanciamento, porém, é muito mais amplo, e também tem relação com as opções de governo contra as organizações sociais populares. A busca de alternativas para a

organização de sustentabilidade não deixa de ser apontada; pelo contrário, mostra-se um esforço bem forte.

Há forte ênfase para as ações de solidariedade desenvolvidas pelas organizações dos movimentos sociais populares, inclusive quanto a sua importância e centralidade, sobretudo nas periferias empobrecidas, já que se expressam como as mais significativas para fazer frente às necessidades populares, uma forma estratégica e muito importante de estabelecimento de relação e de trabalho com a base social – ainda que esta questão seja colocada como uma ainda necessária retomada em sentido estritamente organizativo e de politização. Por outro lado, transparecem ações que ainda parecem carregadas de um certo utilitarismo e, por vezes, manipulação, práticas paternalistas e clientelistas que são denunciadas mas, sorrateiramente, se revelam, ainda que minoritárias, também em certas falas de lideranças populares. A ação solidária se recoloca como tema de reflexão e debate, para além da necessidade imediata, considerando-se, inclusive, o aumento do empobrecimento. Assim, está no centro de muitas falas sua importância, mas também a necessidade de sua diferenciação e afirmação como prática emancipatória.

Ainda que apareçam nitidamente como dificuldades as questões do acesso aos recursos digitais – a ausência de sua universalização, entre outros aspectos –, poucas são as expressões que advogam a necessidade de transformação da “inclusão digital” em uma bandeira de luta, numa demanda social e proposição de política pública. Há debates que vêm sendo travados – e aparecem sub-repticiamente para os/as entrevistados/as – em vários lugares do mundo no sentido da possível emergência da necessidade de regulamentação de um novo direito, de um novo direito humano, dada a profundidade do que constitui seu significado para a garantia da vida em geral, e para o respeito e promoção da dignidade humana. Uma agenda em aberto e que, talvez, a pandemia ajude a impulsionar.

## 5.2. Aspectos político-organizativos

A análise toma em conta o que foi apresentado no item 4.1 e seus subitens, que trouxeram aspectos dos impactos político-organizativos no que tange à percepção, profundidade e intensidade do impacto da pandemia de Covid-19 nas organizações dos movimentos sociais populares. As análises também serão iniciais e se ocupam em observar aspectos gerais no que diz respeito às condições e capacidades de organização para a ação coletiva, e também às ações específicas como a mobilização social, a formulação e a proposição, a incidência política, a pressão sobre agentes públicos, a negociação em espaços institucionais, o trabalho com a base, o monitoramento e controle social de políticas, a formação de alianças políticas e de redes de articulação, a realização de atividades de representação e de construção, as deliberações para posicionamentos internos.

No que diz respeito às condições para a ação coletiva, as falas dos/as entrevistados/as trazem elementos importantes e que, em linhas gerais, estão centrados a) nas transformações observadas no ambiente imediato de atuação das organizações dos movimentos sociais populares, como aquelas que são verificadas nas relações de trabalho, particularmente pelos movimento sindicais, decorrentes do trabalho remoto e do capitalismo de plataforma particularmente; b) aquelas decorrentes do fechamento de espaços democráticos, pelas ações autoritárias do governo federal, pelo fechamento de espaços de participação e pela criminalização da luta, das organizações e dos/as lutadores/as; c) aquelas geradas pelo aumento do conservadorismo e dos fundamentalismos presentes na sociedade; d) aquelas vividas em razão da crise econômica, com aumento da informalidade e precarização do trabalho, empobrecimento, aumento da desigualdade, entre outros aspectos; e) aquelas oriundas da dificuldade do campo político do qual são parte os movimentos

sociais populares (oposição, esquerda) de lidar numa situação de ataque e de baixa na hegemonia.

No que diz respeito às capacidades de ação, estão basicamente apresentadas, por um lado, as dificuldades e, por outro, potencialidades e desafios. No campo das dificuldades, estão a redução da capacidade de ação, em consequência a) do desfinanciamento das organizações dos movimentos sociais populares; b) do afastamento e da dificuldade de retomar relação com as bases sociais e políticas; principalmente, c) da impossibilidade de ações de rua em razão das medidas de proteção contra a Covid-19; e d) das muitas exigências das tecnologias da informação e da atuação por meio eletrônico (“bolhas”, precariedade do sinal de conexão, desconhecimento das ferramentas, exaustão). No campo dos desafios, aparecem: a) as possibilidades novas de atuação abertas pela entrada no meio eletrônico; b) as novas exigências de organização dos processos internos e da ação num contexto ainda mais restritivo; c) a politização emancipatória das ações de solidariedade.

O fator determinante para todos os aspectos é mais relacionado à entrada massiva no uso de tecnologias da informação por meio eletrônico do que às eventuais consequências estruturais que transformações na realidade vierem a exigir como novas possibilidades de ação em razão da própria pandemia de Covid-19. Ainda que as condicionalidades façam referência a esses aspectos, as ênfases são muito fortes no que diz respeito ao impacto das mudanças decorrentes do uso de tecnologias para a atuação e para a organização. Porém, parece ainda não haver uma compreensão das mudanças qualitativas que a “vida digital” contém, inclusive, mais amplamente, os impactos da inteligência artificial, dos algoritmos e de outros recursos que podem contribuir e, ao mesmo tempo, produzir distorções significativas, particularmente no universo da ação social e política. Essas questões são tocadas mas pouco aprofundadas. O acumulado parece ocupar-se pouco dos mais profundos estudos e percepções das mudanças introduzidas

pela digitalização da vida e da experiência de virtualização dela decorrente, e o que isso significa para os processos organizativos populares.

No que diz respeito à compreensão do significado do “novo mundo digital”, aliás, há uma diversidade de formas de abordagem e uma significativa confusão entre ferramentas e espaços, inclusive uma diversidade de nomes para tais realidades, o que pode apontar para uma ainda baixa compreensão efetiva de seu sentido profundo. Isto se observa considerando que parece haver uma compreensão de que este “mundo” é um “setor” da organização, não é parte do que poderia ser constitutivo da vida organizativa e de atuação dos movimentos sociais populares; constitui-se em algo do qual se precisa, mas que ainda parece não estar incorporado como estruturante. Há como que uma percepção ainda instrumental, como se a questão se resumisse a recursos a serem utilizados para fins aos quais possam servir, de modo a subsistir uma certa visão verticalizada do uso dos recursos de comunicação. Ainda que por vezes haja percepções distintas disso, como nas disponibilidades do trabalho colaborativo, na figura do *hacker*, do *influencer* e de outros, o fundamental é que, para as organizações dos movimentos sociais populares, comunicação e informação e as novas tecnologias constituem um aspecto da política. Um sintoma disso é a oposição do virtual ao real, quando, na verdade, ele se opõe ao atual: a oposição entre redes e ruas – como se somente as últimas é que fossem reais; de modo que a luta política real é aquela que se daria nas ruas, a que se der no “virtual” não seria verdadeiramente uma luta política, sendo, no máximo, um contingente em razão da necessidade. Daí porque um certo assombro nas falas quando indicam a possibilidade de ter que lidar com estas com maior permanência estrutural. Por outro lado, há pelo menos uma afirmação que é enfática: “[...] essas plataformas para internet viraram a rua, né? Virou o ambiente do debate da atuação política dos movimentos, basicamente a síntese.”

Está muito enfatizada a tensão entre o que se convencionou chamar de “redes e ruas”. No fundo das falas, há uma compreensão de que a centralidade, a virtuosidade e a prioridade da atuação político-organizativa estão na rua, não nas redes, ainda que haja um amplo reconhecimento de que as circunstâncias apontam para a necessidade de mudanças profundas e permanentes a este respeito, considerando a significativamente alta intensidade do impacto neste sentido. Há como que uma “nostalgia da rua”. Lembra-se do limite das “bolhas”, mas enfatiza-se pouco a dinâmica de formação de redes, não somente como recurso extemporâneo ou externo, mas como constitutiva de novos modos de organização. As muitas possibilidades resultantes destas, e inclusive o reconhecimento de que as mídias sociais podem ser redes sociais e políticas (recursos de ação política), estão pouco desenvolvidas. Há uma questão de fundo que poderia ser mais problematizada do ponto de vista organizativo: a proposta de “ação e organização em rede”, mais do que dar a um determinado tipo de organização o nome de rede em oposição a outra que assim não o seria.

O presencial se coloca como um dos principais desafios a serem recolocados neste novo contexto, seja em razão das dificuldades materiais e físicas para sua realização em contexto de isolamento social para o enfrentamento da pandemia de Covid-19, seja, especialmente, na sua reconfiguração em razão do impacto da experiência do uso das tecnologias da informação, dos meios eletrônicos e do “novo mundo digital” tanto para ações organizativas como para processos formativos e de atuação política. A necessidade, a importância e a centralidade são consenso. Todavia, a compreensão de presencial parece ser trabalhado em oposição ao digital, como se o modo de fazer presencial necessariamente implicasse relação física. Exceto uma ou outra manifestação que chega a falar de “presencial remoto” ao se referir aos espaços eletrônicos, parece não haver uma leitura sobre as possibilidades de presencialidade no espaço digital e, ainda, se houvesse, seria

“remota”, apontando para uma distância como sendo constitutiva dos meios digitais. Não são colocadas questões decorrentes de uma possível “nova presencialidade digital”, pela qual haveria espaço para novas mediações e interconexões que, mesmo que não substituam as que podem ser experimentadas fisicamente, ainda assim não são desprezíveis. A presencialidade e, com ela, a proximidade estão em questão neste contexto e se recolocam com possibilidades e novas perspectivas – talvez não. A dialogicidade do processo é que está em questão no fundo, ou seja, a questão é saber se a horizontalidade necessária ao diálogo como ação política se coloca realizável, e em que condições.

A temporalidade e a espacialidade são outros aspectos subjacentes a estes debates. A temporalidade se expressa na tensão entre uma compreensão de temporalidade linear e saturada em oposição a outra aberta e circular. Ainda que esteja forte a percepção de que o antes, o agora e o depois constituam momentos separáveis, aparecem percepções alternativas que passam a lidar com essas dimensões da temporalidade de outros modos, sobretudo mais abertas a modos outros de simultaneidades e sincronidades, além da experiência de temporalidades diversas. A experiência da convivência em espaços virtuais indica possibilidades de retornos, retomadas, recursividade e reposicionamentos (particularmente expressos pelas novas possibilidades: a gravação da atividade, sua manutenção na rede social, entre outros aspectos), mas também experiências outras de ubiquidade (o estar em “vários lugares”), por exemplo. O espaço não está restrito ao real material; abrem-se níveis, sobreposições, complementações bastante significativas. A memória do realizado parece ganhar novas dimensões, cujos contornos seriam menos formais (que o relatório, o vídeo institucional, a ata). Essa dimensão parece inaugurar “agoras” e “aquis” diversos, que poderiam abrir novas possibilidades organizativas e políticas. Por outro lado, a intensidade do tempo e a desterritorialização dos meios eletrônicos são também lembradas, dado

que há uma aceleração perceptível que, por um lado, pode cansar, mas, por outro, põe em questão a intensidade, a profundidade e a durabilidade das experiências realizadas.

No que diz respeito a aspectos específicos da organização, há uma percepção aguçada de que a mobilização social, aquela que movimenta “multidões”, passa por profundas transformações. Ainda que os meios eletrônicos sejam mecanismos de mobilização ampla, há uma percepção de que ainda o fazem bastante superficialmente e de modo fragmentado (“bolhas”). Neste específico, parece estar mais ressaltada a reação impressionada com a força “do outro lado” do que com a confiança na própria capacidade de movimentação. A percepção da potencialidade de atingíveis pelas ações por meios eletrônicos emerge quase mais como um desejo do que como um resultado de ação intencionalmente promovida e realizada, ainda que sejam referidas experiências concretas de mobilização (nota da ANA, votação do auxílio emergencial). Ou seja, há uma experimentação de busca de alternativas para a implementação dessa possibilidade, ainda que pareça um momento bastante ensaístico.

O campo da formulação e da proposição é lembrado por várias falas, indicando que parece ter crescido, seja pela disponibilidade de condições (“sobra mais tempo”), seja pela necessidade colocada pelo ambiente trazido com a pandemia de Covid-19. Há uma preocupação sobre o modo de recebimento dessas elaborações, sobretudo considerando a natureza das ferramentas digitais, particularmente por serem de uma exigência de ampla capacidade plástica, o que coloca o desafio de uma nova estética, tanto para a formulação textual como para a apresentação gráfica e audiovisual – a emergência do “hipertexto”. A questão é percebida não somente no aspecto da apresentação, mas no modo de constituição. No caso da elaboração textual, parece haver o maior impacto, visto serem cada vez maiores as exigências sintéticas em contraste com as perspectivas mais analíticas (é o impacto do digital sobre

o analógico). A percepção é de que a formulação de grandes teses, amplamente argumentadas e detalhadamente expostas, é cada vez mais difícil, colocando um desafio imenso nos termos da elaboração reflexiva e crítica. Observa-se, ainda, que poucas falas indicam para o uso de ferramentas de produção colaborativas já disponíveis em várias plataformas – são pouco conhecidas e sequer referidas. As possibilidades de elaboração colaborativa parecem ainda muito precariamente implementadas.

Os temas da incidência política, da pressão sobre agentes públicos, da negociação em espaços institucionais, do monitoramento e controle social de políticas são amplamente tratados e indicam permanecer, ainda que remodelados pelos meios eletrônicos advenientes. Há percepção de que os meios eletrônicos e o mundo digital abrem significativas possibilidades, todavia ainda há dúvidas de procedimento para sua realização e, também, quanto aos resultados que podem ser atingidos. A percepção de que é possível manter em funcionamento órgãos de participação e controle social, como conselhos nacionais, por exemplo, também é colocada em questão, dado não haver previsões normativas para amparar decisões tomadas por estes meios, ou mesmo por não haver acumulado de procedimentos a serem adotados, ainda que tenham sido referidas ações de alguns desses órgãos, como o Conselho Nacional de Saúde e o Conselho Nacional de Direitos Humanos. Assim, há uma experimentação, ainda que frágil, que vem sendo feita neste campo; ela revela ser mais eficiente tanto mais forem incidentes as ações das organizações dos movimentos sociais populares, o que, aliás, não é novo.

O tema do trabalho com a base é lembrado pelos/as entrevistados/as sobretudo no que diz respeito a sua dificuldade neste contexto de isolamento social para o enfrentamento da pandemia de Covid-19; por outro lado, as ações de solidariedade realizadas de várias maneiras se mostram como possibilidades de ação de base, ainda que talvez não estejam sendo levadas adiante como

uma ação com essa intencionalidade específica e possam ser, em muito, não mais do que instrumentais sob este aspecto do trabalho com a base. A exposição da dificuldade de relacionamento com as bases organizadas é outro aspecto, visto que, ainda que as novas ferramentas de comunicação, particularmente a videoconferência, sejam relativamente bem manejadas pelos dirigentes nas instâncias diretivas das organizações, o mesmo parece não se revelar profícuo quando se trata de ações com participação mais ampla e da “base”. As experiências realizadas ainda são muito pontuais e há, acima de tudo, uma dificuldade inclusive de saber como orientar metodológica e politicamente situações desse tipo. A organicidade dinâmica parece ser a maior dificuldade identificada neste novo contexto. Ainda que vários digam que conseguem “chegar à base”, a questão que fica é se o movimento contrário está colocado como possibilidade, visto que a “via de mão dupla” neste tema é fundamental para não transformar a dinâmica em mera especulação que venha reforçar vanguardismos ou basismos, tão nefastos à organização em qualquer contexto.

O processo de formação de alianças políticas e de redes de articulação também aparece como preocupação, e há indicadores de iniciativas desse tipo; todavia, no campo da formação de alianças, observa-se uma dificuldade que parece transcender os aspectos específicos dos meios para sua efetivação e se configurar como dificuldade de ordem política estratégica. O exemplo mais referido é a dificuldade dessa construção para o enfrentamento do governo federal e os pedidos para seu impedimento. Não há exemplos que tenham sido citados como novas formas de aliançamento que tenham surgido em razão da ou em consequência da pandemia de Covid-19, ainda que haja ensaios desse tipo em curso entre movimentos sociais populares. A formação de redes de articulação é também referida por entrevistados/as, mas parece haver uma distância entre o significado de sua constituição organizativa e política e sua existência comungando das virtuososi-

dades dos recursos digitais – como já indicamos. Parece haver um descolamento da ideia de rede em sentido organizativo-político e rede em sentido digital, ainda que apareçam sinais de possibilidades, particularmente vindos de organizações que têm mais larga atuação com o digital.

A representação política não é discutida de modo explicitamente direto pelos/as entrevistados/as, podendo fazer crer que não haveria impacto neste sentido que seja específico e decorrente da pandemia de Covid-19. Deliberações e posicionamentos internos são abordados, sobretudo, em razão da necessidade de adoção de mecanismos digitais para tal. Há expressões que comentam desde a realização de assembleias deliberativas até reuniões ordinárias e outros processos, como orientações de posicionamentos, manifestações de opinião, entre outros. Há uma discussão sobre a legitimidade (para outros, a legalidade) de tais processos, sobretudo em razão da mediação pela qual são feitos. Por outro lado, há ensaios que indicam sua realização com êxito, inclusive com ampliação da participação e da frequência de realização dos encontros, ainda que tenham que ser com maior brevidade e intervenções mais sucintas e objetivas. Assim, ainda que sejam colocados questionamentos, tais aspectos parecem enfrentados com significativa resolutividade e com positividade, mesmo havendo sempre a expectativa de retornar aos modo “tradicionais” de deliberação, por um lado, e, de outro, a percepção de que estes poderão seguir convivendo com os novos, feitos por meios digitais, inclusive em razão da redução de custos que significam, ainda que seja necessário resolver os problemas de ferramentas adequadas e de acesso às condições de participação (sinal, conexão e outros), especialmente quando se trata de envolver universos mais amplos de participantes.

## 5.3. Aspectos político-educativos

A análise toma em conta o que foi apresentado no item 4.2 e seus subitens, que trouxeram aspectos dos impactos político-educativos no que diz respeito à percepção, à profundidade e à intensidade do impacto da pandemia de Covid-19. A dimensão político-educativa se refere ao desenvolvimento de processos formativos por meio de diversas estratégias de comunicação e Educação Popular para a construção de uma cultura política, do posicionamento ideológico e do engajamento em causas comuns. Nos aspectos específicos, ter-se-ão em conta a formulação/elaboração e a disputa de posições e de opiniões, a realização de atividades formativas de Educação Popular, as ações de comunicação, de produção e de disseminação de informações (e contrainformações) e posicionamentos, além da sistematização de práticas.

A avaliação da profundidade do impacto na dimensão político-educativa mostra que não houve manifestações que o tenham considerado superficial e passageiro, ainda que alguns tenham feito considerações e ponderações. Ou seja, para os/as entrevistados/as, diferente do que observam no político-organizativo, em que as posições estavam mais distribuídas; na dimensão político-educativa há a percepção de maior profundidade. Isso também se soma às manifestações de intensidade; na qual não apareceram posições que a tenham considerado baixa, havendo as que a identificaram como média e, a maioria, como alta. Note-se, no entanto, que, ao percorrermos as várias manifestações, o problema parece se concentrar mais na mudança do modo de fazer inaugurado em decorrência da pandemia de Covid-19, menos no sentido de o que fazer.

As manifestações enfatizam preocupação com as metodologias e as mediações da ação formativa, ainda que também haja obser-

vações a respeito de temáticas e conteúdos a serem abordados. Parece, porém, que a pandemia não se constitui em um novo “tema gerador” para as organizações, ainda que o tema do direito à saúde talvez passe a ganhar esta condição, se não, ao menos, uma maior centralidade e presença. Há outros temas que aparecem com a força formativa do “tema gerador” e que são exatamente aqueles que emergem das leituras do acontecimento que apontamos anteriormente. Aliás, a própria noção de “acontecimento” como (im)possibilidade talvez seja recolocada como um tema a ser aprofundado.

Há referências muitas vezes repetidas à *live* e ao *webinário*, que despontam como a mais nova experiência de atividade formativa. Elas se constituem na nova dinâmica de realização da formação; mas não são as únicas. Há referências a outras estratégias: feitas com grupos dirigidos e fechados reunidos em videoconferências ou abertas e transmitidas *ao vivo* por redes sociais. Parece não haver uma preocupação em referir a estrutura de organização dessas atividades que repetem de regra ainda, falas subsequentes de convidados, por vezes mediadas por perguntas dirigidas e depois complementadas por comentários de manifestações dos participantes, bastante seletivamente escolhidas, dado, em geral, restar-lhe pouco tempo comparativamente ao tempo dedicado às “exposições”. Os tempos de duração total variam mas, em geral, parecem não passar em muito de duas horas ininterruptas. Eventos mais extensos, em geral, são vistos como cansativos. Observa-se que parece que estão sendo testadas poucas e inovadoras formas de conceber e fazer processos formativos para além do ajustar-se num contexto adverso. Nota-se, também, que há pouca preocupação, ainda que tenha sido manifesta por alguns/algumas, no sentido de preparação das equipes de ação das organizações no campo formativo; parece que as novas tecnologias são “absorvidas” sem muita reflexividade formativa, nem mesmo com iniciativas instrumentais para o uso das ferramentas.

Alguns tensionamentos se deixam mostrar nas apresentações, e são sistematizados esquematicamente, talvez de modo ainda por demais binário. Entre os que podem ser notados com mais aparência estão o presencial na tensão com o digital (com distinção da “educação a distância/EaD” em sentido tradicional), também observado enfaticamente na dimensão político-organizativa. Junto, estão a tensão entre informação e conhecimento, sendo que parece ser notada a primeira mais do que o segundo no contexto da pandemia; a tensão entre comunicação e divulgação, emergindo a segunda como mais forte que a primeira; a tensão entre fragmentação e conjunto/sistematicidade, com mais força para a primeira e uma sensação de perda em razão da fragilidade do segundo; a tensão entre superficialidade e aprofundamento, com uma tendência a perceber os processos formativos bastante marcados pela primeira em detrimento do segundo; a tensão entre racionalidade e afetividade, o que não é novo neste contexto mas tende a dar mais peso à primeira em detrimento da outra; além da já clássica tensão entre prática e teoria, neste contexto com um sentimento de prejuízo da primeira em razão da força dada à segunda.

As percepções apontam para a dificuldade e também para as potencialidades do intercâmbio que pode ser realizado pelo uso das ferramentas de comunicação digital. Particularmente, isso se afirma em razão da facilidade de estabelecimento de contatos em situações que antes careciam de grandes deslocamentos físicos, com trocas entre pessoas que estão em Estados distintos e, por vezes, até países. Note-se, no entanto, que há uma anotação frisada por vários/as no que diz respeito às dificuldades de trocas práticas, sobretudo em razão da dificuldade de muitos dos sujeitos que são os agentes diretos delas em acessar as ferramentas e os recursos de realização de atividades comunicativas e formativas. Por outro lado, como já apontamos, o uso de ferramentas e de processos colaborativos nos meios digitais parece ainda pouco explorado, ao menos no que é reportado pelos/as entrevistados/as.

Há referências fortes à aprendizagem que se efetiva no sentido do manejo, do uso e da programação de ações e atividades no meio digital com as ferramentas de interação, de comunicação e de relacionamento. Ainda que, por vezes, transpareça uma certa nostalgia do modo presencial de fazer – como já comentado –, a experiência que a aprendizagem desses novos processos gera é apontada com intensidade, abrangência e possibilidade de permanência bastante significativa. Mostra-se efetiva aprendizagem ao menos instrumental e funcional, ou seja, na capacidade de operar com esses novos recursos, ainda que, como já se apontou, tenham sido referidas poucas atividades formativas especificamente dirigidas para tal. Porém, como já se observou, ainda parece estar longe de constituir aprendizagem substancialmente significativa no que diz respeito ao que profundamente o digital significa em sua diferenciação com o modo de ser analógico, o que se apresenta comum à maior parte dos/as entrevistados/as; ainda que muitos sejam mais jovens, eles não se reconhecem parte das gerações de nativos digitais. As mudanças formativas da formação digital parecem pouco exploradas.

O tema da presencialidade, que já foi levantado como questão político-organizativa, também é enfatizado na dimensão político-educativa. Há como que uma expectativa de que o que se precisa fazer de atividades formativas por meios digitais o seja quase ao modo de subsistência no contexto da pandemia de Covid-19. É como se o bom tivesse ficado para trás e precisasse ser recuperado em algum momento. Escassas as reflexões sobre as novas dinâmicas de presencialidade inauguradas pelas telas. Sabe-se que elas nem sempre revelam rostos e corpos em movimento e, quase que invariavelmente, mostram nomes, siglas, fotos quando muito, senão letras e pontos coloridos. Ainda quando se abrem mosaicos, parecem tão mecânicos; e, ainda que os recursos possam permitir fixar um/a dos/as participantes, esta é uma decisão unilateral e que nunca poderá resultar naquela cruzada de olho que despertará

interação, talvez até cumplicidade na relação educando/a-educador/a e educador/a-educando/a. Enfim, há aqui efetivamente uma questão de fundo e que remete para possíveis dinâmicas de produção de circuitos de afeto, os quais, ainda que possam ser gerados, parecem ser vividos um a um na singularidade da experiência de cada “telespectador”. Esta é uma questão que efetivamente precisa de aprofundamento reflexivo e crítico.

O tema da temporalidade e da espacialidade vivido na dinâmica político-organizativa também se coloca neste momento, na dinâmica político-educativa. Ainda que síncronas, as várias atividades formativas parecem não necessariamente ser vividas na sincronicidade efetiva, sobretudo em razão dos mecanismos de “fechar a câmera e o microfone”, de modo que a sensação de quem fala é não saber exatamente para quem o está fazendo, e da possibilidade de quem participa de se evadir do ambiente, escondido no “avatar” projetado no mosaico como um nome ou uma foto inerte. Ainda que a diacronicidade do gravado, que pode ser revisitado, seja um recurso de retomada, de aprofundamento e de reflexividade, sobretudo considerando-se em um suporte audiovisual, o que parece se apresentar como excelente recurso de apoio pedagógico, a composição das múltiplas temporalidades e as convergências em tempos e espaços oportunos e comuns parecem não garantidas na suficiência do experimentado na presença próxima dos corpos num mesmo ambiente num mesmo tempo. As múltiplas espacialidades inauguradas pelo ambiente digital parecem também não ser problematizadas a fundo. Mas não se pode deixar de lembrar, ainda que poucos o façam, que a Educação Popular teve nos programas radiofônicos importante recurso para o desenvolvimento de práticas significativas.

A percepção é a de que há perdas em processos formativos, ainda que possam se revelar compensações na capacitação e no “treinamento”. Os depoimentos apontam para a dificuldade de construir processos formativos que combinem o uso de múltiplas

linguagens, a mobilização de diversas dimensões, dinâmicas e metodologias que possam mobilizar perceptos, afetos e conceitos, ainda que os recursos digitais incluam “hipertexto” como experiência e recurso. Necessário fundamentalmente é saber se o “dizer a própria palavra” encontra espaço, seja ela dita por escrito, por vídeo, por áudio ou por qualquer outro meio. A preocupação com a ação formativa que não se resuma a uma “transmissão” de conteúdos e possa guardar tempos e espaços para a convivência e troca de saberes, conhecimentos, experiências, intercambiando vidas, parece não ser tão bem garantida. O espaço de escuta ativa e de intimidade para “escutar o que ainda não tenha sido dito” se coloca como um grande ponto a pensar. O cognitivo parece mais bem suscetível de ser mobilizado do que outras dimensões, ainda que pareçam haver dúvidas sobre a suficiência do que ainda neste aspecto é mobilizado.

As tecnologias de informação e de comunicação tensionam a dimensão político-educativa dos movimentos sociais populares e os fazem ter que decidir se o que se trata de fazer é não mais do que adotar ferramentas ou instrumentos novos aos processos já consolidados ou se o que está em jogo é mesmo reinventar os processos formativos, de modo que as transformações em curso possam vir a colocar os processos educativos em lugares outros em relação àqueles vividos ao longo da experiência já acumulada. Aprender sobre o aprender parece ser um grande desafio colocado; melhor: seguir aprendendo a aprender, aprender do que se coloca como novo, inovando e reinventando o aprender e o conhecimento, estão colocadas como possibilidades, ainda que nem sempre bem entendidas e trabalhadas. Assim, no que diz respeito às estratégias e aos aspectos da dimensão político-educativa, percebe-se uma maior ação no campo da formulação e elaboração, também já verificada quando se tratou da dimensão político-organizativa, sem que se possa aferir em que medida este processo pode agregar novas abordagens ou mesmo sentidos outros ao que já era

trabalhado. Isso se associa à indicação de como a circunstância está oportunizando a sistematização de práticas que permitam o registro e também a reflexão sobre o que foi sendo feito como possibilidade de subsidiar mudanças e de reinvenção significativa da Educação Popular como prática e como concepção.

Uma observação final diz respeito à dificuldade de produção de “zonas de contato” que permitam intercâmbios profundos e que abriam espaços para dialogicidade nas práticas pedagógicas. Há uma dificuldade anotada no que diz respeito às condições para a produção da intimidade própria da relação pedagógica, aquela que vai gerando cumplicidades. Há uma percepção que indica não ser possível de serem vividas com a necessária intensidade pelas novas tecnologias. A profusão de recursos, de informações, de imagens, de luzes, de contrastes, de cores parece conturbar ainda mais a criação do conforto necessário ao silêncio como parte do processo de aprendizagem. Há pouco espaço para ele numa formação por meio eletrônico; segundos de não dizer parecem tempos intermináveis de expectativa pelo que seguirá mostrado ou dito. A amorosidade necessária ao desenvolvimento da dialogicidade é difícil de ser experimentada como proximidade, mais do que como presencialidade, e esta limitação parece atingir em cheio o que seria propor-se a fazer Educação Popular neste contexto.

## 6. Considerações gerais

O estudo aqui apresentado não tem considerações finais e nem mesmo conclusões. Elas serão obra de cada sujeito/a que dele tomar conhecimento e dele se ocupar. Dissemos que nos caberiam primeiras palavras, a nossa palavra. Convidamos cada um/uma a dizer a sua palavra, que, também esperamos, não seja conclusiva mas, sim, some-se às demais na ciranda do diálogo que esta proposta abre como construção.

A aprendizagem é relação entre sujeitos/as que, situados no mundo, buscam compreender o que nele se apresenta. Mas o compreender não é necessariamente sintético e sistemático. Pode ser e, certamente será, mais errante e nômade quanto mais complexas e desafiadoras forem as realidades para e nas quais se pretenda embrenhar em busca de sentidos significativos. Aprendizagem é o que construímos como pesquisadores/as neste estudo. Estamos abertos a seguir aprendendo no diálogo que se segue.

Esperava-se que as manifestações fossem duras e engajadas, fossem consistentes e profundas. Dissessem daquilo que o coração está cheio, mais do que daquilo que vai pela cabeça. E assim sentimos o que disseram os/as vários/as entrevistados/as. Há muito do que afeta que resulta profundamente afetivo no que está dito. Por isso é que as falas foram abertas e ocupam a maior parte do que foi trazido. Claro que são recortadas pela intencionalidade de algumas chaves, mas se procurou preservá-las. Não nos preocupamos em selecionar somente o que na diferença converge, mas também o que na diversidade difere. A pluralidade é assim: plural e

singular; não há como querer que seja sem que assim seja tratada, com pluralidade e singularidade.

As possibilidades se revelaram no que de mais forte têm: a impossibilidade de serem já, agora, sempre. Estão esboçadas como fuga, por vezes frestas, noutras fendas. Carecem de atenção, cuidado e sensibilidade para serem percebidas. Uma leitura desatenta e de sobrevoos pode nem notá-las, o que seria um desperdício. Aliás, o que há neste material é excesso de possibilidades que estão postas para serem levadas, não para serem esquecidas no caminho.

A travessia é a epistemologia que guia a quem tem poucas certezas, quiçá muito poucas; ainda que quem se ponha em travessia, sempre anseia uma nova margem, que, certamente, será muito outra daquela que for esperada e até anelada como desejo de chegada. Não há chegada para quem está em travessia, há nada mais do que uma margem a mais na qual se pode ancorar para descansar o pensamento e as lutas, por algum tempo. A pandemia é uma escola de travessia, pois requer, como a vida, nada mais do que coragem, paciência e alegria.

Alegria é o que toma espaço neste tempo. Alegria de concluir uma contribuição significativa, não única e nem melhor. Alegria de saber que já sabemos um pouco mais, ainda que subsista tanto a saber que, talvez, tudo o que foi feito não sirva mais do que para mostrar o que se deveria começar a fazer novamente. Alegria de compartilhar saberes, afetos e esperanças. Alegria de sonhar que o “inédito viável” não está posto no horizonte por qualquer outra razão que não seja fazer com que se possa seguir caminhando, em travessia.

Desafio é a palavra que fica. Desafios são as perspectivas que se desenham em continuidade. Sem parar, mas já parando para dar um tempo, ainda sem que isso ponha termo ao que foi construído nem dê por terminado o que por ora só está iniciado: uma longa e boa conversa, em roda, à luz do sol que aquece sementeiras de vida.

# Referências

ACNUDH/ONU. *Directrices relativas a la COVID-19*. 2020.  
Disponível em: <[www.ohchr.org/SP/NewsEvents/Pages/COVID19Guidance.aspx](http://www.ohchr.org/SP/NewsEvents/Pages/COVID19Guidance.aspx)> e <[www.hchr.org.co/files/Covid-9/Directrices\\_OACNUDH\\_Covid19\\_y\\_DerechosHumanos.pdf](http://www.hchr.org.co/files/Covid-9/Directrices_OACNUDH_Covid19_y_DerechosHumanos.pdf)>.  
Acesso em: 20 jul. 2020.

BADIOU, Alain. *Lógicas de los Mundos: el ser y el acontecimiento*. Buenos Aires: Manantial, 2008.

BADIOU, Alain. *O ser e o evento*. Rio de Janeiro: Zahar, 1996.

CIDH/OEA. *Resolución n. 01/2020: Pandemia y Derechos Humanos en las Américas*. Adoptado por la CIDH/OEA el 10 de abril de 2020.  
Disponível em: <[www.oas.org/es/cidh/decisiones/pdf/Resolucion-1-20-es.pdf](http://www.oas.org/es/cidh/decisiones/pdf/Resolucion-1-20-es.pdf)>. Acesso em: 20 jul. 2020.

DELEUZE, Gilles. *Lógica do sentido*. Trad. Luiz R. S. Fortes. São Paulo: Perspectiva; EUSP, 1974.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *O que é a filosofia?* Trad. Bento Prado Jr. e Alberto Alonso Munoz. Rio de Janeiro: 34, 1992.

DOWBOR, Ladislau. *O capitalismo se desloca: novas arquiteturas sociais*. São Paulo: SESC SP, 2020.

DUSSEL, Enrique D. *Ética da Libertação na Idade da Globalização e da Exclusão*. Trad. Jaime A. Clasen *et al.* Petrópolis: Vozes, 2000.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Esperança: um reencontro com a Pedagogia do Oprimido*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

HAN, Byung-Chul. *Psicopolítica: o neoliberalismo e as novas técnicas de poder*. Trad. Maurício Liesen. Belo Horizonte: Âyinè, 2018.

HUI, Yuk. *Fragmentar el futuro*. Ensayos sobre tecnodiversidad. Buenos Aires: Caja Negra, 2020.

LACLAU, Ernesto. *Los fundamentos retóricos de la sociedad*. Buenos Aires: FCE, 2014

LACLAU, Ernesto. *Nuevas reflexiones sobre la revolución de nuestro tiempo*. Buenos Aires: Nueva Vision, 2000.

LEVY, Pierre. *As Tecnologias da Inteligência. O Futuro do Pensamento na Era da Informática*. Trad. Carlos Irineu da Costa. São Paulo: 34, 2004.

LEVY, Pierre. *O que é virtual?* Trad. Paulo Neves. São Paulo: 34, 1996.

MANCIE, Euclides. *Teorias de Rede – Introdução Conceitual e Elementos Organizativos* [2012]. Mimeo. Disponível em: <[http://euclidesmance.net/docs/teorias\\_de\\_rede.pdf](http://euclidesmance.net/docs/teorias_de_rede.pdf)>. Acesso em: 20 jul. 2020.

MBEMBE, Aquile. *Direito universal à respiração*. Trad. A. Luiza Braga. São Paulo: n-1, 2020 (n. 20). Disponível em: <<https://n-1edicoes.org/020>>. Acesso em: 20 jul. 2020.

MBEMBE, Aquile. Necropolítica. *Revista Arte & Ensaio*, Rio de Janeiro, n. 32, p. 123-151, dez. 2016.

OMS; OPAS. *Orientación ética sobre cuestiones planteadas por la pandemia del nuevo coronavirus (COVID-19)*. 2020. Disponível em: <[www.paho.org/es/documentos/orientacion-etica-sobre-cuestiones-planteadas-por-pandemia-nuevo-coronavirus-covid-19](http://www.paho.org/es/documentos/orientacion-etica-sobre-cuestiones-planteadas-por-pandemia-nuevo-coronavirus-covid-19)>. Acesso em: 20 jul. 2020.

POCHMANN, Marcio. Sobre o papel do Estado na economia e Covid-19. In: TOSTES, Anjuli; MELO FILHO, Hugo (Orgs.). *Quarentena: reflexões sobre a pandemia e depois*. Bauru: Canal 6, 2020. Disponível em: <[http://editoraprxaxis.com.br/quarentena/ebook\\_quarentena\\_1ed\\_2020.pdf](http://editoraprxaxis.com.br/quarentena/ebook_quarentena_1ed_2020.pdf)>. Acesso em: 20 jul. 2020.

ROSA, João Guimarães. *Grande Sertão: Veredas*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1995.

RÜDIGER, Francisco. *Elementos para a Crítica da Cibercultura*. Sujeito, Objeto e Interação na era das novas tecnologias de comunicação. São Paulo: Hacker, 2002.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *A Cruel Pedagogia do Vírus*. Coimbra: Almedina, 2020.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Para um novo senso comum*. A ciência, o direito e a política na transição paradigmática. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2007. (Coleção A Crítica da Razão Indolente: contra o desperdício da experiência, 1).

SANTOS, Boaventura de Sousa. Por uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra, n. 63, p. 237-280, out. 2002.

THIOLLENT, Michel. *Pesquisa-Ação nas Organizações*. São Paulo: Atlas, 1997.

VIVEIROS DE CASTRO, E. A filosofia canibal. *Folha de São Paulo*, São Paulo, n. 10, 2005. Caderno Mais. Disponível em: <[www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs2108200509.htm](http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs2108200509.htm)>. Acesso em: 18 ago. 2020.

# Anexos

## Anexo A – Roteiro da entrevista estruturada

### **Texto apresentação do roteiro**

O Centro de Educação e Assessoramento Popular (CEAP) está realizando o estudo qualitativo sobre o impacto da Covid-19 na ação político-organizativa e político-educativa dos movimentos sociais populares brasileiros. O objetivo é sistematizar elementos para a compreensão do impacto da pandemia de Covid-19 na ação político-organizativa e político-educativa dos movimentos sociais populares brasileiros, por meio de estudo qualitativo que resultará na produção de ensaio analítico, audiovisual e divulgação, a fim de contribuir no debate sobre as perspectivas pós-pandêmicas. Consiste de uma entrevista estruturada pelo tempo de 40 minutos a uma hora, a ser agendada e gravada. O trabalho será transformado na produção de material escrito e material audiovisual, que serão inicialmente publicados por meio eletrônico num *hotsite* do CEAP.

## Perguntas

### Perguntas qualificação

- Pergunta 1: Você poderia nos dar informações sobre a organização da qual faz parte [...]: natureza, missão, objetivos, causas de luta, principais estratégias de atuação, campo de ação, histórico (se puder também indicar fontes de informações complementares)?
- Pergunta 2: Você poderia nos informar sua posição na organização [...], sua trajetória e as principais ações das quais tem participado?

### Perguntas quadro

- Pergunta 3: Como sua organização [...] entende a pandemia de Covid-19 no mundo e no Brasil?
- Pergunta 4: Como avalia os cenários do ambiente social e político para as organizações do movimento social popular em razão da pandemia de Covid-19?

### Perguntas objeto

#### Político-organizativo

- Pergunta 5: Quais foram as mudanças de atuação político-organizativa da organização em razão da pandemia de Covid-19? [Obs.: identificar aspectos de inovação, potencializados e limites/ dificuldades.]
- Pergunta 6: Você acredita que as mudanças de atuação político-organizativa vividas pela sua organização [...] no contexto da pandemia de Covid-19 são profundas e estruturais ou são superficiais e passageiras?
- Pergunta 7: Você acredita que as mudanças de atuação político-organizativa vividas pela sua organização [...] no contexto da pandemia de Covid-19 têm impacto com

intensidade baixa, média ou alta? [Obs.: entende-se por baixa, com muita superficialidade e pouca durabilidade, bastante pontuais e instrumentais; média, com certa profundidade e duração mas sem capacidade de gerar inovações significativas; e alta, com grande profundidade transformadora da atuação que se manterá por tempo significativo.]

### **Político-educativo**

- Pergunta 8: Quais foram as mudanças de atuação político-formativa da organização em razão da pandemia de Covid-19? [Obs.: identificar aspectos de inovação, potencializados e limites/ dificuldades.]
- Pergunta 9: Você acredita que as mudanças de atuação político-educativa vividas pela sua organização [...] no contexto da pandemia de Covid-19 são profundas e estruturais ou são superficiais e passageiras?
- Pergunta 10: Você acredita que as mudanças de atuação político-educativas vividas pela sua organização [...] no contexto da pandemia de Covid-19 têm impacto com intensidade baixa, média ou alta? [Obs.: entende-se por baixa, com muita superficialidade e pouca durabilidade, bastante pontuais e instrumentais; média, com certa profundidade e duração mas sem capacidade de gerar inovações significativas; e alta, com grande profundidade transformadora da atuação que se manterá por tempo significativo.]

### **Perguntas gerais finais**

- Pergunta 11: Poderia, por favor, descrever quais os meios digitais com os quais a organizações está atuando (*lives*, redes sociais, outros)? Podes enviar alguma imagem, vídeo,

fotografias dessas atividades? Estão em rede social?  
Podemos usar essas imagens?

Pergunta 12: Tem algo que queira acrescentar e que seja relevante para o objeto deste estudo?

## Anexo B – Organizações entrevistadas

Nome da organização	Tipologia
INESC – Instituto de Estudos Socioeconômicos	ONG
UNEGRO – União de Negros pela Igualdade	ONG
SMDH – Sociedade Maranhense de Direitos Humanos	ONG
MST – Movimento dos Trabalhadores Sem Terra	Movimento
ANAIDS – Articulação Nacional de Luta Contra a Aids	Movimento
CONAM – Confederação Nacional das Associação de Moradores	Movimento
MNPR – Movimento Nacional da População em Situação de Rua	Movimento
AMB – Articulação de Mulheres Brasileiras	Movimento
UNE – União Nacional de Estudantes	Movimento
ABLGT – Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos	Movimento
COALIZÃO – Coalizão Negra por Direitos	Rede
ABONG – Associação Brasileira de Organizações não Governamentais	Rede
AMDH – Articulação para Monitoramento Direitos Humanos	Rede
CEAAL – Consejo de Educación Popular de América Latina y el Caribe	Rede
FEAct – Fórum Ecumênico Act Brasil	Rede
UNISOL – Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários	Rede
Ninja – Mídia Ninja	Rede
CONIC – Conselho Nacional de Igrejas Cristãs	Rede
ANA – Articulação Nacional de Agroecologia	Rede
CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura Familiar	Sindical
CUT – Central Única dos Trabalhadores	Sindical
CTB – Central dos Trabalhadores Brasileiros	Sindical
FENATRAD – Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas	Sindical